

## Divulgadas as candidaturas da CDU



# Dar voz à luta

Carlos Carvalhas apresentou o conjunto das candidaturas da CDU às próximas eleições legislativas. «Candidatos que darão voz, na próxima Assembleia da República, às principais lutas e reclamações dos trabalhadores e da população, que proporão soluções para os problemas, que não se calarão perante as injustiças e a desigualdade.»

Págs. 5 a 10

## Grupo parlamentar comunista presta contas

# A marca do PCP

Tudo o que de positivo a Assembleia da República aprovou na Legislatura teve a marca do PCP. Na defesa dos direitos sociais e laborais, no combate às injustiças e desigualdades, tudo o que foi vertido em Lei da República teve a iniciativa ou o contributo do grupo comunista.

Págs. 13 a 20

## Médio Oriente

### A santa aliança

Os EUA preparam-se para lançar uma ofensiva armada contra o Iraque, anunciou a imprensa israelita. Pacifistas preparam para sábado uma grande manifestação em Telavive.

Pág. 21

## Administração Pública

### Ameaças de Ferro

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública reuniu ontem para reclamar actualização salarial justa, após as graves declarações de Ferro Rodrigues.

Pág. 13

## Forum de Porto Alegre

### Um novo mundo é possível

Decorre em Porto Alegre, no Brasil, o segundo Forum Social Mundial, empenhado na busca de alternativas ao modelo neoliberal da globalização.

Pág. 19

**Avante!**

Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª A - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matricula: 47058.  
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lúgia Calapez  
Margarida Folque

Grafismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua 8 Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL  
(Continente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
44,90 euros

25 números: 4 600\$00  
23,00 euros

EUROPA  
50 números: 23 000\$00  
114,75 euros

EXTRA-EUROPA  
50 números: 33 000\$00  
164,60 euros

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Os trabalhadores dos Transportes Sul do Tejo entram em greve por razões salariais

## Resumo

### 30 Quarta-feira

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública quer que o actual Governo resolva ainda o problema dos cerca de 20 mil trabalhadores precários do sector da saúde • Os bancários iniciam uma jornada de luta pelo não pagamento de horas suplementares desde a entrada em circulação do euro • Um oficial paquistanês é morto e três pessoas ficam feridas nos ataques das forças indianas na região Himalaia da Caxemira disputada por ambos os países • O representante da Comissão Europeia nos territórios palestinos de Gaza e Cisjordânia, Jean Breteche, considera «totalmente inaceitável» a destruição das infra-estruturas económicas palestinianas por parte de Israel • O Tribunal de Contas norte-americano anuncia a intenção de processar a Casa Branca, para que sejam disponibilizados documentos fundamentais para a investigação da falência da Enron, a maior da história dos EUA.

### 31 Quinta-feira

Os professores e alunos de três escolas secundárias de Lisboa manifestam-se contra o encerramento destes estabelecimentos de ensino, devido à redução do número de alunos • O primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, lamenta não ter podido «liquidar» o presidente palestiniano, Yasser Arafat, no princípio dos anos 80, durante a guerra do Líbano • As forças israelitas invadiram o sector autónomo palestiniano de Ramallah, na Cisjordânia • Pelo menos 40 pessoas morrem em confrontos registados em Gardez, no Leste do Afeganistão, devido à disputa pelo controlo da província de Paktia.

### 1 Sexta-feira

Carlos Carvalhas afirma em Santarém que Portugal «não está condenado a um rotativismo sem alternativa» e apela a um esforço da votação da CDU como único garante de uma «viragem à esquerda» na política nacional • Setenta por cento dos docentes filiados no Sindicato dos Professores da Região Centro vota a favor da adesão da estrutura à CGTP • Dezenas de trabalhadores manifestam-se frente à empresa Rohde reclamando medidas que os beneficiem na multinacional alemã • Entra em vigor o decreto-lei que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas a menores de 16 anos • UE exorta Israel a travar destruição de infra-estruturas palestinianas.

### 2 Sábado

Carlos Carvalhas, em Castelo Branco, critica o Governo por conceder benefícios fiscais aos capitais estrangeiros dos grandes grupos económicos, que deverão atingir 1895 milhões de euros em 2002 • Centenas de automóveis e motos efectuam uma marcha lenta na Auto-estrada do Sul com o objectivo

de pressionar o Governo a garantir mais acessibilidades e transportes nos concelhos de Almada e Seixal • O presidente da Câmara do Seixal, Alfredo Monteiro, contesta o Plano de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa, afirmando que o documento «não reflecte a realidade de desenvolvimento» do concelho • A UNITA toma de assalto a cidade de N'Dalatando, capital provincial do Cuanza Norte.

### 3 Domingo

Os trabalhadores da indústria cerâmica realizam um greve para forçar a associação patronal a aumentar os salários e a reduzir o horário de trabalho • A União dos Sindicatos de Lisboa exige que o Governo retire os alvarás e consequentemente proceda à criminalização dos patrões que reincidam na utilização de mão-de-obra clandestina e no não pagamento dos salários aos imigrantes • Mais de dois milhões de eleitores vão às urnas na Costa Rica para escolher um novo presidente para o país • O governo chinês critica duramente as declarações do presidente George W. Bush sobre o chamado «eixo do mal», formado pelo Irão, o Iraque e a Coreia do Norte, países acusados por Washington de apoiarem o terrorismo internacional • Seis medalhas, duas das quais de ouro e uma de prata, são o «saldo» obtido pela delegação portuguesa no Torneio Internacional de Sofia, em judo.

### 4 Segunda-feira

Realiza-se em Lisboa uma sessão pública da CDU, com a participação de Carlos Carvalhas, para a apresentação das listas às eleições legislativas • O início do julgamento do «caso UGT/Fraudes no Fundo Social Europeu» é adiado pela oitava vez, devido à ausência de alguns dos arguidos • Os Transportes Sul do Tejo estão paralisados devido à greve dos trabalhadores que reclamam maiores aumentos e criticam as discriminações salariais provocadas pela empresa • Quatro palestinianos morrem e um fica gravemente ferido devido à explosão da viatura na qual circulavam na Faixa de Gaza • O candidato social-cristão Abel Pacheco vence as eleições presidenciais na Costa Rica, com 38,6 por cento dos votos.

### 5 Terça-feira

A Associação Sócio-Profissional da Polícia exige a atribuição do subsídio de risco aos agentes, depois de mais uma morte de um polícia em serviço • O presidente paquistanês, Pervez Musharraf, acusa a Índia de praticar «terrorismo de Estado» em Caxemira • A bandeira nacional do Afeganistão é hasteada por Hamid Karzai no palácio presidencial • Um ataque dos guerrilheiros, no Este do Nepal, mata 15 polícias e deixa outros quatro feridos.

## Aconteceu

### Alcool proibido a menores de 16 anos

Entrou em vigor, sexta-feira, a lei que proíbe a venda de álcool a menores de 16 anos e a pessoas que aparentem estar embriagadas ou que tenham problemas psíquicos.

O decreto-lei determina o pagamento de uma coima que pode variar,

para pessoa singular, entre os 498,80 euros (cerca de 100 mil escudos) e os 3740,98 euros (cerca de 750 mil escudos). Se for pessoa colectiva, o montante vai de 2493,99 (cerca de 500 mil escudos) a 29927,87 euros (cerca de seis mil contos). A legis-



lação proíbe também a venda de bebidas alcoólicas e bares localizados em estabelecimentos de saúde e também em máquinas automáticas.

O decreto-lei está aprovado desde 18 de Outubro e tem como objectivo «estabelecer uma

regra que não pretende ser fundamentalista» mas reduzir o consumo excessivo de álcool, esclareceu Vitalino Canas, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

O código de publicidade também sofreu altera-

ções. Quer na rádio quer na televisão é proibida a promoção de bebidas alcoólicas entre as 07 horas e as 22 horas. Fica igualmente proibido associar a publicidade de bebidas alcoólicas aos símbolos e a eventos frequentados por jovens.

### Agente da PSP assassinado

A morte de um agente da PSP, segunda-feira, na Damaia, Amadora, levantou de novo a questão dos riscos que correm os agentes da autoridade no desempenho das suas funções. Felisberto Silva, de 25 anos, de origem cabo-verdiana, casado e pai de uma criança de um ano e meio, foi assassinado quando tentava deter para identificação um indivíduo envolvido num acidente de viação.

A ser abordado, um dos ocupantes da viatura empunhou uma arma e efectuou os disparos que atingiram o jovem polícia, que prestava serviço no Comando Distrital de Lisboa da PSP há cerca de dois anos e meio, estando colocado na esquadra da Damaia desde Agosto.

A Associação Sócio-Profissional da PSP (ASPP) já lembrou que o subsídio de risco de 15 mil contos, reivindicado pelos agentes e prometido há muitos anos por sucessivos governos, nunca chegou. Paulo Rodrigues, daquela organização, salientou que «são coisas que nós já prevíamos e focámos este problema na altura do ministro da Administração Interna, Jorge Coelho. Ainda hoje estamos à espera de resposta».

Segundo o dirigente da ASPP, o «único apoio» que a família de Felisberto Silva pode obter é o seguro feito pela própria associação para estes casos, quando «deveria ser a Polícia» a implementar o seguro de risco.

### Caso UGT adiado pela oitava vez

O início do julgamento do «caso UGT/Fraudes no Fundo Social Europeu» foi, segunda-feira, adiado pela oitava vez, devido à ausência de alguns dos arguidos. A próxima sessão ficou marcada para 11 de Março.

O colectivo de juizes presidido por Margarida Veloso iria julgar no Tribunal da Boa Hora, em Lisboa, um processo onde o Ministério Público acusa 36 arguidos (entre eles altos responsáveis da central sindical UGT à altura dos factos, em 1988 e 1989) da obtenção fraudulenta de 350

mil contos em subsídios do Fundo Social Europeu.

Entre os réus encontram-se o secretário-geral da UGT, João Proença, o seu antecessor no cargo, Torres Couto, e os dirigentes daquela organização à altura dos factos que originaram a acusação, Rui Oliveira e Costa e José Veludo.

Como existem arguidos que já faltaram duas vezes, o procurador do Ministério Público solicitou à juíza Margarida Veloso que à terceira falta o julgamento se realize mesmo com a sua ausência.



### Contra aumento dos registos

Mais de 50 advogados e solicitadores do Alto Tâmega manifestaram-se na passada semana em Chaves, contra o aumento «exagerado» dos emolumentos dos registos e notários, que consideram desajustado à realidade do País.

Os advogados e solicitadores dos concelhos de Montalegre, Boticas, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena, envergando as suas togas, concentra-

ram-se junto ao tribunal de Chaves, de onde se deslocaram silenciosamente para os serviços da Direcção Geral dos Registos e do Notariado, para ali entregarem uma moção de protesto.

Com efeito, apesar de o Governo anunciar preços «mais justos» para as despesas com registos e escrituras a partir de 1 de Janeiro com a entrada em vigor do decreto-lei 322-A/2001 de 14-14,

os advogados do Alto Tâmega consideram que o resultado foi o aumento «insensato e exorbitante dos actos notariais e registais».

O protesto, segundo a advogada Lisa Araújo, delegada da Ordem dos Advogados em Chaves, contou com o apoio do Bastonário da Ordem dos Advogados e tem como objectivo «repudiar veementemente os aumentos insensatos e escandalosos dos actos registais e notariais».

### Morreu Raul Rego

Raul Rego faleceu, sexta-feira, aos 88 anos, após doença prolongada. Resistente antifascista, Raul Rego foi um dos fundadores do actual Partido Socialista.

Nascido em 1913, em Morais, em Trás-os-Montes, Raul Rego foi professor no Colégio Moderno e jornalista da agência Reuters e do «Jornal do Comércio». No final de 1970, foi director do diário «República» e mais tarde dos projectos «A Luta» e «Portugal Hoje».

Eleito deputado em várias legislaturas pelo PS, nessa qualidade, ficou na memória de muitos o exemplo de militância que constituiu a sua comparência na Assembleia da República, em cadeira de rodas,

para exercer o direito de voto no debate sobre a despenalização do aborto.

Raul Rego foi também autor de alguns livros: «Diário Político», «Os Políticos e o Poder Económico», «O Último Regimento da Inquisição» e «Horizontes Fechados» são alguns dos títulos de sua autoria.

Ao tomar conhecimento da morte de Raul Rego, o Sindicato dos Jornalistas manifestou publicamente o seu pesar à viúva e à filha «deste grande jornalista e democrata que honrou, de forma invulgarmente exemplar, o exercício da cidadania plena na dupla qualidade de jornalista e político».



## Crónica Internacional

• Ângelo Alves

### O «terror» (de) Bush

Se dúvidas houvesse sobre a política externa da Administração norte-americana, desvanecer-se-iam com dois recentes momentos da vida dos EUA: o primeiro discurso de George W. Bush no Senado sobre o Estado da União, no passado dia 29 de Janeiro e a apresentação ao Congresso da proposta de Orçamento de Estado para 2003, também da sua responsabilidade.

Os números: Bush é o presidente americano responsável pelo maior aumento anual do orçamento americano para a defesa nos últimos 20 anos (13,5%).

Desde a administração Reagan, que desenvolveu na altura uma poderosa corrida aos armamentos contra o então «império do mal» (a URSS), que não se via tal incremento nas verbas militares.

São 48 mil milhões de dólares (mais de 55 mil milhões de euros) a juntar ao orçamento anterior num total de 379 300 milhões de dólares (436 831 milhões de euros ou seja quase 88 mil milhões de contos!).

Só para o desenvolvimento do famigerado sistema de defesa antimíssil Bush destina quase 8 000 milhões de dólares; para a compra de novo armamento vão cerca de 69 000 milhões e para a investigação e desenvolvimento no campo militar cerca de 54 mil milhões.

Mas como os números não dão, por vezes, a real dimensão, fique o leitor com a seguinte ideia: segundo Scott Lynch, director de comunicação da «Peace Action» (EUA), só o incremento deste ano do orçamento da Defesa dos EUA é superior aos gastos militares anuais de qualquer outro país do mundo, e com este aumento os Estados Unidos passam a gastar em despesas militares mais do que todo o resto do mundo!!!

O discurso confirma os números. A parte mais significativa é pura e simplesmente... uma declaração de guerra... ao mundo!

Acompanhado pelo primeiro-ministro interino afgão Hamid Karzai (segundo o Jornal Saudita Al-Watan ligado a várias operações da CIA no Afeganistão desde 1980) e começando com a constatação triunfante de que «aqueles que outrora ocuparam o Afeganistão» (guiados pela mão dos EUA, esqueceu-se de dizer) «ocupam agora celas em Guantanamo» e que a «bandeira americana flutua outra vez na embaixada em Kabul», prossegue, usando o medo e a irracionalidade como suporte de argumentação, e afirma que a guerra contra o «terror» ainda mal começou e que existem milhares de terroristas à solta que têm de ser caçados onde quer que estejam.

Bush é claro: «Os nossos homens e mulheres das forças armadas entregaram uma mensagem clara para todos os inimigos dos Estados Unidos: até mesmo a 7000 milhas de distância, atravessando continentes e oceanos, nos topos das montanhas e nas cavernas – vocês não escaparão da justiça desta nação.» (...) «Alguns governos serão tímidos face ao terror. Não tenham dúvidas: se eles não agirem a América agirá.»

Mas Bush vai mais longe: jogando o seu jogo de estratégia enumera os cantos do mundo onde os EUA estão a intervir, a preparar intervenções ou já dominam (Afeganistão, Filipinas, costa africana com referência explícita à Somália, Bósnia). Mais adiante, referindo que existem pelo menos doze países onde existem campos terroristas, profere as ameaças e elege os primeiros alvos: Coreia do Norte, Iraque e Irão. Está assim eleito agora «o eixo do mal».

Sobre a situação na Palestina nem uma palavra, aqui o silêncio soa a morte (dos palestinos), é prova de que a política de apoio incondicional à política sionista e de terrorismo de Estado contra a Palestina e o seu povo vai continuar, correspondendo assim aos apelos e pressões dos mais obscuros grupos sionistas norte-americanos que recentemente decidiram realizar e financiar uma campanha publicitária milionária nos principais órgãos de comunicação social americanos com o intuito de exigir o corte de relações dos EUA com a OLP e sobretudo com Yasser Arafat.

Sobre a ONU, combate político, económico e social ao terrorismo nem uma palavra, confirmando a intenção e a prática de ignorar pura e simplesmente o direito internacional nas relações externas dos EUA. Sobre os escândalos da ENRON falida nem um som. Telhados de vidro...

Estes são os números e os discursos. A realidade há muito que aí está para os confirmar: Bush deixou de alguma forma escapar aquilo que Lenine no seu tempo e noutras condições identificara: numa situação de profunda crise económica do capitalismo a ponta das baionetas imperialistas surge poderosa e arrogante contra os povos e países de todo o mundo.

Isto identificou Lenine. Bush disse: «Vamos ganhar esta guerra, vamos proteger a nossa terra e vamos reabilitar a economia.» Mudam-se os tempos... mudam-se as palavras... e a perversa vontade de domínio imperialista mantém-se.

Mas a luta dos que resistem também, sr. Bush!

## Editorial

# A MUDANÇA NECESSÁRIA

Em entrevista ao jornal *El País*, diz Ferro Rodrigues que, nos últimos dois anos, a esquerda perdeu uma grande oportunidade de modernizar Portugal por culpa do PCP. E explica: apesar de o PS ter estado de acordo e ter aprovado leis «muito positivas para a esquerda» (parte delas apresentadas pelo PCP, sublinhe-se) os comunistas não viabilizaram os Orçamentos de Estado do PS.

Postas as coisas assim, para repor a verdade bastará lembrarmos que o PCP está ligado a tudo o que de «positivo para a esquerda» (se quisermos utilizar a curiosa formulação de Ferro Rodrigues) – ou tudo o que de **positivo para os trabalhadores, o povo e o País** (se quisermos ser rigorosos) – foi aprovado na Assembleia da República. Basta lembrar, igualmente, que dezenas de propostas com semelhante conteúdo positivo, apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, não passaram porque esbarraram no voto contra do PS. E basta lembrar, ainda, que a não aprovação pelo PCP dos referidos orçamentos do Estado decorre do facto de eles serem orçamentos para uma política de direita e, portanto,

## “Decida-se o PS de uma vez por todas...”

não serem «nem positivos para a esquerda» nem positivos para os trabalhadores, o povo e o País. Ou seja: o PCP nunca recusou o seu apoio ou o seu voto a medidas de esquerda; sempre se opôs a medidas de direita; e viu grande parte das propostas de esquerda que apresentou rejeitadas pelo PS. Esta é a verdade. Insistamos nela, colocando-a, agora, em jeito de sugestão ao actual líder do PS: tente Ferro Rodrigues passar a escrito a lista das propostas positivas (propostas de esquerda) apresentadas pelo PS e que foram rejeitadas pelo PCP... e, seguramente, ficará com a folha em branco. Mas, seguramente, encherá várias folhas se se der ao trabalho de anotar todas as propostas positivas (propostas de esquerda) feitas pelo PCP e rejeitadas pelo PS.

É claro que as declarações de Ferro Rodrigues são por de mais elucidativas sobre o *negócio* por ele sonhado: na Assembleia da República, o PS aprovaria umas quantas propostas positivas apresentadas pelo PCP; por seu lado, o PCP pagaria esse *favor* viabilizando os maus orçamentos apresentados pelo PS e assumir-se-ia como força de apoio ou de suporte da política de direita praticada pelo Governo.

Na realidade, as afirmações do actual líder do PS enfermam de um mal crónico naquele partido: o de, em nome da esquerda, defenderem e aplicarem uma política de direita, e pretenderem o apoio do PCP para dar crédito a tal mistificação.

Basta um breve olhar pela prática do PS no Governo desde 1976 para constatar essa evidência.

Promotor ou apoiante de todas as revisões da Constituição, através das quais a Lei Fundamental do País tem vindo a ser descaracterizada e empobrecida no seu conteúdo democrático; promotor ou apoiante de toda a legislação antilaboural aprovada, de todas as medidas gravosas para quem trabalha e vive do seu trabalho; promotor ou apoiante de todas as medidas favoráveis aos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros; promotor ou apoiante do autêntico saque que tem sido o processo de privatizações; submisso e claudicante face às pressões dos *lobbies* (interrupção voluntária da gravidez, reforma fiscal, lei de bases da segurança social); sempre, sempre ao lado dos interesses do imperialismo norte-americano; sempre, sempre numa postura subserviente em relação aos grandes da União Europeia; sempre, sempre na primeira linha dos apoiantes incondicionais das agressões e dos crimes cometidos pelos EUA e pela NATO – eis, em resumo, o que tem sido, ao longo dos anos, a intervenção do PS em matéria de defesa e aplicação de uma política de *esquerda* com vista à *modernização* do País...

Levar por diante, em nome da esquerda, uma política de direita constitui uma prática terrivelmente gravosa para a esquerda e que só tem vantagens eleitorais e políticas para os partidos da direita. E é esse o caminho que Ferro Rodrigues se propõe prosseguir.

Se se tiver em conta que o PCP – através da luta de massas, da luta institucional, da proposta alternativa, da denúncia permanente do conteúdo e das consequências da política de direita – tem sido o único verdadeiro obstáculo à concretização plena dessa política, percebe-se a dimensão e a força da ofensiva anticomunista. De facto, sem a intervenção determinada, coerente e consequente dos comunistas, a implementação da política de direita constituiria, para os seus promotores, um passeio turístico, uma viagem triunfal.

Dizemos há muito tempo – e hoje não há quem o não diga – que a política que o PS e o PSD têm levado à prática é, no essencial, a mesma política de direita – contra a qual o PCP sempre se bateu e continuará a bater-se ao mesmo tempo que apresenta propostas e se mostra disponível para participar na concretização de uma política de esquerda. Decida-se o PS, de uma vez por todas, a optar por uma verdadeira política de esquerda e contará com o apoio e o empenho dos comunistas.

Apresentamo-nos mais uma vez ao eleitorado sublinhando a importância decisiva de as eleições de 17 de Março se traduzirem num reforço eleitoral da CDU e na alteração da correlação de forças entre o PS e o PCP, na Assembleia da República. Porque esse reforço e essa alteração são indispensáveis para pôr termo aos ciclos alternantes de aplicação da política de direita e para a concretização da mudança necessária à implementação de uma política que tenha como beneficiários prioritários os trabalhadores, os reformados e pensionistas, os pequenos e médios empresários e agricultores, os jovens, as mulheres – para a implementação, enfim, de uma política de esquerda.

## Actual

## Lavar de mãos

● Jorge Cordeiro

Não fosse o tema tão pouco católico, que se poderia dizer a propósito que em matéria de aborto Guterres e Ferro Rodrigues reproduzem o papel atribuído a Judas e Pilatos nos textos das Antigas Escrituras. O primeiro na entrega à direita do que ela reclamava, o segundo lavando as mãos chegada a hora de decidir.

É particularmente significativo que poucos dias após a leitura da sentença do chamado processo da Maia (que envergonhará para sempre o país mas que continuará a merecer a indiferença dos guardiões da moral e dos zeladores dos bons costumes) Ferro Rodrigues tenha vindo entregar-se em praça pública nas mãos da direita e dos mais retrógrados e reacçãoários sectores da sociedade portuguesa nesta matéria. É também particularmente significativo que Ferro Rodrigues se tenha refugiado numa cínica postura de condicionar a aprovação de legislação que elimine um código que ofende e humilha a dignidade das mulheres, ao acordo para realizar um

referendo que sabe dispensável de um parceiro que à partida ele conhece ser um decidido opositor de tais alterações. O que torna ainda mais insuportável esta atitude insincera quando comparada com a beata rendição de Guterres às exigências clericais.

Tem razão Ferro Rodrigues quando declarou em entrevista a uma rádio que a sua posição «é clara». Ele e o PS preparam-se assim para lavar as mãos de um incontornável problema social e de saúde pública. Pela simples razão de, ao contrário do que dizem os cartazes afespalhados, não ter coragem, nem convicção, nem determinação.

O novo líder do PS sabe bem, porque com Guterres estava na ocasião, que o referendo mais não foi do que a entrega à direita de um precioso ins-

trumento destinado a impedir a publicação de uma lei já aprovada na Assembleia da República. O novo líder do PS sabe bem que a aprovação da legislação destinada à despenalização da interrupção voluntária da gravidez não carece de decisão referendária mas tão-só de vontade e determinação política.

A revelação de Ferro Rodrigues fecha portas à esperança de todos, mulheres e homens, que se não conformam com condutas e regras mais próprias de tempos de trevas do que tempos de civilização. Mas tem a virtude de tornar mais claro que, num quadro em que, em matérias essenciais, o interlocutor e parceiro privilegiado do PS continua a ser o PSD, dar mais força à CDU é a opção que pode, com a luta e a intervenção dos que não se acomodam, abrir espaço à esperança e conquistar direitos.



## Delito de opinião? Ou direito de opção?

● Aurélio Santos

Da Roma antiga chegou-nos um ditado que dizia: «Não basta que a mulher de César seja séria: é preciso que o pareça.» E este, como todos os pensamentos, deve ser interpretado com rigor: o que ele quer dizer é que a realidade deve revestir-se de aparências para se tornar real. O que é de uma injustiça flagrante porque se as aparências forem demasiado evidentes passam, por seu lado, a sobrepor-se à própria realidade, isto é, impõem uma realidade inexistente.

Neste momento, e em muitos sentidos, é o que se passa relativamente ao nosso partido. Acusam-nos de imobilismo na análise da actualidade, de rigidez de princípios ideológicos, de ausência de discussão interna, de disciplina partidária imposta. De decisões injustas e de constante «crispação».

Mas há outro ditado que diz: «As aparências iludem.» E neste caso, é o que ocorre. De fora e até nalguns casos mesmo de dentro do partido, encontrou-se um óptimo pretexto de ataque ao PCP: o «caso João Amaral».

Desde a língua tagarela e sempre televisivamente aparecida de Marcelo Rebelo de Sousa até analistas e comentaristas com menos poder histriónico, ergue-se uma espécie de exército de anjos a cantar o hino «O partido comunista não se adapta a esta sociedade. E o seu maior erro presente foi não ter incluído como candidato um deputado brilhante como João Amaral». E acusa-se o PCP de punir por «delito de opinião».

A antecipação da demonstração é, neste caso, uma hipótese forçada: usar-se a veste de uma aparência para que esta se transforme em realidade.

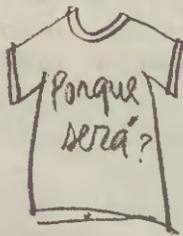
E não é a informação real que convém. É a aparência duma informação que se quer fazer chegar para fora, mas sobretudo para dentro do partido, dos seus apoiantes, do seu eleitorado. Com bons e rápidos efeitos para uma direita ávida de votos.

Considero que a não inclusão do camarada João Amaral nas listas de candidatos não resulta de «punição» por ele ter as suas opiniões mas sim legítima opção por uma opinião diferente da que ele tem publicamente defendido quanto à política do PCP. Ou será «delito» ter opinião diferente da de João Amaral?

Mas João Amaral é presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, indigitado pelo nosso partido. E penso que os membros do partido, em especial na capital, seguirão a sua actividade na AM, não esperando o melhor, mas ainda mais.

Mas perguntem-lhe: «Ó João, estás disposto a acompanhar-nos, com as nossas discussões muitas vezes longas, não raro talvez enfadonhas, ou preferes que tomemos conhecimento das tuas posições pela comunicação social?»

A resposta real, e não aparente, só pode ser uma: a que a própria realidade demonstrar.



## Música

● Leandro Martins

O hábito, de manhã, é ouvir música, entremeada de notícias. Espreitar a televisão ao café e ver se o trânsito já se embrulhou nos acessos à cidade. E, nas longas filas de espera à beira das portagens, dar uma saltada a um debate, a uma entrevista, ao excerto de um depoimento na rádio. Os jornais ficam para mais tarde, já por dever de ofício, a ter de grammar as opiniões, a maior parte das vezes passadas a papel químico, de opinativos colonistas que fazem carreira lançando pazadas de terra sobre a sepultura de um partido que, para mal dos pecados deles, se mantém bem vivo.

Como vêem, lá estou a falar de política.

Neste tempo de eleições, quase todas as notícias - e estou só a referir-me ao plano nacional - vão dar aí. Mesmo se a gente não fizer as contas aos protestos dos trabalhadores que se manifestam e lutam em defesa dos

salários, dos postos de trabalho e de outros direitos que diariamente lhes são arrancados - as histórias contadas mostram como quase todos os acontecimentos têm a ver com a política. Com aquela que tem vindo a ser praticada pelo Governo e com a que é prometida em tempo eleitoral. Há dias, só para dar um exemplo na área da educação - paixão infeliz de Guterres -, ouvi um professor do ensino básico a queixar-se da demagogia do poder cor-de-rosa. A

dizer que há aldeias no País desertificado e recôndito com escolas onde apenas vão duas ou três crianças e nada se fez para promover centros escolares, com as autarquias sem meios para lhes garantir transportes e instalações; que há escolas dessas onde dormem computadores e os pro-

fessores nem os sabem abrir, mas falta dinheiro para garantir o aquecimento no Inverno. Mas promessas não vão faltar. Há também aquela história, que toda a gente conhece, de um jovem agente da autoridade do Estado que morreu em cumprimento do dever. Recordar-se então o subsídio de risco, o seguro que o Estado não paga. E vêm os partidos, que nada fizeram para o implementar, dizer agora que, com eles no poleiro, outro galo cantaria; vem o Governo demissionário dar dez mil contos à família, a título «excepcional» - para não comprometer a mesma política no futuro e para continuar a não fazer caso das medidas propostas pelo PCP. Ainda nas franjas das notícias, aparece o caso da Escola Superior de Música, onde não há instrumentos e as salas ameaçam ruir. O Governo ainda é capaz de lhes oferecer qualquer coisa. E todos os partidos da política de direita vão apostar em quem dá mais... música.



## Frases

“Parte o coração ver como a esmagadora maioria dos deputados se apresenta mal preparada nas comissões e como os ministros as dominam sem dificuldade (...) A [comissão parlamentar] do Equipamento, por exemplo, que na discussão do PIDDAC do último Orçamento, em Novembro, registou a passagem de mais de 70 deputados pela sala. Apenas três, repito, três, deputados disseram coisas que valesse a pena serem ouvidas - Agostinho Lopes e Joaquim Matias, do PCP, e Castro Almeida, do PSD”

(Luís Miguel Viana, Público, 04.02.02)

“A luta dos americanos e dos europeus pela democracia, que pretendem impor, deve passar pela democracia ao nível de todo o planeta. E não há democracia sem solidariedade, sem partilha dos recursos e dos meios de sobrevivência. Esta é que seria a nova ordem mundial; tudo o resto é paleio para legitimar uma mentalidade imperial e de exploração dos povos”

(Adel Sidarus, filólogo e historiador egípcio, Diário de Notícias, 03.02.02)

“Ariel Sharon vai alimentando internacionalmente a questão Arafat. No terreno, a ofensiva político-militar prossegue sem obstáculos. A Europa acompanha Arafat, mas dá provas de total incapacidade para o ajudar e de ver para além dele. Os EUA investem numa perigosa parcialidade. A corda está esticada”

(Francisco Azevedo e Silva, Diário de Notícias, 02.02.02)

“O PSD parece querer retomar a vocação populista e neoliberal do velho PPD de Sá Carneiro e o PS bem pode aproveitar a ocasião para recuperar a sua vocação genuinamente social-democrata. Se assim for, tanto melhor. Há males que vêm por bem”

(Alfredo Barroso, Expresso, 02.02.02)

“A Igreja Católica, ao impedir a aprovação de uma regulamentação civilizada, é a única culpada da prática do aborto clandestino em Portugal. Não se compreende, aliás, com que legitimidade se pronuncia sobre as questões da família e da sexualidade uma instituição que, na sua estrutura interna, discrimina e exclui as mulheres e condena os homens a uma ridícula auto-castração sexual”

(Alexandre Melo, idem)

“O PS e o PSD são partidos políticos sem consistência ideológica. São uma amálgama, grandes frentes clientelares e clubísticas”

(Jorge Miranda, Focus, 31.01.02)

“O “alerta rápido” de Bruxelas é desfadado, tardio e dirigido a um Governo que já caiu. As finanças públicas portuguesas estão mal, mas a cobardia de Bruxelas não serve de lição a ninguém. Tivessem falado em tempo útil”

(Francisco Azevedo e Silva, Diário de Notícias, 31.01.02)

“A globalização gera mais vítimas que beneficiários, muito embora, regra geral, o mundo ocidental tire dela grandes proveitos”

(Jean Baudrillard, filósofo francês, idem)

“Todos elogiam a globalização como se se tratasse do ponto final do Iluminismo, do ponto final de todas as contradições. Ora, na realidade, a globalização transforma tudo num processo contínuo de trocas, por tudo ter um preço. E esse processo é extremamente violento, pois acaba por destruir as especificidades, as peculiaridades e as culturas que não se reduzem a valores monetários”

(idem, ibidem)



CDU apresentou listas às eleições legislativas de 17 de Março

## Uma combativa intervenção em defesa das aspirações populares

**O** Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, foi palco, na passada segunda-feira, da apresentação das listas nacionais da CDU, cuja composição confirma a ligação aos trabalhadores, às populações e suas organizações.

Os candidatos apresentados, uma vez eleitos, dão garantias de prosseguir o reconhecido trabalho dos deputados eleitos pela CDU na Assembleia da República, um trabalho «caracterizado por uma intensa acti-

vidade e iniciativa, por uma proximidade aos problemas do País e por uma combativa intervenção na defesa dos interesses e aspirações populares, traduzido no facto de terem apresentado o maior número de iniciati-

vas legislativas na legislatura que agora finda», afirmou Carlos Carvalhas perante uma plateia composta por militantes e simpatizantes das forças que compõem a CDU, oriundos de vários pontos do País e unidos *somente* pelo projecto político que defendem, o projecto da CDU, pelo qual muitos dos presentes dão a cara e o nome como candidatos.

Esses eleitos – e o projecto que os une –, segundo o dirigente do PCP, dão voz às lutas e reclamações dos tra-

balhadores e das populações e «não se calarão perante as injustiças e a desigualdade e que marcarão presença, com o apoio solidário e a proposta concreta, junto de cada problema, luta ou reclamação justa». A finalizar, o secretário-geral comunista assegurou continuar a ser a CDU a depositária da vontade e da esperança de todos quantos querem dar força a uma política de esquerda, «a todos quantos desejam uma mudança na política nacional».

### Levantar questões civilizacionais

Para a deputada dos «Verdes», Isabel de Castro, a ecologia continua a estar «manifestamente ausente daquilo que é a forma de fazer política», entendendo ser fundamental colocá-la no centro das políticas, pois é uma questão «essencial, que tem a ver, entre outras coisas, com a saúde e com a forma como as pessoas vivem». Para a diri-

gente ecologista, é tempo de «continuar a avançar e de pôr na agenda política aquela que é uma questão essencial dos nossos dias, da responsabilidades que temos em relação ao futuro». Daí

### A CDU é depositária da esperança de quantos querem uma política de esquerda

considerar indispensável a presença do PEV no Parlamento, que será, «como tem sido, a possibilidade de continuar a antecipar os debates que, no nosso país, por razões políticas e culturais, eternamente faltam; é a possibilida-

## Quem são os candidatos?

Durante a apresentação das listas da CDU foram divulgados alguns dados sobre os candidatos da coligação. Destes, 220 são homens (67 por cento) e 106 são mulheres (33 por cento). Dezanove por cento dos candidatos têm menos de 30 anos e quinze por cento têm entre 31 e 40 anos.

No total, 75 candidatos são dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores (23 por cento), 62 candidatos são eleitos em órgãos autárquicos (19 por cento) e 37 candidatos são dirigentes de associações (11 por cento).



**OUTRA  
POLÍTICA?**

**Só com  
a CDU  
mais  
forte!**



Idade	Número	Percentagem
< 30 anos	60	19 %
31/40 anos	48	15 %
41/50 anos	109	33 %
51/60 anos	88	27 %
>61 anos	21	6 %

Profissão	Número	Percentagem
Operários	40	12 %
Empregados	65	20 %
Profissões liberais	171	53 %
Estudantes	26	8 %
Diversos	24	7 %

Filiação partidária	Número	Percentagem
PCP	247	76 %
«Os Verdes»	29	9 %
Intervenção Democrática	8	2 %
Independentes	42	13 %



de de dar voz àqueles que não têm voz, é a possibilidade de impor uma visão perspectiva e de longo prazo num País em que a única visão consentida tem sido imediatismo, o curto prazo e o lucro».

Tudo isto constituem, para Isabel de Castro, razões para que o seu partido continue — e, se possível se reforce — na Assembleia. Porque «entendemos que o nosso papel tem sido fundamental em trazer questões civilizacionais para a discussão política, para o debate e para a alteração das mentalidades».

#### A economia ao serviço do Homem

Já Blasco Hugo Fernandes, presidente da ID — que apresentou a sessão e os cabeças de lista —, pôs a tónica na situação em que o País se encontra, uma situação que considera crítica, no plano económico, social, cultural e político.

**O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, encerrou a iniciativa de apresentação de todas as candidaturas da CDU, realizada no Centro de Trabalho Vitória, no fim da tarde de segunda-feira, apresentando as principais linhas que caracterizam a composição das listas.**

Caros amigos e camaradas, termina hoje o prazo para a entrega das listas de candidatos às eleições legislativas antecipadas do próximo dia 17 de Março. Pela nossa parte queremos dar notícia pública dos traços mais significativos que caracterizam a sua composição com plena convicção de que ao fazê-lo não esta-

lhe dão suporte jurídico e político — Partido Comunista Português, Partido Ecológico «Os Verdes» e Intervenção Democrática — e de muitos independentes que intervêm neste grande espaço de intervenção e democracia que é a CDU.

São listas que reflectem uma participação de mulheres superior a 32 por

adicional de que na CDU continuará a encontrar-se o espaço mais sólido e coerente em defesa dos direitos das mulheres, pela afirmação de valores e de igualdade, de combate contra as discriminações.

#### Ligados à sociedade

São listas que mantêm uma expressiva participação de candidatos jovens — com uma elevada percentagem de jovens, dos quais 60 com idade inferior a 30 anos — que traduz o empenhamento da CDU no seu

luta pelo direito ao trabalho e a um emprego de qualidade, pela melhoria dos salários. Uma presença que marca reencontro nas listas da CDU com o encontro de todos os dias ao lado dos trabalhadores em defesa dos seus direitos nas empresas e locais de trabalho do PCP, dos seus militantes e organizações.

Mas também uma presença nas listas apresentadas pela CDU de dirigentes de organizações de agricultores, do movimento cooperativo, de pequenos e médios empresários, de reformados e do associativismo local que traduz uma profunda ligação aos principais sectores da actividade, e da vida económica e social. E ainda uma expressiva presença de intelectuais e quadros técnicos, muitos dos quais com significativa intervenção na vida cultural, científica e técnica que traduz o valor que CDU atribui à produção e criação culturais, ao papel e lugar dos intelectuais na luta emancipadora e por uma sociedade mais justa.

#### Prosseguir o bom trabalho

Os candidatos que a CDU apresenta são uma garantia de que os deputados que em 17 de Março passarão a integrar os grupos parlamentares do Partido Comunista Português e do Partido Ecológico «Os Verdes» prosseguirão o reconhecido trabalho dos deputados eleitos pela CDU na Assembleia da República, caracterizado por uma intensa actividade e iniciativa, por uma proximidade aos problemas do País e por uma combativa intervenção na defesa dos interesses e aspirações populares, traduzido no facto de terem apresentado o maior número de iniciativas legislativas na legislatura que agora finda e de

terem contribuído decisivamente para os avanços ainda que limitados verificados na Assembleia da República, no sentido do progresso, da modernidade e da justiça social.

Candidatos que se apresentam com a prova de saber honrar a palavra dada, respeitar os compromissos assumidos, agir na Assembleia da República de acordo com o que propuseram e defenderam na campanha eleitoral.

Candidatos que darão voz na próxima Assembleia da República às principais lutas e reclamações dos trabalhadores e da população, que proporão soluções para os problemas, que não se calarão perante as injustiças e a desigualdade e que marcarão presença, com o apoio solidário e a proposta concreta, junto de cada problema, luta ou reclamação justa.

Candidatos que constituirão a mais sólida e coerente presença de esquerda na Assembleia que contará sempre para aprovar tudo o que de positivo para os trabalhadores, o povo e o País seja apresentado e para dar firme combate a todas as medidas e propostas negativas, elitistas e de acen-tuação das desigualdades e injustiças.

Pela sua proposta e projecto para o futuro, pela prova da sua acção e coerência política no passado e pelos candidatos que apresenta, a CDU é depositária da vontade e da esperança de todos quantos querem dar força a uma política de esquerda, de todos quantos querem que não prossiga um rotativismo sem alternativa, de todos quantos desejam uma mudança na política nacional. Com as nossas propostas, com a intervenção empenhada de todos os activistas e simpatizantes vamos travar este combate para que Portugal venha a ter uma nova política.

## Dar voz às lutas dos trabalhadores e das populações



A CDU tem uma política de esquerda, que pretende que as grandes opções socio-económicas «tenham como principal destino os verdadeiros interesses e as necessidades da generalidade da população, a começar, naturalmente pela sua parte mais desfavorecida». «Trata-se, afinal, de colocar a economia e a finança ao serviço do Homem, aumentando o seu bem-estar material e satisfazendo mais e melhor as suas exigências, nomeadamente nas áreas do trabalho e do emprego e da segurança social», prosseguiu o presidente da ID, que concluiu que «são estes os objectivos da CDU».

mos a cumprir uma mera divulgação estatística mas, sim a apresentar perante o país elementos que transportam em si motivos de reflexão, posicionamento e conteúdos políticos. Apresentamo-nos naturalmente aos 18 círculos eleitorais do Continente, aos das duas Regiões Autónomas e aos círculos da Europa e Fora da Europa. Na composição das listas da CDU, e dos 327 candidatos que as constituem, encontra expressão o carácter plural e unitário da Coligação com a participação de candidatos das forças políticas que

cento, ou seja, cerca de um terço do total dos candidatos, que traduz a assumida decisão de, por iniciativa própria e imperativo consciente, atribuir o papel que às mulheres cabe por direito próprio em todas as áreas da vida e da intervenção na sociedade. Facto tão mais valorizável quanto o número de mulheres em posição de serem eleitas para a Assembleia, acompanha esta percentagem. Ainda que com motivos de insatisfação quanto ao resultado final, estamos seguros que esta participação de mulheres será em si uma garantia

rejuvenescimento, a ligação aos movimentos e aspirações juvenis e a garantia firme de ser dada voz na Assembleia da República aos problemas e reivindicações dos jovens trabalhadores e estudantes.

São listas que comprovam uma profunda ligação aos trabalhadores, aos movimentos sociais, ao movimento operário e sindical. Mais de 20 por cento dos candidatos são dirigentes de organizações de trabalhadores reflectindo a atenção e a prioridade dada pela CDU aos trabalhadores e aos seus problemas, à

# Jerónimo de Sousa apresentado em Setúbal

## Ser deputado, ligado à vida e às causas concretas

Jerónimo de Sousa foi apresentado publicamente como cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral de Setúbal, em cerimónia onde estiveram presentes activistas da coligação, parlamentares, autarcas, sindicalistas, representantes de colectividades e trabalhadores.

O candidato começou por dizer quão «honrosa» considerava a sua escolha para Setúbal, porque, acentuou, «no plano pessoal e da minha vida política e parlamentar sempre estabeleci uma ligação afectiva e efectiva com os trabalhadores, a população, com os deputados eleitos pelo distrito».

O candidato da coligação esclareceu que aprendeu

«Vale sempre a pena ter coerência, ideal e defender causas justas»

«que só vale a pena ser deputado enquanto tivermos a capacidade de nos ligarmos à vida, às coisas concretas, aos

problemas concretos do povo e do país, falar deles apresentando propostas para a sua resolução, contribuindo assim para o prestígio e valor da

acção e das propostas do grupo parlamentar do PCP», bem como para dignificar o

próprio órgão de soberania Assembleia da República.

«Por coincidência, ou talvez não, falei da Lisnave, da Solisnor, da Setenave, da Lisnico, da Quimigal, da ofensiva aos salários e aos direitos, a que estão sujeitos milhares de trabalhadores neste distrito», afirmou Jerónimo de Sousa, que considera valer sempre a pena ter coerência, ter ideal e defender causas justas.

Quanto à área cujos interesses vai defender no Parlamento, as ideias são claras: «Para a CDU, o desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável do Distrito de Setúbal é possível, necessário, e integra-se no projecto global do PCP e do PEV, devendo assentar nas potencialidades e recursos existentes na região, fomentar e desenvolver a participação dos trabalhadores e cidadãos em geral, dos agentes económicos e sociais e articular, de forma equilibrada, o crescimento económico, o ordenamento do território, a defesa do ambiente, o património cultural, a qualidade de vida».

### Crescer com justiça

O candidato está certo de que, para os comunistas e «os Verdes», o crescimento económico é condição necessária, mas não suficiente, do desenvolvimento. Este exige a diversificação e coerência sectorial da estrutura produtiva, a sua distribuição equilibrada pelo conjunto do território, com respeito pelo equilíbrio ecológico e ambiental, uma repartição mais justa da riqueza criada, o fim das desigualdades sociais.

Portanto, sublinhou o candidato comunista, «vamos dirigir-nos aos trabalhadores, aos reformados, aos intelectuais, aos pequenos e médios empresários, aos agricultores e pescadores, às mulheres e

jovens, com aquela confiança e seriedade de quem luta por uma vida melhor, com uma profunda consciência de que o voto na CDU vale para uma mudança de política no sentido da esquerda».

E a concluir: «Vale a pena travar esta batalha. Travá-la com os candidatos do PCP e do Partido Ecologista «Os Verdes», travá-la com a intervenção e o empenhamento dos camaradas do meu Partido, travá-la com indispensável contribuição, alegria e generosidade da juventude CDU e muitos democratas

que não sendo comunistas nem do Partido Ecologista «Os Verdes» querem marcar presença e intervir na batalha eleitoral de 17 de Março.»

### Uma escolha fácil

O candidato foi apresentado por Jorge Pires, da Comissão Política e responsável pela DORS, que garantiu que a escolha não foi difícil, «a partir do momento em que muitos dos que foram auscultados colocaram como uma série possibilidade o nome do

meu camarada Jerónimo de Sousa». Para Jorge Pires, o facto de o candidato «não ser natural do distrito e não ter optado por aqui viver em nenhum momento condicionou a nossa decisão, porque pela sua forma de estar na vida, pela sua intervenção partidária e pública, pelo conhecimento que tem desta região, se identifica plenamente com as características, os anseios e aspirações que aqui temos de uma vida melhor no quadro de uma sociedade mais justa e solidária».

## Ainda mais CDU

Jerónimo de Sousa apelou, na sessão da sua apresentação como cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral de Setúbal, a «um sólido reforço eleitoral dos comunistas», com a eleição de mais um deputado da CDU pela região, com o objectivo de combater a política de direita, seja ela praticada pelo PS ou pelo PSD. «Não calaremos os efeitos de uma política de direita que foi realizada pelo PS, e que, em questões estruturantes, se aproximou e identificou com a política realizada durante dez anos pelos governos do PSD», disse o candidato, que apresentou como solução de combate a esta política o reforço do PCP e da CDU.

Em 1999, enfrentando uma candidatura socialista encabeçada pelo então ministro Jorge Coelho, a coligação – que tinha como lema «Mais CDU» – reforçou a sua votação e conquistou mais um deputado, ao PS, elegendo então cinco: Octávio Teixeira, Odete Santos, Heloísa Apolónia, Joaquim Matias e Vicente Merendas. Com a saída do então líder parlamentar, Bruno Dias assumiu, mais tarde, as funções de deputado.

A lista com a qual a CDU disputará as eleições de 17 de Março no distrito será publicamente apresentada hoje, no Hotel Esperança, em Setúbal, às 18 horas, e tem a seguinte composição: **Jerónimo de Sousa**, 54 anos, operário metalúrgico, membro da CP do CC do PCP; **Odete**

**Santos**, 60 anos, advogada, membro do CC do PCP; **Heloísa Apolónia**, 32 anos, jurista, membro do CN do PEV; **Bruno Dias**, 25 anos, técnico superior de Administração Local, membro do PCP; **Vicente Merendas**, 53 anos, operário metalúrgico, membro do CC do PCP; **Joaquim Matias**, 52 anos, gestor, membro do PCP; **Rosa Vaz**, 40 anos, educadora de infância, membro do PCP; **Norberto Barradas**, 53 anos, operário químico, membro do PCP; **Eufrásio Filipe**, 53 anos, gestor de recursos humanos, membro do PCP; **Nelson Vieira**, 28 anos, economista, membro do

PCP; **Vanessa Silva**, 24 anos, funcionária política, membro do CC do PCP; **Teresa Gafeira**, 49 anos, actriz, membro do PCP; **Luís Calha**, 33 anos, técnico de turismo, independente proposto pela ID; **Espírito Santo**, 47 anos, médico, independente; **Álvaro Saraiva**, 39 anos, funcionário da Administração Local, membro do CN do PEV; **Francisco Pacheco**, 55 anos, bancário, membro do PCP; **Cátia Rodrigues**, 20 anos, estudante, membro da JCP; **Francisco Pinheiro**, 50 anos, técnico de Animação Cultural, membro do PCP; **Helena Cordeiro**, 34 anos, ajudante familiar, membro do PCP; **Afonso Luz**, 48 anos, economista, membro do CN do PEV; **António Balona**, 64 anos, funcionário público, membro do PCP; **Faustino Reis**, 64 anos, empresário, membro do PCP.



Os trabalhadores estarão no centro das preocupações do candidato, tal como da última vez em que concorreu a umas eleições, as presidenciais de 1996

### Évora perde mais um deputado

## Só uma política de esquerda travará a desertificação

«O PS procurou estar bem, simultaneamente, com a esquerda e com a direita (mais com a direita do que com a esquerda, diga-se) e conciliar hipocritamente interesses contraditórios. Acabou, como se viu sem credibilidade, sem rumo e, sobretudo, cedendo sempre aos grandes grupos de interesses.» A afirmação é de Lino de Carvalho, deputado do PCP e cabeça de lista da CDU pelo círculo de Évora às próximas eleições legislativas, a propósito da maioria que o PS constituiu com o PCP e os Verdes na Assembleia e da política que os socialistas acabaram por levar à prática. Esta política do «zigzag» teve, também no Alentejo, e em especial no Distrito de Évora, reflexos. «Prometido o desenvolvimento do interior acabamos de perder um deputado pelo círculo porque o processo de despovoamento e desertificação humana continuam a acentuar-se», lembrou o

candidato que destacou que os três distritos do Alentejo «estão hoje reduzidos à mínima representação parlamentar permitida pela legislação eleitoral, 3 deputados por círculo», o que exige, em cada círculo alentejano, uma muito maior percentagem de votos para assegurar a eleição de um deputado.

Também os prometidos «grandes projectos de desenvolvimento», estão por cumprir: o Plano Regional de Emprego para o Alentejo prometia a atracção de empresas com a garantia da criação de 4 mil postos de trabalho e a redução da taxa de desemprego de 50 por cento em relação à média do País. «Apesar do Governo ocultar os reais números dos resultados alcançados basta olhar para as estatísticas do INE e do IEF para verificar que nem metade se atingiu.» Não passaram igualmente de promessas o aproveitamento da Base de Beja e a ligação do

Atlântico a Espanha. «Avançou Alqueva, dir-se-á», concordou o deputado, embora receie que a barragem, no seu actual estado, seja uma oportunidade perdida, já que o «magnó problema da alteração do sistema agrícola não foi tocado», pois o PS, o PSD e o PP «rejeitaram a nossa proposta de reestruturação fundiária para a área de Alqueva e de criação de um Banco de Terras».

### Por uma outra política

«É esta política que não queremos que se repita após 17 de Março», afirmou Lino de Carvalho que avançou que a solução não é, também, o PSD «com soluções ultraliberais como já começaram a vir a público com o anúncio da revogação da Lei de Bases da Segurança Social e a entrega aos fundos de pensões privados de

uma parte dos descontos dos trabalhadores, o anúncio da privatização de estratégicos sectores da actividade económica e social do País».

«A solução está na criação de uma maioria à esquerda que permita a definição e a concretização de uma nova política para Portugal», só possível com uma bancada do PCP e da CDU mais fortes. Este objectivo, não sendo fácil, é encarado com confiança, devido ao trabalho realizado.

Para além do cabeça de lista, a CDU apresenta ainda os seguintes candidatos: **Manuel Espenica**, 45 anos, arquitecto paisagista, membro do PCP; **Ángela Sabino**, 22 anos, estudante, membro da JCP; **Luís Nascimento**, 48 anos, geógrafo, membro do PEV; **José Serra**, 50 anos, operário metalúrgico, membro do PCP; **Ana Maria Oliveira**, 46 anos, enfermeira, independente.

CDU cumpriu promessas feitas em 1999  
e está confiante num bom resultado em Braga

## «Estivemos ao lado das lutas»

É com uma «grande confiança que vamos para a batalha eleitoral de 17 de Março», afirmou no passado dia 25, na apresentação de candidatos pelo círculo de Braga, Agostinho Lopes, cabeça de lista da CDU.

Uma confiança que, para o candidato, está alicerçada na convicção de que os votos da CDU «contribuirão sempre para que a direita fique em minoria» e que as deslocções de votos do PS para a CDU «dão mais força à luta por uma política de esquerda». Uma confiança que provém, também, do trabalho feito.

Em 1999, a CDU conseguiu eleger um deputado por este círculo. Dois anos depois, é convicção do candidato que «o trabalho realizado pelos que desempenharam essa função justificava inteiramente a confiança traduzida na sua eleição», pois foram cumpridas as promessas feitas ao eleitorado: «estaremos onde ocorrerem as lutas dos operários, agricultores e pescadores, empregados e funcionários, pequenos e médios empresários, trabalhadores intelectuais e estudantes, reformados e pensionistas. Hoje podemos dizer: estivemos! (...) Levaremos à Assembleia da República os projectos de lei, os requerimentos, as intervenções e propostas que os problemas das populações do distrito exigiam. Hoje podemos dizer: levámos!»

Apesar desta confiança, a CDU é realista e não prevê facilidades. Pelo contrário, entende que a batalha eleitoral que se aproxima será mais difícil e exigente do que a travada em 1999, «porque o contexto político em que foi decidida e vai

### «Preocupam-nos o nível salarial dos trabalhadores do distrito»

ser realizada, se encontra perturbada por um enorme sentimento de frustração dos votantes de esquerda que, dando uma maioria a essas forças, não viram concretizar-se uma política de esquerda que respondesse aos problemas da região e do País». Agostinho Lopes afirmou que «a responsabilidade principal e única por esse facto é do PS», já que «importantes processos legislativos como o da Segurança Social e o da Reforma Fiscal – infelizmente rapidamente subvertido pelo Governo PS – foram aprovados com a decisiva participação do PCP».

### Grandes causas

«Muito em especial, preocupam-nos os problemas do nível salarial dos trabalhadores do distrito, a permanência de um tecido produtivo assente em empresas com as cadeias de valor pouco desenvolvidas», declarou o candidato, apresentando as grandes linhas de intervenção para o próximo mandato. Para além dos baixos salários, o candidato referiu-se às carências de infra-estruturas na área da saúde – hospitais ou centros de saúde –, bem como de médicos e enfermeiros. E destacou que, em matéria de enfermeiros para a infância, o distrito apresenta a pior situação do País. O ensino, onde «os obstáculos ao pro-



As lutas dos operários do vale do Ave foram levadas à Assembleia da República pelo PCP

seguimento acelerado das instalações da Universidade do Minho e nos seus pólos e escolas», os atrasos na resposta aos problemas de espaço e desenvolvimento da Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian e a necessidade de reforço e renovação das redes de ensino pré-escolar, básico e

secundário – onde o distrito apresenta, também, uma das piores situações –, é também uma prioridade, tal como o ambiente e as acessibilidades.

A terminar, o candidato renovou a sua confiança na manutenção de um bom resultado eleitoral da CDU. Uma confiança, afirma,

«nem cega nem eleitoralista», mas na inteligência dos cidadãos, e na sua capacidade de julgamento político. Porque «os que votaram em nós, na CDU, em Outubro de 1999, têm razões acrescidas para renovar o seu voto». Quanto aos que não votaram, o deputado apelou a que «julguem da nossa interven-

ção, que comparem a nossa actividade parlamentar com a dos outros partidos», para que percebam, também estes, a «importância, utilidade e motivos para votar CDU», condição essencial para garantir que as «populações, os trabalhadores e o distrito continuarão a ser bem defendidos».

## Os candidatos da CDU por Braga

Os candidatos da CDU pelo círculo de Braga, onde a coligação alcançou, nas últimas eleições um resultado satisfatório, elegendo um deputado, é constituída por 23 pessoas, das mais diversas origens. A composição da lista assegura, por um lado, a natureza de classe do PCP enquanto Partido da classe operária e de todos os trabalhadores e, por outro, a ligação a vários sectores da sociedade. A lista é composta por:

**Agostinho Lopes**, 57 anos, Engenheiro, membro da CP do CC do PCP; **Cândido Capela**, 54 anos, Economista, Membro do PCP; **Casais Baptista**, 55 anos, Engenheiro Civil, Membro do PCP; **Carla Barbosa**, 31 anos, Educadora de infância, Membro do CC do PCP; **Adão Mendes**, 50 anos, Operário, Membro do PCP; **Carlos Silva**, 55 anos, Sociólogo, Membro do PCP; **Leonor Castro**, 24 anos, Professora, Independente; **Salgado Almeida**, 43 anos, médico, Membro do PCP; **Celso Ferreira**, 31 anos, Estudante,

Membro da DN do PEV; **Domingos Andrade**, 26 anos, Técnico de Manutenção de Máquinas, Membro do PCP; **Balbina Pimenta**, 52 anos, empregada de escritório; **Miguel Lopes**, 42 anos, funcionário sindical, Independente; **António Dias**, 52 anos, médico, Membro do PCP; **Alberto Almeida**, 19 anos, Estudante, Membro da JCP; **José Maria Ferreira**, 56 anos, Presidente do Sindicato da Construção Civil de Braga, Independente; **Júlia Vale**, 38 anos, Educadora de infância, Membro do PCP; **Ana Amélia**, 35 anos, Professora, Membro do PCP; **Domingos Veloso**, 48 anos, Operário, membro do PCP; **Sara Guimarães**, 22 anos, Estudante, Membro da JCP; **José Manuel Faria**, 40 anos, Professor, Membro do PCP; **Celestino Gonçalves**, 55 anos, Operário, Membro do PCP; **José Manuel Marques**, 48 anos, Gerente comercial, Membro do PCP; **Luís Filipe Gomes**, 44 anos, Comerciante, Independente.

Ainda os candidatos de Lisboa

## Traduzir a confiança com o voto



O elevado número de jovens, mulheres, operários e empregados nas listas foi destacado por Manuel Gusmão perante uma plateia entusiasta

Cerca de metade dos candidatos da CDU pelo círculo de Lisboa fazem parte das listas pela primeira vez. Manuel Gusmão, mandatário da candidatura, afirmou na apresentação dos candidatos distritais – de que o Avante! deu nota na sua última edição – que estes candidatos são, entretanto, «individualmente e no seu conjunto, portadores de universos diferenciados de experiência política, social e cultural» e são, também, militantes e dirigentes políticos ligados aos diversos movimentos sociais – sindical, camponês e estudantil, do mundo da cultura e da ciência.

Manuel Gusmão confia que, tal como no passado, os candidatos da CDU que forem eleitos «assumirão o seu mandato como um com-

promisso indeclinável com o programa que representam e com os seus concidadãos que, neles e nesse programa, depositaram a sua confiança e as suas legítimas esperanças».

Embora muitos já compreendam – prossegue o poeta – que a real mudança de política está sempre ligada ao PCP, deverão também perceber que esta só será possível dando «mais força, também pelo voto, ao PCP e à CDU». Também para os que vêem nos comunistas «uma espécie de última barreira de protecção contra a degenerescência da democracia, contra o descrédito da vida e acção política, contra as ameaças da globalização capitalista e da ofensiva neoliberal que ameaçam direitos políticos, sociais e culturais que são

conquistas civilizacionais e abrem o horizonte de possibilidades de uma sociedade mais justa e mais fraterna». Manuel Gusmão considera ser a altura de traduzir esta consciência e esta confiança com o voto.

O mandatário terminou – antes de passar a palavra aos dirigentes das forças políticas da coligação – que os deputados da CDU serão a representação política dos interesses, dos direitos e das aspirações económicas, sociais e culturais de todos os trabalhadores, do povo e do País».

Carlos Carvalhas, que falou depois de Manuel Gusmão e da deputada do PEV, Isabel de Castro, apontou, perante uma sala cheia, as principais linhas programáticas que a CDU apresentará aos eleitores.

CDU levou voz do distrito de Santarém à Assembleia

# Responder aos reais problemas das pessoas

«Mais uma vez foi o grupo parlamentar do PCP que mais iniciativas legislativas e parlamentares apresentou», sustentou Luísa Mesquita no jantar de apresentação dos candidatos da CDU pelo distrito de Santarém, realizado na passada sexta-feira, dia 1.

Iniciativas que tiveram em vista, como sustentou a candidata – actualmente deputada eleita pelo mesmo círculo –, «responder aos reais problemas e às dificuldades dos portugueses».

Luísa Mesquita foi mais longe, afirmando que «tudo o que de positivo se passou na Assembleia da República teve a iniciativa, o contributo ou o voto dos deputados do PCP», os mesmos a quem se deve o impedimento da privatização da Segurança Social, a reforma fiscal, as associações sindicais da Polí-

cia ou o acesso aos medicamentos contraceptivos de emergência. E os mesmos a quem se deveria o aumento do salário mínimo nacional, a gratuitidade dos manuais escolares para a frequência da escolaridade obrigatória, a actualização das pensões mais degradadas da função pública ou um melhor regime para os trabalhadores acidentados do trabalho,

não fosse a rejeição dos deputados do PS. Também em matérias específicas da região de Santarém, a candidata lembrou que «uma só deputada

leveu mais vezes a voz do distrito à Assembleia da República que os restantes deputados eleitos».

As necessidades e as aspirações das populações foram, assegurou Luísa Mesquita, transformadas em propostas em sede de Orçamento de Estado nas mais diversas áreas e «pena é que o Partido Socialista e, particularmente os deputados socialistas eleitos pelo distrito de Santarém, não tivessem viabilizado as iniciativas apresentadas e que haviam constituído, na sua maioria, matéria de compromisso com o eleitorado».

O grupo parlamentar interpelou diversas vezes o Governo em matérias relativas ao distrito e muitas foram as soluções encontradas. A deputada destacou a candidatura dos comerciantes ao programa Procom, os atentados à saúde pública na empresa

ITS, em Coruche, os aterros sanitários, as agressões ambientais na extracção das areias no Tejo, a poluição no Alviela, a qualidade do serviço prestado pela EDP e lembrou que «todas as solicitações que nos chegaram tiveram sempre uma resposta».

## Certificado de garantia e qualidade

Luísa Mesquita afirmou ainda que os votos e os deputados eleitos pela CDU «são sempre um certificado de garantia», porque servem sempre para derrotar maiorias absolutas e porque «as propostas que apresentamos para o País e para o distrito não são descartáveis, não são para usar durante a campanha eleitoral e deitar fora a seguir».

«Não prometemos no distrito para rejeitar na Assembleia da República», declarou a deputada que alertou para o confronto com a «descoberta do distrito por parte de alguns candidatos do PS e do PSD», que repetirão as promessas – já feitas e nunca cumpridas. Combater esta «amnésia

intencional» exige muito trabalho, muito esclarecimento e determinação de todos os activistas da CDU, que terão de confrontar alguns políticos «com as más representações que fazem».

No jantar de apresentação das lista, presidido por José Marcelino, da Intervenção Democrática, interveio ainda Berta Pereira, do Conselho Nacional dos «Verdes». A dirigente ecologista conside-

rou que «votar CDU é dar força àqueles que se empenham na luta por uma política diferente, uma política onde as questões sociais e as questões ambientais estejam no centro das preocupações», lembrando que os eleitores de Santarém puderam contar sempre, não só com o trabalho empenhado da deputada eleita pelo círculo, mas igualmente com o grupo parlamentar do PEV.

## Nomes para garantir trabalho

A CDU apresenta, para o distrito de Santarém, a seguinte lista: **Luísa Mesquita**, 52 anos, Professora, Membro do PCP; **Sérgio Ribeiro**, 66 anos, Economista, Membro do CC do PCP; **José Casanova**, 62 anos, Funcionário político, Membro da CP do CC do PCP; **Valdemar Henriques**, 52 anos, Coordenador da USS, Membro do PCP; **Susana Gaspar**, 21 anos, Estudante, Membro da JCP; **Vasco Feijão**, 39 anos, Engenheiro civil, Membro do PCP; **Berta Pereira**, 43 anos, Professora, Membro do CN do PEV; **Luís Martins**, 52 anos, Economista, Independente; **Isabel Cavalheiro**, 51 anos, Professora, Membro do PCP; **Mário Fernando**, 32 anos, Professor, Membro do PCP; **Vaz Teixeira**, 56 anos, Médico, Membro do PCP; **Filipe Neto**, 21 anos, Empregado do comércio, Membro da JCP; **Mário Eugénio**, 48 anos, Engenheiro, Independente; **Telmo Teixeira**, 23 anos, Estudante, Membro do PEV; **Nina Monteiro**, 19 anos, Estudante, Membro da JCP.



A maior produtividade do grupo comunista foi considerada no jantar de Santarém uma razão para votar CDU

João Goulão, em Faro

## Mais dois mil votos para eleger um deputado

Nas últimas eleições legislativas a CDU não elegeu um deputado por Faro por apenas dois mil votos. Para João Goulão, o cabeça de lista da coligação, é possível ultrapassar essa barreira e conseguir um deputado. «O Algarve e os algarvios só teriam a ganhar com isso», afirmou durante a apresentação da candidatura da CDU, que se realizou no sábado, em Faro.

Comprometendo-se a levar até ao fim o mandato para que for eleito, João Goulão assumiu como eixo do programa da coligação a transformação do Algarve numa região de crescimento económico equilibrado e sustentado, abandonando a sua situação de zona periférica com uma economia quase exclusivamente centrada no turismo e na construção. Neste sentido, é prioritária a descentralização e a regionalização, bem como as políticas sociais e laborais.

«A tentativa de bipolarização está lançada e temos de a contrariar. Os ganhos que um reforço da CDU pode significar são claros para todos, depois de termos vivido com um Governo PS, que, por sua

exclusiva opção, privilegiou os entendimentos com a direita», afirmou João Goulão.

O cabeça de lista adiantou que a campanha eleitoral terá como base o contacto directo com os trabalhadores e a população da região, «com vista a um conhecimento mais profundo dos problemas e à divulgação das nossas propostas».

### Contra deturpações

No início da sessão, José Neto, membro da Comissão Política do PCP, apontou as linhas da campanha: «Apostaremos no combate à descrença e à indiferença, instaladas nos cidadãos pelas promessas não cumpridas, pelas gritantes injustiças e desigualdades, e apelaremos à confiança na sua intervenção cívica e no seu voto, para uma viragem à esquerda na política nacional. Apostaremos no combate aos preconceitos anticomunistas, à deturpação sobre nosso partido e as suas posições, divulgando as nossas propostas e tudo aquilo que o PCP faz e defende em concreto para os portugueses e para Portugal.»

**João Goulão** tem 47 anos, é médico e membro do PCP. Tem desenvolvido trabalho na área da toxicodpendência. A lista da CDU é composta ainda por **Margarida Tengarrinha**, 73 anos, licenciada em Pintura, membro do PCP; **Maria José Godinho**, 49 anos, comerciante, membro do PCP; **Graco Trindade**, 34 anos, piloto de barras e portos do Algarve, membro do PCP; **Alfredo Graça**, 63 anos, funcionário administrativo, membro do PCP; **Carina do Carmo**, 30 anos, professora, membro do PCP; **Carlos Cabrita**, 40 anos, engenheiro agrícola, membro d'«Os Verdes»; **Josué Marques**, 59 anos, contramestre/pescador, membro do PCP. Os candidatos suplentes são **Virgílio Nereu**, 56 anos, médico, membro do PCP; **João Costa**, 21 anos, estudante, membro da JCP; **Maria Brites Alcobia**, 50 anos, funcionária administrativa, independente; **José Duarte Silva (Vila)**, 57 anos, artista plástico, membro do PCP; e **Rosa Franco**, 36 anos, auxiliar de acção médica, membro do PCP.

## Mário Nogueira, em Coimbra É melhor eleger um deputado da CDU do que o 6.º do PS ou do PSD

Luta e determinação. Esta são as qualidades com que a CDU quer que a campanha seja conotada em Coimbra. Por isso a apresentação dos candidatos teve lugar em Souselas, localidade que não desiste de contestar a co-incineração.

«Vale mais eleger um deputado da CDU no nosso distrito do que o 5.º ou 6.º candidato do PS ou do PSD», afirmou Mário Nogueira, o cabeça de lista da CDU, na quinta-feira. «Em vez de mais um anónimo, teremos um rosto e uma voz que representará e lutará pelo distrito e que prestará contas junto da sua população», argumentou, recordando que as eleições legislativas servem para eleger deputados e no distrito de Coimbra serão dez os eleitos.

«Se ganhar o PSD, será apenas andarmos seis anos para trás para recuperarmos uma cópia do que já tivemos. Se ganhar o PS com maioria absoluta, será dar-lhe as condições para continuar a fazer o que tem feito, sem sequer recorrer ao negócio do queijo», afirmou o cabeça de lista.

Por isso, Mário Nogueira considera que a eleição de um deputado da CDU pelo distrito de Coimbra é justa, necessária e possível. Justa, pelo trabalho que a CDU tem desenvolvido neste distrito e possível, porque, «depois de onze anos de crescimento eleitoral no distrito, estamos à beira da eleição», declarou.

### A lista fala por si

Para Mário Nogueira, a lista não precisa de muitas palavras pois fala por si. «É marcada pela qualidade dos seus membros e resulta de um amplo debate distrital», sustenta. Mas há outros argumentos. Por um lado é muito representativa na origem geográfica, sectorial e profissional dos seus

elementos e, por outro, compromete-se a tudo fazer para solucionar os problemas da população, acrescenta o cabeça de lista.

Quanto aos outros candidatos, salientou que o PS «teve necessidade de recorrer a uma primeira estrela para disfarçar que se trata de uma segunda escolha. Ficando de fora a primeira escolha devido à questão da co-incineração, foi imposto um «para-queda» para que fiquem claras as intenções daquele partido em relação a esta matéria.»

Quanto ao PSD, Mário Nogueira lembrou que foi recuperado um antigo ministro de Cavaco Silva, que, «após largo período de quarentena, deve pensar que esquecemos a forma violenta como por várias vezes virou a polícia contra aqueles que se manifestavam ou como retirou a polícia de bairros e ruas».

O distrito de Coimbra elege 15 deputados. O cabeça de lista da CDU, **Mário Nogueira**, tem 44 anos, é professor e membro do PCP. Os outros candidatos são **Rui Moura**, 57 anos, médico, membro do PCP; **António Moreira**, 46 anos, mecânico de automóveis, membro do PCP; **Cristina Moura**, 28 anos, engenheira técnica florestal, membro d'«Os Verdes»; **Jorge Seabra**, 55 anos, médico, membro do PCP; **António Martins**, 47 anos, professor, membro do PCP; **Jorge Camarneiro**, 42 anos, economista, membro do PCP; **João Oliveira**, 22 anos, estudante, membro da JCP; **Vitor Carvalho**, 45 anos, empresário, membro do PCP; **Anabela Bragança**, 32 anos, professora, independente; **Carlos Fraião**, 53 anos, advogado, membro do PCP; **Manuel Santos**, 43 anos, ferroviário, independente; **Teresa Galvão**, 51 anos, professora, independente; **Arnaldo Carvalho**, 52 anos, bancário, membro do PCP; e **Isabel Melo**, 52 anos, professora, membro do PCP.

A CDU pretende continuar a aprofundar a já intensa ligação à população do Porto

# As melhores propostas para o distrito

No Porto, a CDU apresentou no passado dia 31, o cabeça de lista às próximas eleições de 17 de Março. Ontem, com a presença do secretário-geral do PCP, apresentou a lista completa.

Estas eleições serão um desafio aos activistas da CDU para que travem «com confiança uma importante batalha de esclarecimento das ideias», afirmou o primeiro candidato pelo círculo do Porto, Honório Novo, na apresentação do cabeça de lista pelo

distrito, realizada no passado dia 31. Este esclarecimento, lembrou, deverá recordar que «uma política com novas orientações de justiça social e fiscal e uma firme disposição para distribuir melhor a riqueza, enfim, uma política de esquerda em Portugal

passa hoje, passará sempre, pelo reforço da CDU». Mas estas eleições, além disto, serão também uma batalha contra a abstenção, «para apelar e motivar a participação de quem não se reconhece no pantanal de interesses criado pelos teóricos da bipolarização» e contra os que pretendem «castrar a nossa democracia tentando limitar artificial-

mente as possibilidades de escolha e as formas de intervenção da população».

Para responder a estes desafios, a CDU pretende dar continuidade e aprofundar um trabalho colectivo de intensa ligação à população e aos problemas do distrito, trabalho que se traduziu «na criação de instrumentos de relacionamento permanente com os

eleitores – procurando resolver os seus problemas e dando sempre respostas às questões colocadas –, e que concretizou iniciativas parlamentares de natureza multissimamente diversificada globalmente sem qualquer paralelo, também no distrito do Porto, com o trabalho desenvolvido pela conjunto das representações parlamentares dos restantes partidos».

O candidato destacou ainda o «rico e vasto património de conhecimento da realidade social e económica do distrito» que a CDU possui e que exprimiu, há dois anos, no compromisso eleitoral que apresentou à população e

que, para as eleições de Março, procurará ir mais longe nas propostas, «reformulando e renovando o que for necessário e aconselhável». Será com as ideias e com estes «sólidos compromissos com a população laboriosa do distrito» que a CDU se dirigirá às outras forças políticas no sentido de discutir «tudo o que foi ou deixou de ser feito no distrito do Porto e tudo aquilo que cada um se propõe agora defender para transformar a região do Porto no verdadeiro pólo e motor do desenvolvimento e do progresso social e económico do Noroeste peninsular».

## E os melhores candidatos para as aplicar

Ontem realizou-se, com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, a apresentação da totalidade da lista da CDU pelo Porto. A seguir ao deputado Honório Novo, surgem os seguintes candidatos: José Calçada, 55 anos, Inspector Escolar; Jorge Machado, 25 anos, advogado estagiário; Manuela Bronze, 46 anos, professora, independente; Sérgio Teixeira, 51 anos, funcionário do PCP, membro da Comissão Política; Manuel Loff, 36 anos, professor, independente; Carla Barrias, 38 anos, professora, CN do PEV; José António Gomes, 45 anos, professor e escritor; Borges Coelho, 61 anos, maestro; Alfredo Maia, 39 anos, jornalista, independente; Ilda Figueiredo, 53 anos, economista, membro do CC do PCP; Pimenta Dias, 45 anos, empregado de

escritório, membro do CC do PCP; João Torres, 48 anos, empregado de escritório, membro do CC do PCP; José Pedro Rodrigues, 24 anos, funcionário do PCP, membro do CC do PCP; Tânia Cortez, 21 anos, estudante, membro da JCP; Oliveira Alves, 53 anos, bancário, membro do CC do PCP; Felizardo Bouene, 54 anos, professor; Serafim Vieira, 63 anos, bancário, independente; Jorge Sarabando, 53 anos, funcionário do PCP, membro do CC do PCP; Belmiro Magalhães, 19 anos, estudante, membro da JCP; Raquel Freire, 28 anos, realizadora de cinema; Irene Castro, 68 anos, reformada, membro da ID; António Graça, 58 anos, médico; José Alberto, 51 anos, operário; Jorge Marques, 53 anos, médico; Sandra Duarte, 28 anos, professora; Cristiano Ribeiro, 45 anos,

médico; André Vieira, 26 anos, engenheiro, membro da CN do PEV; Paulo Valente, 25 anos, empregado de escritório, membro do PCP; Carla Martins, 25 anos, operária; Helena Pardo, 51 anos, técnica superior da Função Pública; Ana Alzira, 53 anos, professora; Palmira Peixoto, 46 anos, embaladora; António Neto, 43 anos, técnico contencioso; Ana Maria, 54 anos, técnica de turismo; António Duarte, 39 anos, empresário; Filomena Tavares, 42 anos, professora; Jorge Pinto, 53 anos, empregado de escritório; Cláudia Monteiro, 27 anos, engenheira zootécnica; Amélia Cabral, 45 anos, operária; Joaquim Leal, 20 anos, técnico de laboratório; Carla Sousa, 23 anos, terapeuta ocupacional, membro da JCP; Rui Sá, engenheiro mecânico, membro do CC do PCP.

Marinha Grande

## PS marginaliza vereador comunista

«A CDU sempre se disponibilizou para aceitar pelouros na Câmara Municipal da Marinha Grande», afirma a Comissão Concelhia do PCP, num esclarecimento à população a propósito de notícias vindas a público que «deturpam a verdade» sobre a distribuição de pelouros aos vereadores na Câmara Municipal.

Qualquer distribuição de pelouros deveria, contudo, em sua opinião, partir de uma negociação assente no normal relacionamento entre forças

políticas, o que não aconteceu. Porém o PS, «contrariando o normal relacionamento institucional entre as diversas representações partidárias», apresentou uma proposta de distribuição de pelouros (Saneamento, Lixos e Espaços Verdes) a um vereador da CDU com a condição explícita de afastar os outros dois vereadores, particularmente o cabeça de lista João Barros Duarte, numa «intolerável ingerência na autonomia da representação da CDU no Município» e

uma «inadmissível marginalização» de um seu vereador.

A CDU, lembrando o facto de sempre se ter disponibilizado para entregar pelouros a todas as representações eleitas, no respeito pela sua autonomia, considera «não poder aceitar» a ideia de cariz totalitário defendida pelo PS de que «os pelouros são do Presidente da Câmara, que os entrega a quem entender».

Assim, e apesar de considerar que esta postura do PS apenas pretende criar condi-

ções para inviabilizar qualquer acordo, a CDU mantém a sua disponibilidade para aceitar pelouros, desde que não impliquem a marginalização de qualquer dos seus eleitos.

Está, pois, nas mãos do PS «rever e propor a superação daquela condição», diz a CDU que, admitindo a hipótese de tal não se verificar, afirma desde já, que, mesmo sem pelouros, o povo do concelho da Marinha Grande «pode contar com a dedicação» dos seus três vereadores.

### ▼ CAMARADAS FALECIDAS

#### André Filipe

Faleceu, no dia 10 de Janeiro, com 82 anos de idade, o camarada André Filipe. Organizado em Salvaterra de Magos, era um camarada muito dedicado e activo.

#### Beatriz Alves Fernandes

Faleceu no dia 25 de Janeiro, vítima de doença prolongada, a camarada Beatriz Alves Fernandes, de 40 anos. Organizada na freguesia de Corroios, era uma camarada muito activa, nunca se poupando a sacrifícios na luta por melhores condições de vida para todos.

#### Cassiano Ferreira

Faleceu recentemente, com 81 anos de idade, o camarada Cassiano Ferreira. Iniciou a sua actividade partidária nos anos 30, tornando-se militante do PCP em 1940. Activista antifascista durante a clandestinidade, no concelho de Mafra, foi preso pela PIDE em Março de 1948, tendo passado pelas prisões do Aljube, Caxias, Peniche e Setúbal. Organizado na freguesia e concelho de Mafra, manteve-se até ao fim da sua vida um militante activo e participativo.

#### Ema dos Anjos Pereira

Faleceu, no dia 22 de Janeiro, a camarada Ema dos Anjos Pereira, de 71 anos. Natural de Lisboa, Olivais, foi sempre, antes e

depois do 25 de Abril, uma militante muito activa. Fez parte da Cooperativa de Consumo e do núcleo do MDM de Porto Salvo. Foi membro da Comissão de Freguesia de Porto Salvo do PCP. Esteve sempre organizada na freguesia de Porto Salvo, onde actualmente desenvolvia pequenas tarefas.

#### Francisco Manuel Alcácer

Faleceu, no passado mês de Dezembro, o camarada Francisco Manuel Alcácer. Militante da luta antifascista, pertenceu à célula da CUF/Quimigal. Participou na Associação de Reformados do Barreiro e de Santo André. Estava organizado na freguesia de Santo André/Barreiro.

#### Natalino dos Santos Carlota

Faleceu, no dia 18 de Janeiro, com 64 anos de idade, o camarada Natalino dos Santos Carlota, funcionário da Câmara Municipal de Odemira. Era um democrata convicto e sempre dedicado às lutas pela liberdade, democracia, justiça e bem-estar do nosso povo, e um destacado militante.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## PCP recebe CRUP...

Uma delegação do PCP, constituída pelo secretário-geral, Carlos Carvalhas, António Abreu, da Comissão Política, e Vasco Cardoso, da JCP e membro do Senado da Universidade da Beira Interior, recebeu, na quinta-feira passada, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

A delegação da CRUP era constituída pelo seu presidente e Reitor da Universidade do Algarve, Professor Doutor Adriano Pimpão, pelo vice-presidente da CRUP e Reitor da Universidade Nova de Lisboa, professor Doutor Luís de Sousa Lobo, e, ainda, pelos Reitores da Universidade do Porto, Professor doutor José Barbosa Novais, da Universidade de Évora, professor doutor Jorge Araújo, da Universidade da Beira Interior, professor doutor Manuel dos Santos Silva, e da Universidade da Madeira, professor doutor Ruben Capela.



## ... e Plataforma Audiovisual

Também na semana passada, Carlos Carvalhas, acompanhado de Bernardino Soares, membro da Comissão Política, recebeu a Plataforma Audiovisual que expôs ao PCP as suas preocupações relativamente aos problemas do meio audiovisual, designadamente no que diz respeito ao serviço público de televisão.

## AVEIRO Joaquim Almeida em campanha

O cabeça de lista da CDU às eleições legislativas pelo distrito de Aveiro, Joaquim Almeida, iniciou, na terça-feira, um conjunto de contactos com organizações sociais do distrito, tendo como objectivo auscultar estes sectores sobre os seus problemas e aspirações. A candidatura da CDU pretende aproveitar estas eleições para apresentar os seus projectos e propostas e «trazer à luz do dia» problemas e situações que, em sua opinião, «devem ser tratadas e enfrentadas pelos deputados a eger para a Assembleia da República».

Assim, a CDU encontrou-se, na terça-feira com a Associação Portuguesa da Cortiça - APCOR, em Santa Maria de Lamas, reunindo-se ontem com o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte.

Ontem, ainda, Joaquim Almeida visitou o Hospital Infante D. Pedro, de Aveiro, com cuja direcção se reuniu, devendo encontrar-se, amanhã, com o Delegado da Delegação da Gafanha da Nazaré da DOCAPESCA e com o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte.

## ALEMANHA PCP promove debate

Inserido nas iniciativas «Emigração e Comunidades no Século XXI», o PCP realiza amanhã, no Centro Cultural Espanhol, em Frankfurt, um debate no qual irão participar o deputado Rodeia Machado e Luciano Caetano da Rosa, candidato da CDU pelo círculo da Europa.

O PCP tem como propósito promover um debate aberto sobre temas tão importantes como o ensino da língua portuguesa, as reformas, o movimento associativo e outras questões pertinentes para a comunidade portuguesa na Alemanha, tendo, nesse sentido, enviado convites para este encontro a estruturas, dirigentes e activistas da comunidade portuguesa.

Um debate do mesmo tipo será realizado também no sábado, no Luxemburgo, na sede do CLAE, com a participação do deputado Rodeia Machado.

## AÇORES PCP questiona Governo Regional

O PCP/Açores deu entrada, na terça-feira, nos serviços da Assembleia Legislativa Regional, de um requerimento do seu Grupo Parlamentar, pedindo ao Governo Regional informações sobre o acréscimo de despesas correntes que irá acarretar o funcionamento do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura e Pescas.

Tendo em conta as frequentes referências que o Governo Regional faz sobre a necessidade de conter as despesas correntes da Administração Pública e que o Secretário Regional de Agricultura e Pescas «permanece na sede da Secretaria, na Horta, por escassos dias em cada mês», o PCP pretende ser informado, entre outras questões, sobre qual a composição actual do seu Gabinete no que respeita a chefes de gabinete, assessores, secretários e contratados; onde prestam serviço e residem cada um dos elementos do referido Gabinete e onde, para efeito de processamento de ajudas de custo, é considerada a residência oficial do Secretário de Estado da Agricultura e Pescas e de todos os membros do respectivo Gabinete.

# A Festa do «Avante!»

**D**ias 6, 7 e 8 de Setembro, realiza-se mais uma edição da Festa do «Avante!». Festa da Liberdade, do convívio, da cultura, do desporto, da solidariedade, da juventude, da intervenção, do Partido Comunista Português.



**Virgílio  
Azevedo**  
Membro  
da Comissão  
Política

A Festa do «Avante!» reflecte o Partido que somos. Partido da Liberdade, da Democracia, do Socialismo. É uma Festa que é obra do colectivo partidário e de muitos e muitos amigos. Uma Festa da militância, da responsabilidade individual e colectiva. Uma Festa do querer colectivo, do empenhamento individual. Uma Festa que é obra do operário, do trabalhador, do engenheiro, do arquitecto, do artista plástico, do escritor, do actor, do desportista, do reformado, da mulher, do jovem. Uma Festa que é obra deste grande colectivo partidário. Festa do Partido, aberta a todos os que estão com a liberdade, o progresso, a justiça social, um mundo melhor, a democracia e o socialismo.

Mais uma edição, a 26.ª, mais um ano de novas obras de embelezamento da Quinta da Atalaia, de um novo, diverso e inovador programa político e cultural, onde as exposições, os debates, os espectáculos, a ciência, o livro e o disco, o desporto, o teatro, as artes plásticas, a gastronomia, o artesanato, serão um ponto de encontro com todos os visitantes da Festa.

**/// É necessário  
discutir, preparar  
e mobilizar o Partido  
para a Festa  
do «Avante!» ///**

A Festa prepara-se num momento muito importante para o futuro imediato do País, e num quadro de graves problemas internacionais.

As eleições legislativas antecipadas que se avizinham são uma possibilidade para romper com um ciclo de mais de 16 anos da política de direita, quer do PSD, quer do PS. Uma política que aniquilou aspectos importantes da soberania e independência nacionais, que seguiu os ditames da União Europeia, que destruiu o aparelho produtivo nacional e tornou a nossa economia mais dependente. Que privatizou e que concentrou a riqueza nos grandes grupos capitalistas. Que deu benefícios fiscais de muitos milhões de contos ao capital financeiro e que teve uma política de baixos salários, pensões e reformas. Uma política que não resolveu os problemas do ensino, da saúde, da justiça. Uma política que piorou o nível de vida do nosso povo e o faz estar na cauda da Europa.

Uma política que destruiu aspectos importantes da Constituição da República, que descaracterizou o regime

democrático, que aumentou o clientelismo e a corrupção, que afastou muitos cidadãos duma participação activa nos destinos do País.

As Eleições Legislativas são uma oportunidade para impor uma nova política, uma política

de esquerda, uma política que aposte no desenvolvimento da nossa economia, que defenda os direitos dos trabalhadores, que melhore as condições de vida do nosso povo, que resolva os problemas do ensino, da saúde, da justiça, da cultural, que promova a participação dos cidadãos, uma política de paz e cooperação.

Um reforço eleitoral da CDU, com o PSD e PP em minoria e o PS sem maioria absoluta, são condições indispensáveis para fazer que o País rompa com 16 anos de atraso.

### Mobilizar o Partido

Neste quadro de tão importante batalha eleitoral, todo o Partido tem que estar empenhado e concentrar as forças nesta direcção de trabalho, mas é importante para o êxito da Festa encontrar a forma de responsabilizar, militantes e organizações para algumas tarefas que desde já ela impõe; é necessário avançar com a concepção e os projectos, com a discussão do conteúdo da participação, com a divulgação e programação da Festa e com a venda antecipada da EP, à disposição dos seus visitantes em Março.

É necessário discutir, preparar e mobilizar o Partido para a Festa do «Avante!».

A Festa, realização ímpar no nosso país, irá ser, mais uma vez uma grande afirmação do Partido que somos, irá ser mais uma vez uma grande resposta a todas as campanhas deturpadoras e caluniosas sobre o Partido que somos.

Partido com uma democracia interna única no quadro partidário nacional, Partido de luta e propostas. Partido responsável e insubstituível para o futuro da democracia portuguesa.



## Direitos

A campanha da CGTP pela efectivação dos direitos dos trabalhadores teve, na passada sexta-feira, o seu lançamento público no distrito de Lisboa. A USL levou a cabo, durante todo o dia, uma iniciativa na Rua Augusta, onde esteve patente uma exposição e vários dirigentes sindicais falaram sobre os objectivos da campanha e os seus contornos, bem como sobre os principais temas que são tratados.

## Anodipol

«Haverá alguma "golpada" na forja?» — questiona o Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria, num comunicado em que relata factos do processo de despedimento colectivo dos trabalhadores da Anodipol, no Pombal, «que nos levam a recear estar-se perante uma tentativa de branqueamento de uma operação a todos os títulos ilegal». As suspeitas surgiram quando foi marcada para Lisboa a primeira reunião para negociação com os trabalhadores. Na altura foi alegado que a empresa tinha sede no distrito de Lisboa, «coisa que é novidade para toda a gente», afirma o sindicato, denunciando como objectivo de tal manobra «tão-só esconder o problema da opinião pública de Pombal e do nosso distrito que, a consumarem-se os desígnios dos patrões da Anodipol, veria o seu parque industrial desfalcado daquela importante unidade produtiva de um sector em crescimento, como é o do alumínio para construção». Face aos protestos, acabou por ser marcada a primeira reunião para 25 de Janeiro, em Pombal. Sindicato e trabalhadores compareceram e foram confrontados com um fax do Ministério do Trabalho, em que se dizia que «a pedido da administração da Anodipol, a reunião é adiada para data a anunciar posteriormente». Na semana seguinte receberam nova convocatória, mas para uma reunião em Lisboa, hoje de manhã. O sindicato pergunta: «o que estará por trás deste novo recuo das autoridades do trabalho?» e adianta que conceituados especialistas são «unânimes em reconhecer que o processo, tal como foi apresentado aos delegados sindicais, enferma de vícios tais que terá de ser pura e simplesmente arquivado».

## ECOP

Não foram pagos os salários de Dezembro e Janeiro aos cerca de 800 trabalhadores da Empresa de Construção e Obras Públicas, os quais «vivem momentos de grande angústia e necessidades sociais». O Sindicato da Construção do Sul denunciou o problema no dia 31 de Janeiro, adiantando que a ECOP está a executar obras para o Estado no valor de milhões de contos e que os operários estavam disponíveis para encetar formas de luta se a dívida não fosse liquidada em 5 dias.

Negociação e luta nas empresas de transportes e tribuna pública hoje em Lisboa

# Governo com os privados

**As estruturas sindicais da CGTP e as comissões de trabalhadores pretendem dar uma resposta conjunta à ofensiva concertada, conduzida pelo Governo e o patronato, no sector dos transportes.**

Depois da actualização salarial decretada para a Administração Pública, o Governo dá orientações semelhantes para as transportadoras públicas, numa altura em que decorrem negociações para revisão dos contratos colectivos e acordos de empresa. Nesta atitude, é «seguido e aplaudido pelo patronato das empresas privadas», acusam as organizações sindicais da CGTP no sector e as comissões de trabalhadores.

Num comunicado que emitiram depois de uma reunião realizada na semana passada, afirmam que o Governo, apesar de estar «com meras funções de gestão», «não se inibe de aplicar tectos salariais». O facto, denunciado pelos representantes dos trabalhadores, é que «nas empresas de transportes onde são conhecidas contrapropostas, procura referenciar-se por esses tectos, não tendo em conta a inflação verificada em 2001». Nas empresas privadas, «o patronato aproveita estas orientações do Governo para manter, igualmente, uma política de baixos salários e também para fugir constantemente à entrega de contrapropostas»; também há casos em que, «pura e simplesmente», as empresas privadas fazem tábuas-rasa da Lei da Contra-

tação Colectiva, durante anos sucessivos.

As estruturas da CGTP nos sectores do transporte rodoviário, ferroviário aéreo e marítimo salientam que esta «ofensiva concertada merece resposta conjunta». A tribuna pública, marcada para a manhã de hoje, na Rua Augusta, em Lisboa, é mais uma acção comum dos trabalhadores do sector, que decorre «sem prejuízo das acções concretas em cada empresa».

## TST

Na segunda-feira estiveram em greve os trabalhadores da Transportes Sul do Tejo. A paralisação, por 24 horas, teve como objectivo protestar contra a aplicação de aumentos salariais «insultuosos para a dignidade dos trabalhadores», de acordo com o Sindicato dos Rodoviários do Sul, que incluiu ainda, entre os motivos da luta o fim das discriminações salariais, da violação de direitos e dos contratos a prazo ilegais.

Nas razões da greve figurou ainda a exigência de melhor qualidade do serviço prestado aos utentes, designadamente quanto a autocarros, percursos e itinerários.

## Resposta à ENI na Petrogal

A definição da data e duração de uma greve, cuja realização já mereceu aprovação nos locais de trabalho, é o motivo que domina hoje o plenário nacional de representantes dos trabalhadores da Petrogal. Da reunião, convocada pela Comissão Central de Trabalhadores e as subcomissões e por várias organizações sindicais (como o Sinorquifa, o Sinquifa e a Fequimetal/CGTP, a par de estruturas da UGT), sairá uma proposta que os trabalhadores serão chamados a ratificar.

A marcação da reunião seguiu-se a uma reunião com a administração, onde «tudo foi bem preciso». O comunicado que todas as organizações de trabalhadores subcreveram explica que «a administração, subordinando-se à estratégia que diz ser agora a do accionista, informou que as decisões são tomadas tendo por objectivo único o lucro», perspectiva «claramente assumida, desde já, no âmbito da refinação».

Os representantes da administração informaram que «o accionista não está disposto a fazer nenhum investimento significativo» e «não entrou com capital na empresa por preocupações com postos de trabalho, com o desenvolvimento da região ou do País, com a economia nacional».

Por parte de todos os sindicatos e da CCT, foi condenada «a total submissão da política e da gestão aos ditames estrangeiros e aos interesses de grupo», foi demonstrada «a importância e a necessidade para o País das duas refinarias da Petrogal» e foi comprovada «a necessidade e as condições da refinaria do Porto para um longo futuro de laboração com plena eficácia». Foi evidenciada, como ponto comum a todos os plenários realizados, «a rejeição dos trabalhadores à política de privatização destruidora da Petrogal, de desmantelamento das unidades produtivas e dos postos de trabalho».

## Ferrovários

Estavam marcadas para ontem novas reuniões de negociações na Refer e na Emef. Na semana passada, os representantes do Governo e do Conselho de Gerência da CP apresentaram a sua terceira proposta «que voltaram a chamar de final» e que, de acordo com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviários, se traduz, no índice 100, em «aumentos» diários infe-

riores ao preço de um litro de leite. Contudo, nota o sindicato, os valores apresentados para a tabela, se aplicados ao salário do presidente da CP, representariam o equivalente ao aumento de 5 ou 6 trabalhadores.

Na busca de assinaturas da parte sindical, a CP «avançou algumas matérias, há muito reivindicadas pelo sindicato, só que penalizando o aumento nos salários». «Numa altura em que a inflação de 2001 se situou

nos 4,4 por cento e em que todos os dias somos confrontados com aumentos de preços, 48 cêntimos (96\$00) por dia nos salários não são suficientes», protesta o sindical, salientando que tais valores são até «inferiores aos já aplicados pelo CG e administrações noutras empresas, sem qualquer acordo».

Apelando a que cada trabalhador manifeste insatisfação e reclame melhores aumentos salariais, o sindicato anunciou que vai promover reuniões gerais nos locais de trabalho, para analisar a situação e as medidas a tomar.

## Na contenção dos salários o comportamento do Governo estimula as empresas privadas



**Aumentos inferiores à taxa de inflação é o que as empresas públicas estão a propor, seguindo orientações do Governo**

## Enatur vende e despede

Nos próximos dias, os trabalhadores da Enatur vão levar a cabo uma acção de luta contra a reestruturação que já está em curso e cujas linhas principais foram recentemente confirmadas pela administração da empresa que gere as Pousadas de Portugal.

De acordo com a Fesaht/CGTP, o plano que está a ser aplicado na Enatur, «com orientação precisa do Ministério da Economia e do secretário de Estado do Turismo, não garante os direitos dos trabalhadores, nem a continuidade da empresa como um todo». Esta acusação fundamenta-se «em algumas medidas já tomadas pela administração», designadamente rescisão de contratos de trabalho e alienação de património e de concessões de exploração de estabelecimentos — refere a federação sindical do sector, em nota divulgada à imprensa na semana passada.

Em Janeiro, na sequência de posições que tomaram junto do Governo, da administração, dos grupos parlamentares, de câmaras municipais e outras entidades, os representantes dos trabalhadores apuraram claramente que «a aplicação do plano de reestruturação mutilará partes do todo da Enatur e põe em causa

direitos como prémios, complemento de reforma, seguro de saúde, e levará à exclusão do mercado de trabalho de muitos trabalhadores».

A federação, os sindicatos, delegados sindicais e membros da Comissão de Trabalhadores reafirmam que são «naturalmente favoráveis ao desenvolvimento da empresa e à sua estabilidade» e pronunciam-se contra «a privatização e o desmembramento da Enatur, a má gestão e a incompetência, os despedimentos e a perda de direitos»; reclamam, em alternativa, segurança no emprego, garantia de direitos, uma gestão que assegure a estabilidade económica, qualidade de serviço e «uma Enatur una e dinâmica».

«Os trabalhadores não vão ficar parados à espera que a espada lhes caia em cima», anunciando-se na nota a realização de um dia de luta, na próxima semana. Os contornos concretos da luta estão em discussão desde o final de Janeiro.

## Cantinas

Os sindicatos e os trabalhadores esperam que o patronato aceite as reuniões

propostas pela Fesaht e que apresente «respostas concretas e justas às reivindicações», caso contrário ocorrerão «certamente novas formas de luta a breve prazo». A posição da federação foi expressa na semana passada, numa nota de imprensa em que os representantes patronais são acusados de manter uma atitude autista e de não mostrarem vontade de «resolver justamente o conflito, parecendo mais apostados na sua continuação e nos prejuízos sociais que isso acarreta».

Os trabalhadores das cantinas, refeitórios e fábricas de refeições realizaram uma greve de 48 horas, a 24 e 25 de Janeiro, por melhores salários e condições de trabalho, por mais justa retribuição do serviço prestado aos sábados e domingos, pela semana de 35 horas, por um sistema de progressão nas carreiras e por um regime de diuturnidades, entre outras reivindicações. A paralisação teve «forte e responsável expressão» na área hospitalar, com unidades onde os níveis de adesão atingiram 90 e 100 por cento, e houve refeitórios «completamente parados» em fábricas, ministérios e centros de formação.

## Contratados

Para ontem em Viseu foi convocado um plenário regional de professores e educadores contratados, onde iria ser aprovada uma moção, a entregar de seguida no Governo Civil. A reunião, promovida pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, tinha também por objectivo eleger uma comissão de luta dos docentes contratados e desempregados do distrito, onde a precariedade e instabilidade de emprego na Educação atinge proporções que o SPRC/Fenprof considera «alarmantes». O sindicato contabiliza, nas 18 escolas dos dez concelhos que integram a Área Educativa do Douro Sul, 414 professores contratados a prazo, e refere exemplos em São João da Pesqueira, Cinfães, Tabuaço, Tarouca, Moimenta da Beira e Lamego, onde o número de contratados chega a atingir 55 por cento do corpo docente. No distrito de Viseu, com um total de 24 concelhos, estão inscritos mais de 800 professores do 1.º ciclo e educadores de infância com contratos a prazo; nas 47 escolas da Área Educativa de Viseu, 470 professores foram contratados a prazo, nos chamados miniconcursos. «Como é óbvio, as escolas do distrito precisam de todos estes professores e educadores, porque, ano após ano, eles são contratados a prazo, mudando apenas de escola», salienta o sindicato.

## Assassinado

Um guarda florestal e activista sindical faleceu no dia 31 de Janeiro, durante uma operação de fiscalização. A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública informou que «o acidente ocorreu na estrada entre Mora e Pavia, no distrito de Portalegre, quando a brigada de guardas florestais de Avis interpelou um caçador, que acabou por desferir um tiro mortal no guarda florestal António Nabo Pires». O camarada «assassinado», fazia parte do grupo de trabalho que, no âmbito da FNSFP, «tem desenvolvido intensa actividade na melhoria do estatuto profissional da carreira dos guardas florestais» e «há largos anos vem exigindo, junto da Direcção-Geral das Florestas e do ministro da Agricultura, a concretização de um conjunto de medidas que aumente as condições de segurança do trabalho neste sector, nomeadamente no que ao número de efectivos e à formação profissional diz respeito».

## Enfermeiros

Foi suspensa a greve convocada para o passado dia 1 no Hospital de São Marcos, em Braga, depois de um plenário onde os enfermeiros valorizaram a disponibilidade da administração para tentar resolver os problemas que originaram a decisão de paralisar: fardas, horários de trabalho, contagem de tempo de serviço e alteração à carreira de todos os profissionais.

## Contestação forte na Administração Pública

# Ameaças de Ferro

**Para reclamar uma actualização salarial justa, que não se fique pelos 2,75 por cento decretados, reuniu ontem o plenário nacional da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, poucos dias depois de Ferro Rodrigues ter proferido graves declarações.**

Para o final do encontro estava anunciado um desfile até à residência oficial do primeiro-ministro.

«Os trabalhadores da Administração Pública não aceitam passivamente a imposição de uma actualização salarial de 2,75 por cento, no quadro de uma inflação de 4,4 por cento, o que redundará numa redução real dos salários», frisava a Frente Comum, na nota em que anunciou a realização do plenário, considerando «indispensável a dignificação dos salários e a estabilidade de emprego, como factores de desenvolvimento e progresso».

O documento adiantava que os dirigentes sindicais «irão, igualmente, considerar as propostas já divulgadas, nomeadamente, pelos principais dirigentes do PS e do PSD, relativas à Administração Pública, caso venham a constituir Governo», salientando, «pela negativa, as afirmações de admissão do contrato individual de trabalho, como principal instrumento de regulação das

relações de trabalho na Administração Pública».

Este foi um dos motivos que levaram o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores a emitir, na semana passada, um comunicado que intitulou «Função Pública sob fogo de Ferro». Para lá da ameaça aos direitos conquistados pelos trabalhadores do Estado, o sindicato notou ainda que o ex-ministro e actual

### O ex-ministro de Guterres pretende prosseguir a velha política de direita

secretário-geral do PS «pretende criar "um regime de remunerações em que se diferenciara o vencimento, premiando o bom desempenho e os objectivos atingidos"». Para o sindicato, tal afirmação significa que «os aumentos dos vencimentos na Administração Pública deverão depender, segundo Ferro, principalmente de se estar nas boas graças dos responsáveis dos organismos que, por sinal, são sempre homens da confiança política do Governo».

«Ferro Rodrigues parece não ter aprendido que não pode continuar a desenvolver uma política de direita»,



Os trabalhadores já mostraram que repudiam medidas como as que os dirigentes do PS e do PSD têm vindo a defender

comenta o sindicato, lembrando que os trabalhadores «já demonstraram e continuarão a demonstrar que repudiam projectos como estes».

### Precários na Saúde

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública desmentiu que tenha sido contactada por Ferro Rodrigues para uma reunião que teria por objectivo estudar uma solução para o problema do emprego precário no Ministério da Saúde, que seria assumido como compromisso pré-eleitoral. A federação foi contactada por órgãos de comunicação social, aos quais respondeu ainda que «o problema do emprego precário na Adminis-

tração Pública é uma questão muito séria, que não se compadece com iniciativas eleitorais». Recordou que o Governo, de que fez parte o actual secretário-geral do PS, não resolveu definitivamente o problema «porque não quis».

O comentário foi divulgado no dia seguinte a uma conferência de imprensa onde estiveram em foco, precisamente, os problemas dos cerca de 20 mil trabalhadores afectados pelo emprego precário na Saúde, que o ministro Correia de Campos vota ao esquecimento, ao mesmo tempo que «continua muito prolixo a querer aprovar diplomas legais, para os quais o actual Governo já não tem legitimidade nem competência», insistindo em medidas de fundo e estruturan-

tes, como a aprovação do novo Regime Jurídico dos Hospitais ou a gestão hospitalar.

Para a FNSFP/CGTP, «o actual Governo tem competências mais do que suficientes» para resolver o problema do emprego precário, de acordo com o compromisso assumido pelo ministro da Saúde a 12 de Dezembro (prometeu um projecto de diploma até ao Natal, que passaria o pessoal em situação precária para o regime de contrato administrativo de provimento). Sendo assim, não faz sentido encenar «negociatas pré-eleitorais», contrapondo a federação que o que faria sentido seria o secretário-geral do PS dizer ao primeiro-ministro do Governo do seu partido para resolver o problema imediatamente.

## USL/CGTP pode convocar manifestação de imigrantes

Quase meio milhão de imigrantes, sobretudo oriundos de países do Leste da Europa, reuniram-se no passado domingo em Lisboa, num encontro promovido pela estrutura distrital da CGTP-IN. Arménio Carlos, da comissão executiva da central e coordenador da União de Sindicatos de Lisboa, apresentou um documento com cinco propostas concretas, tendo por princípio a igualdade de direitos entre trabalhadores imigrantes e portugueses.

Caso «nos próximos tempos» não se verifiquem alterações significativas na política de imigração, a USL admite convocar uma manifestação de trabalhadores estrangeiros. Entretanto, ficou feito o convite a que se integrem nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, bem como o apelo a que continuem a sindicalizar-se e a organizar-se para agir colectivamente e em unidade contra os desmandos patronais, que continuam impunemente a não respeitar

direitos elementares, e contra os impedimentos à legalização da estadia em Portugal, que coloca os imigrantes numa situação de grande fragilidade nas relações laborais e de grande vulnerabilidade às pressões do patronato para nivelar por baixo os salários e os direitos dos trabalhadores.

A USL reclama a revogação da decisão do Conselho de Ministros que suspendeu a concessão de autorizações de permanência desde 30 de Novembro; exige «medidas

políticas que combatam visões xenófobas e racistas e contribuam para a legalização dos imigrantes»; propõe que seja feita «uma verdadeira campanha de esclarecimento» sobre os direitos dos imigrantes e os mecanismos de que dispõem para os fazer valer; quer que sejam retirados os alvarás aos patrões que reincidam em utilizar mão-de-obra clandestina ou em não pagar salários; e propugna por «uma intervenção mais activa, exigente e eficaz da IGT».

A necessidade de esclarecimento dos imigrantes ficou bem evidente quando tomaram a palavra, denunciando situações dramáticas e repetindo, uns após outros, perguntas sobre «o que posso fazer» ou «como pode o sindicato ajudar-me».

No encontro, em que também intervieram os sindicalistas João Serpa e Manuel Correia, foi referido que, no distrito de Lisboa, mais de 97 por cento dos imigrantes legalizados têm vínculos laborais precários, apesar de ocuparem postos de trabalho permanentes; entretanto, no sector da construção civil, a nível nacional, há já cerca de 40 mil imigrantes sindicalizados.



Para usufruir de iguais direitos os imigrantes devem ter possibilidades de legalizar a sua estadia em Portugal e devem organizar-se para lutar ao lado dos trabalhadores portugueses

## CUT atacada

A sede nacional da Central Única dos Trabalhadores do Brasil, em São Paulo, foi atacada no passado sábado. Uma nota da CUT informou que dez homens encapuzados e com armamento pesado, entraram no prédio e arrombaram armários e gavetas, em várias salas. Com um camião estacionado na garagem do edifício, roubaram cofres, computadores e outros equipamentos. «Tal como a população brasileira, a CUT foi vítima da violência que cresce vertiginosamente», comenta a central, notando ser «muita coincidência» que o ataque tenha ocorrido durante o Fórum Social Mundial, em cuja organização participa a CUT, e horas depois de a confederação ter anunciado uma greve nacional a 21 de Março.

Recordando uma série de acontecimentos violentos recentes, com a morte de dezenas de dirigentes sindicais e dos prefeitos de Campinas e Santo André, a nota da central brasileira afirma que «a CUT e seus sindicatos filiados não se intimidarão».

A CGTP condenou o atentado e reafirmou «total solidariedade aos camaradas da CUT e aos trabalhadores brasileiros».

## Colectividades preparam Dia Nacional

A Comissão Instaladora da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, que representa cerca de 18000 colectividades / associações existentes em Portugal, lançou um desafio ao movimento associativo, para que nas comemorações do Dia Nacional das Colectividades, 31 de Maio, se desenvolva o projecto designado por «Jogos Tradicionais das Colectividades - 2002».

Neste momento, este projecto está em fase de organização, com intervenção directa de muitas associações. Estão previstos campeonatos nacionais de malha, chinquillo, tracção da corda e matraquilhos, torneios nacionais de sueca e dominó e, em parceria com as respectivas Federações, torneios nacionais de damas, xadrez, snooker e setas.

Com estas e outras iniciativas pretende-se contribuir para a defesa e salvaguarda da nossa identidade cultural dar maior visibilidade ao trabalho realizado pelo movimento associativo de raiz popular.

## Morreu Loff Pereira

Abílio Marcelino Dias Loff Pereira, homem de esquerda e amigo do PCP, faleceu com 86 anos de idade.

Nascido em Vagos, Loff Pereira trabalhou como médico de clínica geral em Sines, entre 1947 e 1956. O seu consultório serviu como ponto de apoio e elo de ligação entre militantes do PCP.

Mais tarde especializou-se em estomatologia e abriu consultório em Lisboa, onde desenvolveu os últimos anos da sua profissão, mantendo sempre grande solidariedade com muitos militantes comunistas.

Não tendo sido militante inscrito, esteve sempre ao lado do PCP em todas as lutas em defesa da democracia.

## Petição contra criminalização da IVG

A International Planned Parenthood Federation (IPPF) lançou uma petição na Internet pela alteração da legislação sobre o aborto em Portugal.

A IPPF lembra que a legislação em vigor no nosso país empurra muitas mulheres para o aborto clandestino, arriscando assim a sua saúde e mesmo a vida. Para além de - como agora o provou o julgamento da Maia - poderem ser levadas a tribunal.

A IPPF refere ainda o elevado número de mulheres que são tratadas nos hospitais na sequência de complicações pós-aborto ou abortos incompletos.

A morada na internet é - <http://ippfnet.ippf.org/pub/IPPF-Campaign/PortuguesePetition.asp>.

## Ameaça de corte de estrada

A população de Vila Nova de Anha, Viana do Castelo, poderá avançar com um corte de estrada para protestar contra a falta de semáforos junto à escola C+S local, onde sábado ocorreu mais um acidente mortal.

Esta questão foi levada à Assembleia da República em 1999 pelos deputados comunistas Honório Novo e Bernardino Soares, que perguntaram aos ministros do Equipamento e da Educação por que é que os semáforos, «há tempo considerados imprescindíveis», ainda não tinham sido colocados.

Na resposta, segundo Manuel Rodrigues, presidente do conselho executivo da escola de Monte da Ola, ficou a promessa de que a reivindicação seria satisfeita de imediato, «mas a verdade é que já estamos em 2002 e ainda nada foi feito».

Em Outubro desse mesmo ano, a Juventude Comunista Portuguesa, em conjugação com o Conselho Directivo da escola e com os alunos, inaugurou «semáforos virtuais» no local, numa iniciativa de protesto pela demora das entidades responsáveis em resolver o problema. Assim, foram ali colocados semáforos de papelão, na expectativa que fossem substituídos por outros «a sério» o mais depressa possível, mas também esta iniciativa foi infrutífera.

## Resposta insatisfatória

O Ministério da Justiça respondeu finalmente à questão colocada pela deputada de «Os Verdes» Isabel Castro na sequência da detenção, em Setembro, de um menor colocado na prisão de Portimão.

«Os Verdes», que consideram abusivo o recurso à prisão preventiva deste jovem e uma violência acrescida visto tratar-se de um menor, apelavam em Novembro do ano passado à reconsideração desta decisão. A resposta dada pelo ministro da Justiça é considerada totalmente insatisfatória, «face à gravidade da situação de risco deste menor, entregue à morosidade da justiça e a um sistema prisional degradante, doente e desumano».

## Triagem de resíduos

Um projecto industrial de triagem de resíduos sólidos, em fase de apreciação pela Câmara da Moita, está a ser objecto de notícias imprecisas e especulações, gerando um clima de inquietação entre as populações.

Uma situação que a Câmara decidiu esclarecer, sublinhando que o projecto em causa, agora a ser apreciado pelos técnicos municipais, já foi alterado em função de reservas inicialmente colocadas. A Câmara lembra ainda que o licenciamento do projecto cabe à administração central e que só licenciará a construção do necessário edifício se o projecto em causa corresponder a todos os requisitos legais.

Entretanto, e face à compreensível inquietação das populações, decidiu promover em breve um encontro com os municípios, para que «nenhuma pergunta fique sem resposta e nenhuma dúvida sem esclarecimento».

Professores, pais e alunos juntos no mesmo protesto

# Instalações que faltam instalações que sobram

O debate em torno da escola e do ensino está, uma vez mais, na ordem do dia. Em causa situações diversas, da reestruturação da rede escolar em Lisboa ao futuro da Escola Profissional Pública de Electrónica e Telecomunicações (Eppet).

Alunos, professores e pais da Eppet manifestaram-se, no passado dia 30 de Janeiro, frente ao Ministério da Educação. Uma iniciativa da Associação de Pais desta escola profissional para «travar as tentativas de que a escola tem sido alvo, no sentido da sua rotura».

A Eppet é uma Escola Profissional Pública, criada em 1990 como resultado de um protocolo de cooperação entre os ministérios Português e Holandês da Educação. No quadro deste projecto, o ME holandês, para além do financiamento para aquisição de equipamento de ensino sofisticado, garantiu a formação dos professores na Holanda.

Os resultados obtidos são claramente positivos. A Eppet é actualmente uma escola única no nosso país, com uma empregabilidade de 100%, sendo inúmeras as empresas que fazem o seu recrutamento nesta escola, de tal forma que a Eppet não consegue responder nem a metade dos pedidos dos empregadores.

Tudo isto apesar dos significativos cortes orçamentais, das limitações impostas pelo ME em termos de admissão de novos alunos e de consecutivas medidas de desestabilização e ameaças de privatização.

No ano 2000 o ME já tinha decidido pelo seu encerra-

mento. Em 2001, próximo do início do ano lectivo, ainda não se sabia se iria haver autorização para abertura de novas vagas.

O que a escola precisa é de novas instalações. Entretanto, o ME pretende encerrar escolas com excelentes instalações e equipamentos

A escola funciona, em regime experimental, há doze anos, gerida por uma comissão instaladora. O governo holandês acabou por abandonar este projecto-piloto na educação.

Neste momento, e apesar dos bons resultados alcançados, a Eppet incorre no risco de ficar sem professores (formados na Holanda) das disciplinas técnicas nucleares, e que se encontram na escola em regime de deslocamento. E

desconhece como é que o Ministério da Educação irá garantir a continuidade do curso e honrar os contratos de formação.

O que a escola precisa é de novas instalações. Entretanto, o ME pretende encerrar escolas secundárias, com poucos alunos, mas que dispõem de excelentes instalações e equipamentos.

## Encerramento de escolas gera polémica em Lisboa

Alunos, pais e professores das escolas Ferreira Borges, Machado de Castro e David Mourão Ferreira, manifestaram-se dia 31 de Janeiro em frente do Ministério da Educação, para protestar contra os critérios de reordenamento escolar da Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL).

Em causa está o encerramento destas escolas, pertencentes à área pedagógica 1 de

Lisboa, e as fusões propostas por este mesmo órgão. Os alunos da escola Machado de Castro seriam transferidos para a Marquês de Pombal e os da Ferreira Borges para a Fonseca Benevides.

As escolas, entretanto, estão em desacordo com estas decisões. Admitem a necessidade de reordenar a rede escolar, mas não desta forma.

Como pano de fundo, surge ainda a suspeita de que haverá interesses económicos por detrás desta opção, nomeadamente especulação imobiliária.

Na sequência da manifestação de dia 31, o governo negou que a proposta de encerramento das escolas David Mourão Ferreira, Machado de Castro e Ferreira Borges seja definitiva e garantiu que as contrapropostas dos respectivos conselhos directivos estão a ser analisadas. O assunto deverá estar resolvido até ao final do mês de Fevereiro.

Uma polémica que, entretanto, se mantém bem viva.



Alunos da Eppet manifestam-se em defesa da sua escola

## Avaliação em debate

A avaliação vai ser tema de um seminário a realizar no próximo dia 22 de Fevereiro. Uma iniciativa da Fenprof, com que se pretende contribuir para o aprofundamento de uma necessária reflexão, trazendo para o debate vários olhares sobre políticas e práticas de avaliação, em Portugal e noutros países.

O encontro conta com a participação de Miguel Ángel Santos Guerra, professor catedrático da Universidade de Málaga, autor de vasta obra sobre organização escolar, avaliação educativa e formação de professores, tendo participado em múltiplos projectos de avaliação em várias áreas, e de Catherine Fitzpatrick, presidente da Associação de Professores do Ensino Secundário da Irlanda, que dará o seu testemunho sobre o que foi a experiência dos rankings de escolas na Irlanda do Norte, instituídos em 1993 e abandonados em 1998.

## Construir o futuro

«Valorizar o presente, construir o futuro» foi o lema do debate sobre a actualidade e os desafios futuros do ensino profissional no nosso país, promovido pela Fenprof.

O Encontro, que decorreu no passado dia 25 de Janeiro, no Porto, reuniu representantes de numerosas escolas profissionais de todas as regiões do país.

A identidade do ensino profissional, a organização dos cursos, a crescente procura deste sector, que abarca actualmente cerca de 30 mil formandos; a afirmação do ensino profissional como primeira escolha para muitos jovens, a ligação ao mundo do trabalho, a atitude dos empresários face à qualificação dos jovens que fre-

quentam as escolas profissionais, a situação financeira e as questões socioprofissionais dos docentes e outros trabalhadores que asseguram a actividade destas escolas, estiveram no centro dos debates.

Os trabalhos desdobraram-se em três painéis. Um primeiro sobre a identidade do ensino profissional, seguindo-se um debate sobre o seu futuro e, por último, uma reflexão em torno do Contrato Colectivo de Trabalho para as Escolas Profissionais.

O encontro terminou com uma intervenção do secretário-geral da Fenprof, que salientou o património valioso destes 13 anos de história, de trabalho e de formação das escolas profissionais.

## SPRC adere à CGTP

Uma larga maioria dos docentes filiados no Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) votou a favor da adesão da estrutura à central sindical CGTP.

A direcção do SPRC, que integra a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), expressou a sua satisfação com o apoio inequívoco à adesão à central sindical. O processo de filiação será formalizado no VI Congresso dos professores do Centro, marcado para dias 23 e 24 de Abril, em Aveiro.

«Com a entrada do SPRC na CGTP-IN ficam a ganhar os professores e educadores da Região Centro, que passarão a partilhar um espaço comum de solidariedade e luta com todos os trabalhadores portugueses», sublinha a estrutura sindical. As «especificidades dos professores e as diferenças do seu movimento sindical também enriquecerão o trabalho, reflexão e acção da que é, cada vez mais, a grande organização dos trabalhadores portugueses», observa ainda a direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro.

## APD contesta Censos 2001

## Uma realidade oculta?

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) contestou os resultados do Censos 2001, considerando que apontam para um número de deficientes inferior ao real, o que poderá conduzir a uma diminuição dos apoios do Estado.

Os resultados preliminares do Censos 2001, agora divulgados, apontam para a existência em Portugal de 634.408 deficientes (6,1 por cento do total da população residente) e não cerca de um milhão (10 por cento) como estimam as associações de deficientes. Um resultado que está bastante abaixo da estimativa da Organização Mundial da Saúde e do resultado de um estudo feito pelo Secretariado Nacional de Reabilitação.

Para a APD, a explicação desta discrepância estará no

facto de, em termos culturais, a população portuguesa ter relutância em dizer quais as pessoas com deficiências na sua casa.

### O grande receio da APD é que os apoios do Estado piorem

Quando o Governo aceitou levar à prática o pedido para que fosse feito um estudo sobre a população deficiente, a APD venceu a necessidade de haver grande sensibilização da população. Uma sensibilização que não chegou a ser feita. Por outro lado os inquiridores, ou grande parte deles, não estavam sensibilizados para esta problemática, e alguns deles passavam à

frente da rubrica dos deficientes.

Face aos resultados dos Censos, agora divulgados, o grande receio da APD é que os apoios do Estado piorem, diminuindo o investimento na reabilitação e integração das pessoas com deficiência.

Actualmente esses apoios já são claramente insuficientes, quer no que respeita à educação quer às barreiras físicas e arquitectónicas ou às ajudas técnicas, mesmo em relação a coisas tão básicas como próteses.

### Alguns números

Os resultados provisórios dos Censos 2001, divulgados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), indicam que, de uma maneira geral, há mais homens com deficiências do que mulheres, já que as taxas de incidência do sexo masculino são mais elevadas que as do sexo feminino em todas as regiões do país.

Relativamente à distribuição da população deficiente por regiões do país, os dados dos censos apontam para uma taxa de incidência mais elevada no centro (6,7 por cento), a que se segue logo Lisboa e Vale do Tejo (6,3 por cento). As taxas de incidência mais baixas registam-se nas Regiões Autónomas da Madeira (4,9 por cento) e dos Açores (4,3 por cento).

Os dados do INE evidenciam também que a taxa de incidência de deficiência se agrava com a idade, ou seja, o número de jovens deficientes com menos de 16 anos correspondia a 2,2 por cento do total dos deficientes (uma terça parte), enquanto que os idosos equivaliam a 12,5 por cento do total (mais do dobro).



Censos subavaliaram deficientes

## Solos contaminados no Seixal

«Os Verdes» acusaram o Governo de nada fazer para assegurar a descontaminação dos solos em Santa Marta de Corroios, Poço do Talaminho, Lagoa da Palmeira e Vale de Milhaços, no concelho do Seixal.

Segundo a deputada Heloísa Apolónia, estão em causa cerca de «150 hectares de terrenos contaminados pela SPEL (Sociedade Portuguesa de Explosivos), em Santa Marta de Corroios, os despejos de toneladas de nafta, pela Lisnave, no Poço do Talaminho, e a poluição provocada pela Siderurgia Nacional na Lagoa da Palmeira, onde foram lançados hidrocarbonetos e metais pesados».

Em conferência de imprensa, a deputada Heloísa Apolónia, do Partido Ecológico «Os Verdes», recor-

dou as promessas feitas em 1997 pelo então secretário de Estado do Ambiente, José Sócrates, que na altura assegurou a descontaminação dos solos poluídos por diversas unidades industriais e pelas descargas ilegais de poluentes, provenientes de outras zonas do país.

«Estamos em 2002 e o problema dos solos contaminados no concelho do Seixal, não só não foi resolvido como se agravou entretanto», disse Heloísa Apolónia, considerando que o Governo não tem uma estratégia para a resolução o problema dos resíduos industriais.

«O governo não tem uma política de redução, reciclagem e reutilização de resíduos industriais. Está apenas obcecado pela co-incineração e pela negociação com as cimenteiras», disse a depu-

tada, que prometeu total empenhamento de «Os Verdes» na resolução destes problemas na próxima legislatura.

A preocupação do partido com os problemas ambientais no Seixal foi reafirmada na sequência dos contactos estabelecidos com a Câmara Municipal (CDU) durante uma visita ao concelho.

Heloísa Apolónia mostrou-se também preocupada com o avanço das obras para uma exploração de piscicultura no sapal de Corroios, tendo referido alegadas contradições existentes no Ministério do Ambiente sobre a legalidade do empreendimento.

Heloísa Apolónia criticou também a falta de qualidade e de segurança dos comboios que circulam na linha do Sado.

• Jorge Sarabando

## A palavra em falta

O editorial do *Público* de há dias intitulado «Não, um jornalista não deve fazer política», merece um comentário breve, ainda que pudesse constituir tema de um debate mais amplo.

Diz o editorialista, a propósito da candidatura de um dirigente sindical nas próximas Eleições Legislativas, que «o jornalista que assume o papel de actor perde, perante os seus leitores e as fontes de informação, a isenção com que deveria por eles ser encarado».

O absurdo da tese começa logo por uma evidência: ao escrever tais palavras o autor já está, ele próprio, a fazer política, e escreve-as num jornal que faz política da primeira à última página.

Mas o que há de mais deplorável em tal ideia é o que nela está contido como preconceito acerca da política, como se fosse necessariamente coisa turva e objecto de suspeição, e não pudesse antes ser uma nobre actividade humana, que obriga quem a exerce a uma prática isenta e equânime, respeitadora e garante dos direitos de todos.

Como nela está um conceito de imprensa que ignora a livre informação e o debate plural como fontes de cidadania.

Os jornalistas não devem fazer política?

Mas logo ocorre uma fieira de nomes: Homem Cristo, João Chagas, Raul Rego, Mário Castrim, Miguel Urbano, as colunas desta crónica não davam para citar figuras do jornalismo português que são referências de muitas gerações, e que pela arte da palavra, pela força das convicções, pela acutilância do olhar, pelo valor da sua reflexão, estabeleceram um diálogo com os leitores, muitas vezes apaixonado, polémico, mas sempre desejado, onde a política está presente.

Apetece perguntar: Marcelo Rebelo de Sousa, que foi dirigente partidário, jornalista, comentador — não faz e não fez sempre política? E Pinto Balsemão, que foi jornalista, dirigente partidário e Primeiro-Ministro, hoje dono de um império mediático, não faz e não fez sempre política? E Maria Elisa, hoje candidata do PSD e jornalista, e antontem assessora de um chefe de governo, nunca fez política? E Vicente Jorge Silva, hoje candidato pelo PS, chegou agora à intervenção política? Os artigos que escreveram, os comentários que assinaram, foram sempre virginalmente apolíticos? Claro que não, nem seria possível. A comunicação social ganhou uma dimensão no conhecimento e uma função estruturante que nunca antes teve, o que implica uma responsabilidade acrescida dos jornalistas.

Não há hoje censura oficial, mas há condicionamentos da liberdade e um poder de manipulação que se tem expandido para além dos limites éticos. Ao serviço do poder económico dominante e daquilo que Ignacio Ramonet designa por «polvo publicitário».

Os interesses políticos e os dogmas ideológicos são servidos em forma de espectáculo, onde a sugestão das imagens se sobrepõe ao significado das palavras, onde

o poder das emoções esconde a razão das ideias, onde a ilusão, o culto do acaso e a competição sem limites, escondem o individualismo mais baixo e primário e o canibalismo cultural, destruidores dos valores humanistas. Onde a resignação e o conformismo são alardeados para que não desponte, no lugar mais remoto e no espírito mais longínquo, a ideia — «perigosa» ideia — de que é possível construir uma alternativa aos injustos fundamentos do mundo em que vivemos. Onde o neoliberalismo, embora predador, selvagem e causador de regressões abomináveis dos direitos humanos, é apresentado como o fim do fim da história, atirando as ideologias para a arca das velharias.

Tudo isto é política e é servido como se não fosse política. É ideologia da mais impositiva e é servido como se não fosse ideologia.

Entre manipulações subtis ou grosseiras, discriminações, por vezes bem mesquinhas, feitas a coberto de critérios editoriais, conveniente selecção de notícias e imagens e respectivos alinhamentos, ondas de opinião fabricadas em gabinete, ou promoções publicitárias mascaradas de informação objectiva. E também com ideias tão equívocas como as que o editorialista do *Público* apregoa, ao defender que um jornalista dirigente sindical não deve ser candidato de uma força política a uma eleição democrática, pois isso condiciona a sua isenção. Mesmo que, no caso concreto, o dirigente sindical por ele citado seja, desde há dez anos, candidato nas listas da CDU e tenha exercido o cargo de deputado municipal, sem que isso tenha constituído impedimento, nem da sua reconhecida isenção como profissional, nem da confiança dos jornalistas, expressa em diferentes e sucessivas eleições para o seu sindicato.

É legítimo perguntar: por que surgiram só agora almas tão virtuosas a descobrir tamanho pecado? E logo agora, que os sindicatos estão ainda mais activos contra aquele patronato que prefere mão-de-obra barata, dócil e descartável.

Será defensável que um dirigente sindical deva ser amputado de um direito cívico que a Constituição por inteiro lhe reconhece? (Diz-se hoje dos jornalistas, poder-se-á dizer amanhã dos professores e de outras classes profissionais.) Não, porque por este caminho o sindicalista torna-se um cidadão com mais participação e deveres mas com menos direitos do que os demais. Há hoje uma fusão entre política e jornalismo que é, muitas vezes, promíscua, velada, enganosa, indesejável. Sem dúvida. Mas dela não são fatores os que fazem as suas opções com inteira liberdade, de cara descoberta, assumindo claramente as suas responsabilidades.

Não entender isto é não perceber que por aqui passa uma fronteira da democracia.

Mas talvez, no fim de contas, o que falta no título do editorial do *Público* para esclarecer o sentido das coisas é apenas uma palavra: «Não, um jornalista não deve fazer política de esquerda.»

Grupo Parlamentar do PCP presta contas

# A marca do PCP

*por mais direitos sociais e laborais*

**T**udo o que de positivo a Assembleia da República aprovou na Legislatura teve a marca do PCP.

Na defesa dos direitos sociais e laborais, no combate às injustiças e desigualdades, tudo o que foi vertido em Lei da República teve a iniciativa ou o contributo do Grupo comunista.

O seu empenhamento e voto favorável tornaram-se aliás extensíveis a outras áreas e matérias, sempre que se tratou de introduzir na nossa ordem jurídica normas e disposições tendentes ao reforço de direitos, liberdades e garantias, à melhoria do funcionamento da Justiça, ao aprofundamento da democracia.

A testemunhar bem esta realidade, no que foi o contributo decisivo e inigualável da bancada comunista para a produção legislativa global do Parlamento, está o número de projectos de lei por si apresentados. Como salientámos já nas duas últimas edições do *Avante!*, com os seus 100 projectos de lei (não incluindo os relativos à criação de freguesias, vilas e cidades), o Grupo Parlamentar do PCP destacou-se como aquele que mais iniciativas legislativas apresentou neste período de pouco mais de dois anos em que durou a VIII Legislatura. Mais: foi o grupo

parlamentar que mais Leis viu aprovar – foram 37 ao todo as Leis aprovadas nestas circunstâncias – a partir de iniciativas originariamente suas. Não foi porém apenas este traço quantitativo, no quadro geral da actividade dos partidos com assento parlamentar, a distinguir a acção dos deputados comunistas. A ela associada esteve igualmente, com importância acrescida, a mais-valia de uma inquestionável qualidade, com visibilidade evidente quer no plano técnico das soluções preconizadas quer no alcance das mesmas enquanto resposta aos problemas concretos dos trabalhadores, das populações e do País. Foram, em alguns casos, como a própria formação comunista sublinha no documento em que faz o balanço da sua actividade, «propostas estruturantes para importantes áreas da política nacional» e, noutros, «propostas para a resolução de problemas locais ou de carácter mais circunscrito, mas nem por isso pouco importantes».

Assumindo-se de modo claro como oposição de esquerda ao Governo do PS, em qualquer dos casos, esteve sempre presente uma posição construtiva, a mesma, afinal, que levou o PCP a

apresentar políticas alternativas. E que, no exercício fiscalizador da acção governativa, sem hesitações, não impediu a denúncia dos seus aspectos negativos, sem entrar por qualquer caminho de rejeição sistemática das propostas dos outros, fossem originárias do Executivo ou de outros partidos. Sempre foram avaliadas pelo seu conteúdo, dele decorrendo, em conformidade, o respectivo voto.

Por isso, com a autoridade que resulta da sua postura séria e construtiva, a bancada comunista afirma que o «bota abaixo» não é consigo. E quando, a pretexto de uma maior proximidade entre eleitos e eleitores, PS e PSD voltam à carga com propostas de alteração da Lei Eleitoral, nada melhor que a actividade do Grupo Parlamentar do PCP para demonstrar que essa aproximação, no fim de contas, está apenas dependente da forma como se cumprem os compromissos assumidos com a população. O PCP, pela sua parte, honra-os, como adiante se poderá constatar através de mais alguns exemplos de leis que, tal como as já referidas pelo *Avante!* na passada semana, tiveram a sua chancela. De outras Leis daremos conta no próximo número.

## Leis da República com origem em projectos de lei do PCP

### Reforça os mecanismos de fiscalização e punição de práticas laborais discriminatórias em função do sexo

(Lei N.º 9/2001, de 21 de Maio)

Face às flagrantes violações dos direitos das mulheres que continuam a surgir no mundo do trabalho, entende o PCP que é necessário reforçar a fiscalização e a punição de práticas laborais discriminatórias, directas ou indirectas, em função do sexo. Nesse sentido vai a nova Lei ao alargar o âmbito das competências de prevenção, fiscalização e punição da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), obrigando a que esta entidade investigue a denúncia no prazo máximo de 30 dias. Ao mesmo tempo, a Lei valoriza os pareceres da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) relativo a estas discriminações, passando a ser obrigatório enviar os pareceres que confirmem ou indiquem discriminações para a IGT, podendo os inspectores ser acompanhados dos técnicos da CITE. A proposta do PCP propunha ainda que as acções inspectivas da IGT pudessem ser nestes casos acompanhadas pelos sindicatos, possibilidade que foi inviabilizada na discussão na especialidade.

### Medidas de apoio social a mães e pais estudantes

(Lei N.º 90/2001, de 20 de Agosto)

O fundamental do combate à gravidez precoce e indesejada trava-se na sua prevenção. Sem perder de vista este princípio, no entanto, a Lei propõe medidas para que as jovens que decidam levar a sua gravidez até ao fim não sejam

envolvidas nas teias da exclusão social e do abandono escolar. Propõe-se que os estudantes menores de idade – emancipados ou não –, os estudantes até aos 24 anos e especialmente as jovens grávidas, puérperas ou lactantes tenham os seguintes direitos: um regime especial de faltas, a possibilidade de adiar avaliações e uma época especial de exames para acompanhamento médico nas consultas pré-natais, no processo de parto, amamentação, doença e assistência aos filhos; que as grávidas e mães tenham direito a ser transferidas de estabelecimento de ensino, se assim o entenderam; enquanto o progenitor estiver a estudar, o seu filho tem preferência no direito à admissão e frequência nos estabelecimentos do pré-escolar, facilitando desta forma a conjugação da guarda da criança e a sua proximidade aos progenitores com o prosseguimento de estudos.

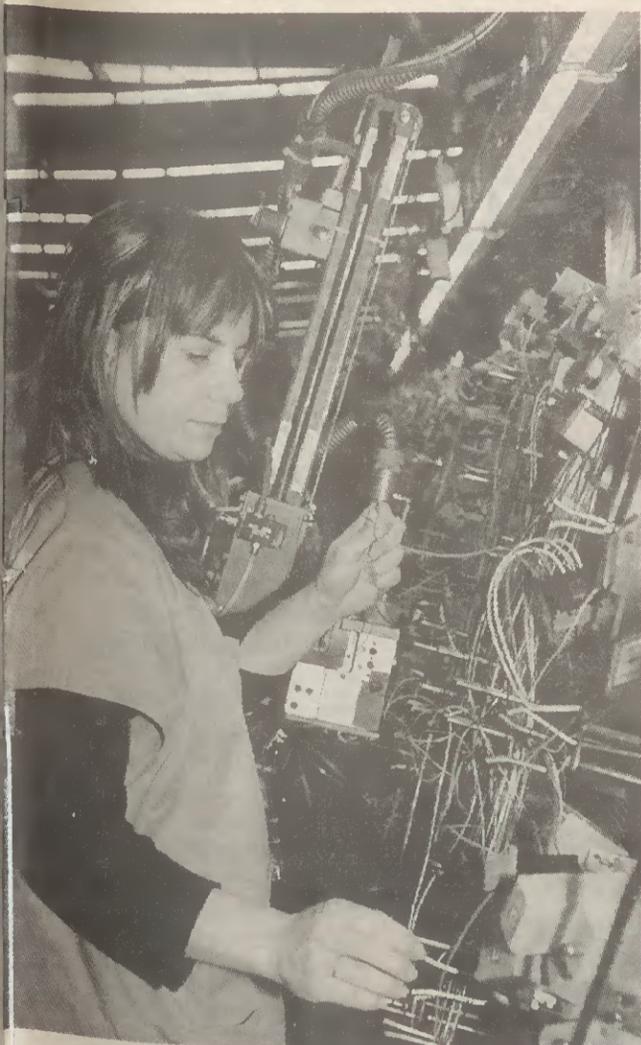
### Medidas para a racionalização da política do medicamento no âmbito do Serviço Nacional de Saúde

(Lei N.º 14/2000, de 8 de Agosto)

Esta Lei define que a prescrição dos medicamentos passará a ser feita mediante a indicação da denominação comum internacional das respectivas substâncias activas (DCI) ou nome genérico. Esta forma de prescrição deverá ser implementada de forma gradual e progressiva até 31 de Dezembro de 2003 para os medicamentos participados no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, que deverão constar do Prontuário Nacional do Medicamento. A Lei prevê, ainda, que sejam dispensados pelos serviços farmacêuticos

*A recusa ou a falta de cobrança das quotas sindicais pela entidade patronal passou a constituir contra-ordenação muito grave*





**Práticas laborais discriminatórias em função do sexo são punidas por lei**

**Reforçar os direitos e o apoio social às mães e pais estudantes, para evitar a exclusão e o abandono escolar**

públicos os medicamentos de que os utentes das urgências necessitem e quando a urgência do seu quadro clínico seja atestada pelo médico. Os serviços farmacêuticos hospitalares sofrem um processo de reorganização que os dotará de capacidade e autonomia técnica e de gestão para garantir uma assistência de qualidade.

Apesar de não terem sido aprovados todos os princípios preconizados pela bancada comunista, foram dados alguns passos importantes para a racionalização de gastos com medicamentos. Contudo, o PCP não abdicou de afirmar que a política do medicamento tem de passar pela identificação dos medicamentos genéricos exclusivamente pela DCI (e não com o nome dos laboratórios que os produzem) e pela dispensa gratuita de medicamentos nos serviços públicos de saúde aos utentes das consultas e das urgências quando a comparticipação pelo Estado (paga às farmácias privadas) fique mais cara ao erário público.

**Reforça as medidas de protecção às mulheres vítimas de violência**

(Lei n.º 7/2000, de 27 de Maio)

Por proposta do PCP, foi alargada a definição do que é violência contra as mulheres, encarando-a como qualquer acto, omissão ou conduta que inflija sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, directa ou indirectamente, atingindo a dignidade humana, a liberdade ou a autonomia sexual, a integridade física e psíquica ou a segurança pessoal das mulheres. Alargou-se também a tipificação do crime, de forma a incluir situações como a de ex-cônjuges, pessoas que viveram em união de facto ou têm filhos em comum. Para pessoas que coabitam, o crime passou a ter um carácter público. Prevê-se também que se possa aplicar como medida acessória o afastamento do condenado da residência da vítima até dois anos.

O projecto de lei do PCP propunha também a criação de uma Comissão Nacional de Prevenção e de Protecção das Mulheres Vítimas de Violência, com comissões semelhantes a nível distrital e regional, que coordenasse a prevenção, a protecção e a reinserção social dos agressores. Tais propostas, contudo, foram inviabilizadas pelos restantes partidos.

**Reforço dos poderes, competências e meios de funcionamento das assembleias municipais**

(Lei 5-A/2001, de 11 de Janeiro que altera a 169/99 de 18 de Setembro)

Em Maio de 2000, o XII Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) aprovou o seu «caderno reivindicativo». Mais de mil autarcas aprovaram por unanimidade propostas de alterações à Lei de atribuições e competências das autarquias locais. Essas alterações visavam melhorar o funcionamento das assembleias municipais (conferindo-lhes maior autonomia), e aumentar as suas competências em sede de fiscalização do executivo e na atribuição de capacidade orçamental.

Em Maio de 2000 eram tudo rosas... Havia unanimidade, o presidente da ANMP, o ministro da Administração Interna da altura (Fernando Gomes) enalteciam as propostas... Dir-se-ia que tudo se encaminhava para um processo legislativo rápido e consensual. Nada mais ilusório... Pela sua parte, o PCP apresentou uma iniciativa legislativa contemplando todos os aspectos aprovados no Congresso da ANMP. Verifica-se então que o PS, o PSD e o CDS se uniram para rejeitar algumas das propostas do projecto lei do PCP, por exemplo aquelas que conferiam competências orçamentais às assembleias municipais e de freguesia dentro de certos limites (permitindo fazer alterações orçamentais sem aumentar as despesas totais propostas pelos executivos).

Houve no entanto importantes propostas do projecto do PCP que foram aprovadas e que contemplam alguns acréscimos de competências e a uma melhoria das condições de funcionamento das assembleias municipais.

É o caso das informações que os presidentes de câmara têm que prestar (ou são solicitados a prestar), e que passam a exigir o cumprimento escrupuloso de prazos e a entrega de documentação de suporte; é o caso da aprovação dos valores de taxas, que até agora competia sempre aos Executivos, e que agora passam, em certos casos, a ter que ser aprovadas pelas assembleias.

É sobretudo o facto de se ter tornado imperativa a atribuição às assembleias municipais das instalações, equipamentos e pessoal adequados ao seu funcionamento regular. Finalmente, e depois de forte oposição do PS (transformada depois em

abstenção envergonhada), ficou consagrada na nova Lei a competência das assembleias elaborarem e alterarem o seu próprio orçamento de funcionamento, e a competência de gerirem, sem interferências nem dependências, as verbas nele inscritas e aprovadas.

**Sistemas de cobrança de quotas sindicais**

(Lei N.º 81/2001, de 28 de Julho)

O novo quadro legal que regula o novo sistema de cobrança e entrega de quotas sindicais resultou de um projecto de lei do PCP que, na especialidade, convergiu com uma iniciativa idêntica do Partido Socialista.

O novo texto revoga a Lei 57/77 de 5 de Agosto que, com 24 anos de existência e apesar de ter constituído uma lei positiva carecia de uma natural actualização, designadamente face ao facto de, crescentemente, muitas entidades patronais se recusarem a proceder à cobrança das quotas sindicais e, nalguns casos, cobrando-as retêm as respectivas verbas não as entregando aos sindicatos.

A nova lei não só explicita que «a entidade empregadora tem a obrigação de proceder à dedução do valor da quota sindical na retribuição do trabalhador» como obriga à sua «entrega ao sindicato até ao dia 15 do mês

seguinte». Para tal, e em alternativa à manutenção da necessidade de um acordo entre as associações patronais e as associações sindicais (o que, por vezes, não é possível, por boicote das primeiras) passa a bastar um «pedido expresso do trabalhador dirigido à entidade empregadora» que é, obrigatoriamente, de aceitação imediata.

Entretanto, a recusa ou falta de cobrança das quotas sindicais passa a constituir contra-ordenação muito grave e a retenção ilegal da quotização sindical pela entidade empregadora passa a ser classificada como «crime de abuso de confiança».

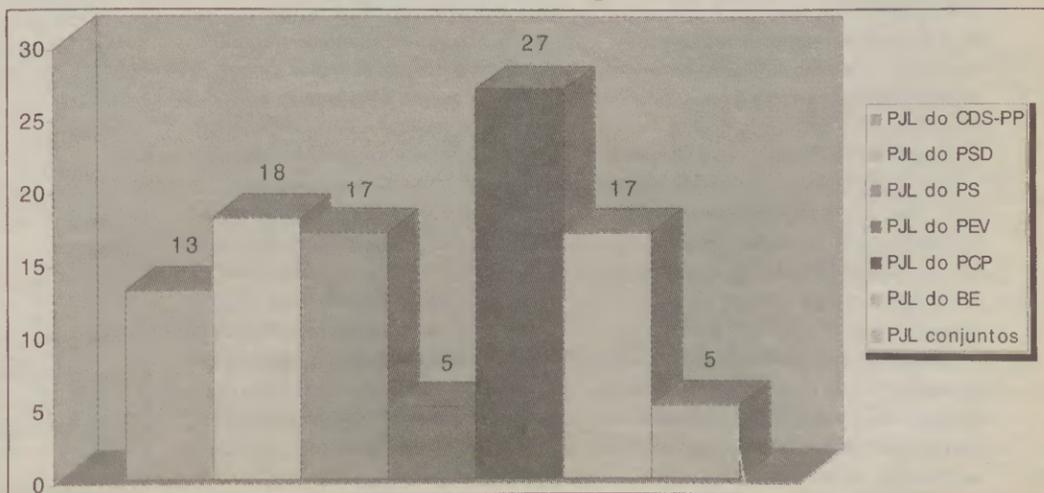
Deste modo estabelecem-se maiores garantias para os trabalhadores e os Sindicatos da cobrança das quotizações e da sua entrega nos cofres das estruturas representativas dos trabalhadores dificultando a crescente tendência de algumas entidades empregadoras de não concretizarem aquelas obrigações como forma de dificultar a vida aos sindicatos.

**Origens das Leis aprovadas na VIII Legislatura**

	TOTAL	TOTAL SEM FVC
PPL do Governo	74	74
PPL das ARL e Macau	4	4
PJL do PS	56	17
PJL do PSD	54	18
<b>PJL do PCP</b>	<b>37</b>	<b>27</b>
PJL do CDS-PP	16	13
PJL do PEV	5	5
PJL do BE	17	17
PJL conjuntos	7	5

Total sem FVC = sem Leis de criação de Freguesias, Vilas e Cidades  
PPL = Proposta de Lei; PJL = Projecto de Lei

**Origem das Leis por Grupo Parlamentar (com exclusão da criação de freguesias, vilas e cidades)**





• Sandra Pimenta

## A (a)normalidade da pobreza

**É** certo e sabido que todos nós orientamos a nossa vidinha dentro daquele espírito do «ir levando» e tantas vezes nos esquecemos de olhar à nossa volta para a realidade que nos rodeia. Não sei se lhe chame egoísmo ou simplesmente «espírito de sobrevivência», mas a verdade é que por vezes saímos da nossa (a)normalidade e reparamos no mundo à nossa volta. Foi o que me aconteceu esta semana com a notícia o anúncio de uma Europa cada vez mais pobre. Eu, que pouco percebo destas coisas de índices económicos, dei por mim a pensar: «Tanto dinheiro que se gasta e se investe nesta União Europeia, como é possível ainda haver 17 milhões de crianças pobres na UE?» Confesso que inicialmente este número tão expressivo me levantou dúvidas. Eu não queria acreditar que esta Europa que se diz tão democrática e tão humana poderia deixar 17 milhões de meninos e meninas na mais profunda miséria!!! Após uma análise mais detalhada às causas e aos motivos desta tragédia, as conclusões são duras e muito tristes. A verdade é que esta «Europa das nações» está mais preocupada em gastar o dinheiro do seu orçamento em linhas mais políticas/militares do que em resolver os problemas sociais que não mais acabam. Mas, senhores eurocratas: estamos a falar de 21% da população infantil dos países pelos quais os senhores cá estão!!! Portugal já veio a terreiro defender a sua inocência em todo este processo, afirmando ser, e, juntamente com o Reino Unido, dos únicos países com programas específicos de erradicação da pobreza infantil. Como devem imaginar fiquei muito mais descansada!!! O meu país afinal não é tão mau e injusto como por vezes nós queremos fazer crer!!! Mas já agora pergunto: se temos este belo programa de erradicação da pobreza infantil por que é que ainda vejo crianças a dormir na rua? E por que vejo eu crianças que não vão à escola? E por que será que andam elas a pedir esmola na rua? E por que não têm as crianças do meu país os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos da Criança? A estas e outras respostas o Governo do meu país refugia-se numa simples e inócua desculpa: «não há uma definição clara do que é a pobreza infantil». Mas por outro lado não deixa de afirmar que é seu «objectivo acabar com a pobreza infantil até 2010».

Então como é que se acaba com uma coisa que não se sabe à partida ainda o que será??? Alguém competente que me explique como fazer, porque eu só vejo ideias confusas e soluções inexistentes. Por isso Portugal tem que ser criticado por não analisar de forma mais aprofundada quer a pobreza das crianças quer a exclusão social. E nem mesmo o facto de não existirem em Portugal regimes de ajuda financeira que possam inverter a situação, e os auxílios estatais para as famílias e crianças representarem apenas 5,6% de todos os benefícios sociais pode servir de desculpa. Pois o aviso já chegou para quem o quis ouvir: «a pobreza infantil vai aumentar consideravelmente nos próximos 20 anos». Nos conselhos europeus de Lisboa (Março 2000), de Nice (Dezembro 2000) e Estocolmo (Julho 2001), os estados-membros (não esquecer de incluir Portugal!) comprometeram-se a promover o desenvolvimento sustentável e empregos de qualidade para reduzir o risco de pobreza e exclusão social e reforçar a coesão económica e social na UE. Mas na minha opinião, não basta, como sempre acontece, prometer para cumprir. É preciso tomar medidas práticas. E eu, mesmo não sendo eurocrata, posso sugerir algumas. A preservação da família e da comunidade, os dois pilares mais fortes na defesa contra a exclusão social. Repensar as estratégias de luta contra a pobreza infantil do ponto de vista das próprias crianças, tendo em conta a percepção que elas têm da pobreza e da exclusão social. A promoção de um elevado nível de emprego e de protecção social. O aumento do nível e da qualidade de vida e da coesão económica e social que deverão ser uma prioridade para a UE. Universalizar o mercado de trabalho, o sistema fiscal, os sistemas de protecção social, de educação, de habitação, de saúde, entre outros importantes serviços no contexto das mudanças estruturais, para dar resposta às necessidades das pessoas, incluindo obviamente as crianças, que no fundo são as mais expostas aos riscos de pobreza e exclusão social. Como vêem, mesmo não sendo dona da sabedoria europeia, tenho consciência do que está mal e precisa de ser corrigido... ai se eu tivesse o poder de acordar o mundo da sua (a)normalidade!!!

Justiça francesa conclui inquérito da Elf e acusa políticos e gestores de corrupção

## Mais 40 implicados

O inquérito sobre o desvio de verbas da petrolífera francesa Elf Aquitaine terminou na segunda-feira, implicando mais 40 pessoas numa rede de corrupção que chegou a África.

Após oito anos de investigação, os juizes de instrução franceses apuraram que, de 1989 a 1993, foram desviados 457,3 milhões de euros (91,7 milhões de contos) da petrolífera para benefício pessoal e político.

As acusações têm ramificações em vários países europeus, incluindo França, Alemanha e Espanha, e em África, onde a Elf, comprada em 1999 pela TotalFina, extrai o petróleo.

O antigo chanceler alemão Helmut Kohl e membros do seu partido, a União Democrata Cristã (CDU), chegaram a ser acusados de terem lucrado com a venda da Refinaria Leuna, na ex-República Democrática Alemã, à Elf Aquitaine. No entanto, quer o Ministério Público Federal alemão, em Dezembro passado, quer os investigadores franceses não encontraram qualquer prova da ligação do político alemão a este caso.

Entre os restantes implicados encontra-se o antigo ministro do Interior francês Charles Pasqua, actual candidato às presidenciais, cuja primeira volta está marcada para 21 de Abril próximo. Pasqua é suspeito de ter recorrido a aviões da companhia para uso pessoal.

Neste escândalo, Alfred Sirven, ex-número dois da Elf, com 75 anos, é considerado a figura central. Sirven, detido em Fevereiro do ano passado nas Filipinas, foi já condenado a quatro anos de cadeia num outro processo da Elf relacionado com des-

vio de dinheiro da companhia petrolífera.

Sirven nega responsabilidades no desvio de fundos através de contas na Suíça, mas em Novembro do ano passado o juiz helvético Paul Perraudin, citado pelo jornal «Le Figaro», afirmou que o arguido confessou que tinha desviado 27 milhões de contos (134 milhões de euros) para a República do Congo.

O antigo presidente da República do Congo, Pascal Lissouba, que está a ser julgado no seu país por «alta traição» e «desvios», reconheceu que recebeu dinheiro do presidente gabonês, Omar Bongo, por intermédio de André Tarallo, ex-diretor-geral da companhia no Gabão e conhecido como o «senhor África» da Elf.

Tarallo foi também condenado neste processo. Outros arguidos foi o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Roland Dumas, acusado de desvio de dinheiro da Elf e de ter criado empregos fictícios na companhia a favor da sua ex-amante Christine Deviers-Joncour. Dumas foi condenado a 30 meses de cadeia, dos quais terá que cumprir seis.

Dumas e Sirven são ainda suspeitos de corrupção no caso da venda de seis fragatas a Taiwan, em 1991, ainda em investigação. Para facilitar a venda das fragatas, recusada em 1989 pelo governo francês na sequência de pressões por parte da China, o grupo Thomson accionou várias redes de

influência, uma das quais constituída por membros da Elf.

A venda fez-se, vários intermediários foram recomensados, mas a Thomson considerou que a «rede Elf» não teve muita influência na concretização do negócios e recusou-se a pagar as comissões previstas.

Em Julho de 1996, um tribunal de Genebra condenou a Thomson a pagar as comissões, uma sentença confirmada pelo tribunal federal suíço e pelo Tribunal da Relação. Na sequência desta condenação, a Thomson apresentou queixa por «tentativa de burla». A Elf Aquitaine foi comprada em 1999 pela petrolífera TotalFina.

Sirven e o ex-ministro do Interior francês Charles Pasqua foram também indiciados no caso de venda ilegal de armas a Angola, nomeadamente por terem recebido comissões. Neste caso, estava ainda acusado Jean-Christophe Mitterrand, filho do ex-presidente francês, suspeito de ter recebido importantes somas para facilitar a venda de armas ao governo angolano.

O processo envolvia ainda os empresários Pierre Falcone e Arkadi Gaidamak, sócios na empresa Brenco. Falcone era suspeito de ter vendido armas oriundas da Europa de Leste a Angola em 1993 e 1994, sem permissão oficial das autoridades francesas, por cerca de 197 milhões de contos.

Mitterrand, detido a 21 de Dezembro de 2000 e libertado três semanas depois através do pagamento de uma caução de 152 mil contos, reconheceu que recebeu cerca de 387 mil contos (1,9 milhões de euros) para uma conta na Suíça mas negou o envolvimento no tráfico de armas.

## Preços disparam na eurozona

O Banco Central Europeu tem vindo a insistir em que a introdução do euro e o conseqüente arredondamento dos preços se repercutem de forma insignificante na inflação. No entanto, os factos af estão a demonstrar o contrário.

No mês de Janeiro, o índice de preços disparou para os 2,5 por cento, quatro décimas acima do verificado no mês anterior, segundo dados do gabinete de estatísticas europeias, Eurostat.

Este número ultrapassa o objectivo de 2,5 por cento para a inflação fixado pelo BCE.

Por outro lado, trata-se do primeiro aumento mensal da

inflação na eurozona desde o passado mês de Maio, quando atingiu os 3,4 por cento, para depois diminuir progressivamente até aos 2,1 por cento em Dezembro.

Mesmo assim, o presidente do BCE, Wim Duisenberg, continua a considerar que «há boas razões para pensar que a transição para o euro não terá a curto prazo um efeito significativo sobre os preços», conforme declarou na passada semana no Parlamento Europeu.

Esta tese é contrariada por associações de consumidores que, com os números a seu favor, recordam que entre Dezembro de 2000 e Janeiro de 2001 a inflação

na zona euro não sofreu alterações.

Também o porta-voz dos Assuntos Económicos do executivo comunitário já admitiu alguma relação entre a alta de preços e a introdução do euro, destacando em particular o peso das subidas das tarifas de serviços públicos, frutas, alimentação, energia e transportes.

Apesar disto, Bruxelas está convencida de que na próxima primavera a inflação deverá ficar abaixo dos dois por cento, notando todavia que países como Portugal, Holanda, Irlanda ou Espanha terão de fazer grandes esforços para atingir este objectivo.

## Ultraperiféricas exigem mais verbas da UE

As regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia exigem verbas compensatórias de programas continentais que não se aplicam aos seus territórios, como investimentos em redes ferroviárias ou outras previstas no último relatório sobre coesão.

Esta reclamação foi exposta pelo presidente do Governo Autónomo das Canárias, o nacionalista Roman Rodriguez, na abertura do encontro que reuniu na segunda-feira, em las Palmas (Canárias), os presidentes das RUP, e ao qual assistiram representantes dessas regiões, da Comissão Europeia, e secretários de Estado de Espanha, França e Portugal.

O presidente canário lembrou que o relatório sobre a coesão destaca a importância para o mercado único das redes transeuropeias de transporte e sua interconexão com as redes nacionais, assim como a importância das redes ferroviárias. Neste sentido, considerou necessário que a UE ofereça respostas adequadas para garantir a mobilidade de seus cidadãos e das mercadorias em condições similares ao continente.

Na perspectiva do alargamento da UE, as RUP exigem ser avaliadas através de um novo tipo de classificação específica, com vista a assegurar o máximo de fundos de coesão e manterem as suas actuais ajudas do Estado.

Roman Rodriguez afirmou que este objectivo é comum aos presidentes de todas as regiões ultraperiféricas da UE - Canárias, Açores, Madeira, Guiana, Martinica e Guadalupe.

## Solana apela à unidade

O Alto Representante da União Europeia (UE) para a Política Externa, Javier Solana, apelou, na segunda-feira, a sérvios e montenegrinos para que «permaneçam juntos» na República Federal da Jugoslávia (RFJ) de modo a preservarem as suas perspectivas de adesão à UE. «Cabe doravante aos responsáveis políticos de Belgrado e Podgorica tirar as conclusões necessárias e ultrapassar as suas divergências», acrescentou.

A RFJ, formada em 1992, é contestada há vários anos pelo presidente do Montenegro, Milos Djukanovic. Belgrado, a oposição montenegrina e a UE preconizam por seu lado uma reestruturação da actual federação jugoslava.

A UE considera agora que uma «fragmentação suplementar na região não só seria contrária ao processo de integração europeia, como teria consequências económicas significativas. Os benefícios de um mercado mais vasto perder-se-iam, os investimentos estrangeiros ver-se-iam desencorajados e a ausência

de uma política comercial conjunta constituiria um obstáculo à integração (da RFJ) na UE e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

## Fórum de Porto Alegre

# Um novo mundo é possível

**Enquanto em Nova Iorque abria o Fórum Económico Mundial, mais a sul, na cidade brasileira de Porto Alegre, começava o segundo Fórum Social Mundial, empenhado na busca de alternativas ao modelo neoliberal de globalização.**

Encerrado na terça-feira, o Fórum Mundial Social reuniu durante cinco dias, em Porto Alegre, mais de 60 mil pessoas de diversos movimentos e partidos políticos, de 120 países, que convergem na luta contra o neoliberalismo e na busca de caminhos para um mundo mais justo e pacífico.

Tal como na edição do ano passado, as diferentes conferências e debates, ao todo mais de 700, decorreram instalações da Universidade PUC, por onde circularam dezenas de

Filipe, deputado na Assembleia da República, Carlos Sousa, presidente da Câmara Municipal de Setúbal e o jornalista Miguel Urbano Rodrigues. No Fórum estiveram ainda Jorge Martins e Pedro Ramos, dirigentes da Juventude Comunista Portuguesa.

Na segunda-feira, Albano Nunes participou num seminário promovido pelo PC do B, subordinado ao tema «Um outro mundo, socialista, é possível - a globalização neoliberal e a alternativa socialista no

encabeçada por Olívio Dutra e Tarso Genro, João Pedro Ftedile, presidente do Movimento dos Sem Terra, e por Renato Rebelo, presidente do PC do B.

A manifestação, depois de atravessar as ruas de Porto Alegre, terminou no Largo Glénio, onde foi anunciado um plebiscito contra a ALCA, a realizar em Setembro. Recorde-se que a ALCA é uma iniciativa através da qual os Estados Unidos pretendem criar até 2005 uma zona de livre comércio em todo o continente americano.

Este foi o segundo desfile, uma vez que logo na abertura do Fórum Social, quinta-feira da semana passada, mais de

Rodrigues foi o principal conferencista no seminário «A luta contra todo o tipo de terrorismo, incluindo o de Estado, e a ameaça neofascista», estando ao lado de personalidades brasileiras e representantes do PC da Colômbia e das FARC. O tema central foi a agressão ao Afeganistão, e as grandes mentiras que a rodeiam, e a solidariedade com os revoltados colombianos.

Um dos momentos altos do Fórum foi sem dúvida o seminário com Naom Chomski, sob o lema «Um mundo sem guerra é possível». O intelectual norte-americano deixou clara a sua posição anti-imperialista, denunciando com firmeza o militarismo e intervencionismo dos EUA e a exploração do grande capital. Milhares de pessoas aglutinaram-se na sala e outros espaços equipados com monitores para o ouvir.

Um dos momentos altos do Fórum foi sem dúvida o seminário com Naom Chomski, sob o lema «Um mundo sem guerra é possível». O intelectual norte-americano deixou clara a sua posição anti-imperialista, denunciando com firmeza o militarismo e intervencionismo dos EUA e a exploração do grande capital. Milhares de pessoas aglutinaram-se na sala e outros espaços equipados com monitores para o ouvir.

### Outras delegações portuguesas

A Porto Alegre a CGTP-IN enviou uma delegação que incluiu o seu secretário-geral, Manuel Carvalho da Silva, que interveio no fórum sobre trabalho e sindicalismo, organizado pelas grandes centrais sindicais mundiais e regionais: Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, Confederação Mundial do Trabalho, Confederação Europeia dos Sindicatos, Confederação Latino-Americana do Trabalho, entre outras.

A delegação participou noutras conferências e seminários onde foram abordados temas como trabalho decente; o emprego e a juventude; educação e formação; organismos internacionais e arquitectura do poder mundial; perspectivas do movimento global da sociedade civil; guerra e paz.

Por seu lado, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) fez-se representar por João Vieira e Manuel Rodrigues que se integraram na delegação da Coordenadora Agrícola Europeia/Via Campesina.



**Poderosas marchas contra o neoliberalismo marcaram a abertura e encerramento deste fórum de cinco dias, em que se realizaram mais de 700 iniciativas de debate e reflexão**

milhares de pessoas. Comunistas, ecologistas, movimentos pelos direitos humanos, conviveram com adeptos do esperanto, índios, camponeses sem terra, e de uma infinidade de organizações não governamentais.

Parlamentares de uma centena de países reuniram-se num fórum próprio, realizado igualmente por juizes de 50 nações, ou pelos cerca de 300 presidentes de câmara procedentes de uma trintena de países que participaram numa reunião de eleitos locais.

O PCP fez-se representar por uma importante delegação constituída por Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central, Ilda Figueiredo e Joaquim Miranda, deputados do Parlamento Europeu, António

50 mil pessoas manifestaram-se nas ruas contra o neoliberalismo.

A deputada Ilda Figueiredo participou pela segunda vez no fórum parlamentar mundial, que foi desta vez dedicado à globalização capitalista e aos problemas da pobreza na Europa e no mundo. Também Joaquim Miranda, presidente da Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação do Parlamento Europeu, esteve em Porto Alegre, a convite do governo do Estado de Rio Grande do Sul, para participar como orador principal no seminário promovido pelas autoridades estaduais sobre «O papel do desenvolvimento regional na construção de um mundo diferente».

Perante uma assistência de 700 pessoas, no início do trabalho, Olívio Dutra, governador do Estado de Rio Grande do Sul, saudou os presentes, gesto que, no final dos trabalhos, foi partilhado pelo prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro.

### Contra o ALCA

No mesmo dia teve lugar uma grande marcha contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que foi

50 mil pessoas manifestaram-se nas ruas contra o neoliberalismo.

A deputada Ilda Figueiredo participou pela segunda vez no fórum parlamentar mundial, que foi desta vez dedicado à globalização capitalista e aos problemas da pobreza na Europa e no mundo. Também Joaquim Miranda, presidente da Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação do Parlamento Europeu, esteve em Porto Alegre, a convite do governo do Estado de Rio Grande do Sul, para participar como orador principal no seminário promovido pelas autoridades estaduais sobre «O papel do desenvolvimento regional na construção de um mundo diferente».

No sábado, Miguel Urbano

## Convenção debate futuro da Europa

As linhas mestras do método de trabalho da Convenção sobre o futuro da Europa foram apresentadas na passada semana pelo seu presidente, Valéry Giscard d'Estaing.

O antigo presidente da França adiantou que este órgão, composto por 105 membros, vai reunir-se sete vezes até Julho e começará os seus trabalhos a 28 de Fevereiro. O presidium de 12 membros vai reunir-se quinzenalmente e o presidente e os seus vice-presidentes encontrar-se-ão semanalmente.

Em Dezembro passado, o Conselho europeu de Laeken deu um ano à Convenção para apresentar as propostas de

reforma das instituições europeias, que serão depois debatidas numa Conferência Intergovernamental (CIG).

A Convenção poderá reunir até ao fim da Primavera de 2003, ou mesmo até ao início do segundo semestre de 2003, segundo disse Giscard d'Estaing, notando que, «como a CIG deverá terminar antes das eleições europeias de 2004, o calendário é particularmente apertado».

Questionado sobre a validade do Tratado de Nice, concluído em Dezembro de 2000 mas ainda não ratificado por todos os Estados da União Europeia (UE), o presidente da Convenção considerou que o

documento «poderá nunca entrar em vigor», caso as novas modificações propostas às instituições europeias «sejam aprovadas pela CIG».

«O Tratado de Nice deverá entrar em vigor em 2005, nós apresentaremos as nossas conclusões em 2003 e a CIG realiza-se a seguir. Logo as disposições do tratado poderão não entrar em vigor», explicou.

Os trabalhos da Convenção vão realizar-se em três fases. A primeira será uma fase de «consultas», depois passar-se-á à «avaliação crítica das soluções apresentadas e ao estudo da coerência dos projectos» e a última incidirá sobre «a proposta ou propostas

que a Convenção irá apresentar». Os primeiros textos poderão ser apresentados no início do Outono, mas «os artigos fundadores não poderão estar concluídos antes dos dois últimos meses da Convenção», especificou.

D'Estaing acentuou ainda as dificuldades que a Convenção pode encontrar para ouvir todos os protagonistas envolvidos, nomeadamente os jovens, explicando ser necessário dotá-la de uma estrutura de organização para pôr em prática um fórum. A finalizar, lamentou a fraca participação de mulheres na Convenção: «Penso que a representação feminina é muito insuficiente».

## Gibraltar com acordo possível

Os ministros dos Estrangeiros de Espanha, Josep Piqué, e Reino Unido, Jack Straw, reiteraram na segunda-feira o compromisso de concluírem um acordo sobre a colónia britânica de Gibraltar antes do próximo Verão.

Como soluções, Straw referiu-se à hipótese de uma soberania repartida, embora tenha adiantado que não as partes não acordaram ainda nenhuma proposta concreta. Segundo o calendário estabelecido, ambos os países devem selar os seus acordos numa declaração conjunta que seria discutida com o governo de Gibraltar. Se a três partes chegarem a acordo, a declaração será submetida a referendo.

A última colónia na Europa tem uma população de 30 mil habitantes e foi ocupada pelo Reino Unido em 1704, durante a guerra da sucessão espanhola, na sequência da morte do Rei Carlos II. A Espanha continua a não abdicar da reintegração territorial de Gibraltar.

## Paz e Direitos Humanos

Cerca de 300 activistas da paz em representação de 40 países reuniram-se na passada semana nas instalações do Parlamento Europeu para debater a Paz e os Direitos Humanos.

Nesta Conferência Europeia, promovida pela Bertrand Russel Peace Foundation, Portugal esteve representado pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, através do seu vice-presidente, Domingos Lopes. Entre os muitos temas que estiveram em debate, destacaram-se «a Ameaça da Guerra das Estrelas - como travá-la?» e o *workshop* sobre «a Paz, Desarmamento e Democracia Global».

## Paquistão pode receber observadores

A União Europeia quer enviar para o Paquistão uma equipa de observadores para as eleições a realizar até Outubro, com vista a «dar maior credibilidade ao acto eleitoral». A proposta foi feita pelos comissários europeus para as relações externas, Chris Patten, num encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros paquistanês, Abdul Sattar, realizado na segunda-feira em Bruxelas. O presidente Musharraf, que subiu ao poder na sequência de um *putsch* em Outubro de 1999, prometeu eleições livres e imparciais até Outubro próximo. No encontro, o chefe da diplomacia paquistanesa congratulou-se com os progressos registados nos últimos meses na cooperação entre a UE e Islamabad, nomeadamente com a abertura do mercado europeu aos produtos têxteis paquistaneses e com aumento para 50 milhões de euros por ano da ajuda para o desenvolvimento do Paquistão.

## Irão à defesa

O comandante da Força Aérea iraniana, Seyed-Reza Pardis, afirmou segunda-feira que as suas forças estão prontas a defender o país face a um eventual ataque dos Estados Unidos.

Os EUA acusaram domingo o Irão de querer minar a sua política no Afeganistão ao ajudar os talibãs e alegados membros da Al-Qaida a fugir e procurando desestabilizar o ocidente do país.

Por seu lado, o chefe da diplomacia iraniana, Kamal Kharazi, manifestou em carta dirigida a Kofi Annan, a «indignação» pelas «alegações infundadas» e as «injúrias contínuas» proferidas contra o seu país pelo presidente dos EUA, George W. Bush.

O presidente norte-americano acusou o Irão de, juntamente com o Iraque e a Coreia do Norte, constituir o que chamou «aliança do mal», imputando a estes países a responsabilidade de «exportarem o terrorismo» e de quererem dotar-se de armas de destruição massiva.

## Ataque mortífero em Bagdad

Quatro civis iraquianos morreram em consequência de ataques aéreos norte-americanos e britânicos efectuados, segunda-feira, contra instalações civis no norte do Iraque, anunciou um porta-voz militar em Bagdad. Com estas baixas, elevam-se a 372 o número de mortos e a 1057 o de feridos nas ofensivas anglo-norte-americanas desde a intensa campanha de bombardeamentos lançada contra o país em Dezembro de 1998.

## Al Gore critica política de Bush

O ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, criticou a política económica do presidente, George W. Bush, num discurso proferido domingo. No seu regresso ao activo, Gore declarou que a redução dos impostos — em especial dos mais ricos — é uma das causas dos problemas.

O ex-vice-presidente acredita que os norte-americanos precisam de um país que invista nas suas pessoas e que defenda cortes nos impostos que sejam justos, e não de «um governo cujo orçamento se baseia em suposições incorrectas», e cujas prioridades favoreçam os pequenos grupos.

## Confrontos nas Filipinas

As tropas das Filipinas mataram mais de 20 soldados do Abu Sayyaf na sequência de combates que decorreram na ilha de Jolo. As operações das tropas filipinas, que estão a ser treinadas pelos soldados norte-americanos, têm como objectivo eliminar os separatistas islâmicos do Abu Sayyaf e vão durar cerca de seis meses. Face à ajuda americana, separatistas muçulmanos da Frente Moro Islâmica de Libertação já reagiram e ameaçaram atacar as tropas norte-americanas se estas invadirem o seu território.

EUA dizem não necessitar de qualquer mandato da ONU para desencadear guerra contra outros estados

# A NATO em Munique e um louco na Casa Branca

A arrogância dos EUA na 28.ª Conferência de Política e Segurança da NATO lançou no fim-de-semana a confusão e a desorientação em Munique, na Alemanha.

A confirmação, pelo senador republicano John McCain e pelo secretário adjunto norte-americano da Defesa, Paul Wolfowitz, de que os Estados Unidos se estão nas tintas para os aliados e de que a próxima guerra vem aí, lançou a confusão e a desorientação na reunião de Munique sobre os problemas da Defesa.

O organizador do Fórum, o antigo manager da BMW e ex-conselheiro de Kohl, Teltschik, fala de «sociedade de duas classes» no seio da Aliança Atlântica. O antigo general, da NATO, Klaus Naumann, impulsor da presença da Bundeswehr no mundo inteiro e que, ainda não há muito tempo, afirmava que «a Rússia já não tem nada a dizer nos Balcãs pois não passa de uma potência regional», avisa assustado para o perigo do «unilateralismo americano».

Paul Wolfowitz foi explícito: os EUA estão prontos a combater sozinhos o «terrorismo» e dispensam a autorização da ONU. «Fomos atacados. Não temos necessidade de qualquer resolução das Nações Unidas para esta questão da autodefesa», disse Wolfowitz, que defendeu igualmente a formação de

«diferentes coligações para diferentes missões», argumentando que «a missão determina a coligação».

As teses de Washington suscitaram fortes críticas da China e de vários países europeus. O vice-ministro

dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, manifestou-se contra qualquer alargamento «arbitrário» da «luta antiterrorista», fazendo votos para que não haja

«Não podem ser vocês a decidirem e nós a irmos atrás»

«dois pesos e duas medidas» neste combate. O ministro da Defesa russo, Sergei Ivanov, rejeitou a possibilidade de um apoio europeu ao alargamento da «guerra antiterrorista» ao Irão e ao Iraque. Idêntica posição foi assumida pela Alemanha e por outros países. A advertência do conservador alemão Karl Lamers aos EUA é elucidativa do estado de espírito gerado na reunião: «Não pode ser vocês a decidirem e nós a irmos atrás», afirmou.

Numa tentativa de salvar as aparências, o secretário-geral da NATO, George Robertson, procurou remeter os desentendimentos para a grande discrepância entre o poderio militar dos EUA e o dos restantes membros da Aliança. Mas sobretudo



Milhares de pessoas manifestaram-se em Munique contra a NATO, apesar das autoridades terem proibido todas as manifestações (foto de arquivo)

depois do último discurso de Bush e do seu anúncio de mais uma guerra contra o «eixo do mal», fica-se com a sensação de que aumenta o número dos que receiam que esteja mesmo instalado um louco na Casa Branca.

### Contra a NATO

Mais de 7000 pessoas manifestaram-se em Munique, na sexta-feira e no sábado,

respondendo ao apelo da «Aliança contra a NATO» e desafiando a presença maciça das forças policiais e militarizadas que transformaram a capital da Baviera num centro militar.

Todas as manifestações estavam proibidas. A polícia deteve centenas de pessoas. A deputada do PDS no parlamento bávaro, Eva Bulling-Schöder, que se deslocou aos centros de detenção poli-

cial, informou que só depois da sua presença a polícia informou os pais sobre o paradeiro dos menores ali detidos. As forças policiais, com cães, isolaram a Casa dos Sindicatos de Munique onde se deveria realizar um Fórum contra a guerra. Foi a primeira vez, desde a tomada do poder pelos nazis em 1933, que a sede dos sindicatos foi cercada pela polícia.

## Amnistia Internacional critica EUA

A Amnistia Internacional reagiu, esta semana, à divulgação de mais uma fotografia de um prisioneiro da guerra do Afeganistão, detido em Guantanamo pelos Estados Unidos. O detido é mostrado numa maca, com os pés e mãos atados com um cadeado.

Além do direito à privacidade e dignidade, que é violado pelas fotografias que têm sido divulgadas dos suspeitos de terrorismo na base norte-ame-

ricana, a Amnistia Internacional exigiu que os prisioneiros tenham acesso a um advogado.

«É vital para nós que lhes seja permitido o acesso a advogados e a observadores independentes como nós», afirmou Cláudio Cordone, director de investigação da organização de defesa dos direitos do homem.

Quanto à última fotografia divulgada, Cordone conside-

rou que «é, de acordo com o que sabe, uma fotografia oficial do Pentágono». «O que nos incita a reafirmar a nossa preocupação quanto ao tratamento a que estas pessoas são sujeitas em Guantanamo», sublinhou.

Como exemplo, Cordone aponta «as celas expostas aos elementos e o facto de no ducho eles continuarem algemados nos pés e mãos, se bem que nada o pareça justificar».

## Eleições na Costa Rica

Pela primeira vez na história do país, o presidente da Costa Rica será eleito à segunda volta eleitoral, pois nenhum dos candidatos ultrapassou, domingo, os 40 por cento de votos necessários para vencer o escrutínio.

Na primeira volta, Abel Pacheco, da Unidade social cristã, obteve o apoio de 38,5 por cento dos votos. Psicanalista, 68 anos, antigo apresentador de uma emissão popular de televisão, defrontará Rolando Araya, candidato pelo Partido de Libertação Nacional (PLN), que, ao obter 31 por cento dos votos, registou o pior resultado para este partido tradicional em 50 anos.

Numa ocasião em que a percentagem de abstencionismo ultrapassou os 30 por cento, no final de um escrutínio que se desenrolou num ambiente de arraial, a realização desta segunda volta histórica está ligada ao resultado muito elevado obtido

pela «terceira força», surgida em apenas algumas semanas, no cenário político do país.

Creditada com menos de 5 por cento de apoio em Setembro, Ottos Solís, economista representando o jovem Partido da Acção cidadina (PAS), recolheu, efectivamente, 26,3 por cento dos sufrágios.

Este resultado veio confirmar o forte interesse da população pelo seu programa, assente na luta contra a corrupção, controlo das despesas públicas e nas suas críticas contra as políticas neoliberais desempenhadas, à vez, nos últimos quinze anos, pelos blocos tradicionais.

Pequeno país da América Central, com 3,8 milhões de habitantes, que banuiu a existência do exército em 1948, a Costa Rica, onde as primeiras eleições tiveram lugar em 1831, é tida como um modelo de democracia numa região frequentemente marcada por guerras civis e golpes de Estado militares.

## Chávez promete revolucionar a Venezuela

Os venezuelanos celebraram segunda-feira o décimo aniversário do fracassado golpe de Estado a 4 de Fevereiro de 1992 contra o presidente Carlos Andrés Pérez, em que participou o actual presidente Hugo Chávez Frías.

Na madrugada de 4 de Fevereiro de 1992, Chávez liderou 5 mil efectivos militares num levantamento destinado a instalar uma «Junta cívico-militar progressista» que viria a ser esmagada pelo governo de Pérez em 12 horas. Chávez que se converteu num herói para milhões de venezuelanos, passou dois anos na cadeia mas acabou por ser

eleito em 1998 depois de ter feito uma incansável campanha por todo o país.

Na comemoração, Hugo Chávez prometeu aos venezuelanos «revolução, revolução e mais revolução». «Esta é a revolução do amor, da vida e da esperança», afirmou o presidente venezuelano, que defendeu o 4 de Fevereiro como o início da queda do regime «neoliberal» na Venezuela que levou à saída de Carlos André Pérez do poder, um ano depois da tentativa de Chávez de mudar o regime.

«O 4 de Fevereiro deu a estocada ao neoliberalismo selvagem» e pôs termo ao

plano de «privatizar a República», o que permitiu «começar a reconstrução económica da Venezuela, que tem agora uma das economias mais sólidas do continente americano».

«Todos os povos estão esperançados no nosso processo, porque esta revolução está a marcar o caminho para a salvação dos povos nossos irmãos», afirmou o presidente venezuelano.

Hugo Chávez prestou ainda homenagem aos que morreram durante a tentativa de golpe de Estado, visitou o Museu Militar de La Planicie e a Inspeção Geral das Forças Armadas da Venezuela.

Médio Oriente

# A santa aliança israelo-americana

Os Estados Unidos preparam-se para lançar em Maio uma ofensiva armada contra o Iraque, anunciou, domingo, o quotidiano israelita *Yédiot Aharonot*.

Segundo fontes militares referidas pelo jornal, citado pela Lusa, o Pentágono recebeu «luz verde» para iniciar os preparativos da ofensiva militar contra o Iraque, no quadro da segunda fase da alegada luta contra o terrorismo internacional. As mesmas fontes especificaram

que os norte-americanos estão a concentrar forças e esforços de coordenação com os opositores iraquianos.

O Iraque, o Irão e a Coreia do Norte foram apontados por Bush como representantes do «um eixo do mal», o que coloca estes países como prováveis alvos da Casa Branca.

A notícia do *Yédiot Aharonot* revela ainda que para esta semana estava prevista uma visita do ministro israelita da Defesa, Binyamin Bem Eliezer, aos Estados Unidos, para debater a nova «cruzada» a levar a cabo com o eventual apoio dos israelitas. Desta vez, referem as fontes, os Estados Unidos não vão pedir «contenção a Israel», em caso de ataque iraquiano ao seu território. Durante a guerra do Golfo (1990-1991), Israel foi atingido por 39 disparos de mísseis Scud iraquianos que fizeram dois mortos.

É sintomático que esta informação tenha vindo a público justamente nas vésperas de nova visita de Ariel

Sharon aos EUA. O primeiro-ministro israelita é hoje recebido por Bush na Casa Branca, quando sobem de tom os «avisos» a Yasser

Arafat para «acabar com o terrorismo».

## Luta pela paz

**Pacifistas preparam para sábado grande manifestação em Telavive**

Contrastando com a crescente agressividade dos EUA e de Israel, o presidente da Autoridade Palestiniana publicou, domingo, um artigo no *New York Times* em que advoga a criação de «um Estado palestino independente e viável nos territórios ocupados por Israel em 1967, vivendo como um vizinho igual ao lado de Israel, em paz e segurança para os povos» dos dois países.

Arafat condena abertamente os ataques contra civis israelitas, manifestando-se disposto a reatar o diálogo com o governo de Sharon e admite pela primeira vez rever a questão do regresso dos refugiados palestinianos (cerca de quatro milhões). O «direito ao retorno», uma reivindicação básica dos palestinianos rejeitada por Israel que bloqueou as conversações de paz de Camp David em 2000, necessita segundo Arafat de uma solução «justa» mas que deve ter em conta «as preocupações demográficas» de Israel.

Reagindo ao artigo, um porta-voz de Ariel Sharon

desvalorizou o alcance das palavras de Arafat. «Não se faz a paz escrevendo um artigo de relações públicas no *New York Times*», disse Ranaan Gissin. «Faz-se a paz detendo o terrorismo. (...) E Arafat, nos últimos 16 meses, não parou a campanha dos terroristas contra os nossos civis inocentes».

Diferente é a leitura da Cruz Vermelha Internacional sobre as responsabilidades na escalada de violência. Segundo dados daquela organização, citados pela sua congénere Betsalem, desde Setembro de 2000 o exército israelita arrasou 655 casas e destruiu milhares de hectares de culturas palestinianas, numa «violação flagrante» do direito internacional. O Ministério da Defesa israelita minimiza a acusação, dizendo que neste período «apenas» foram destruídas 300 estruturas, incluindo habitações e estufas, e 546 hectares de culturas e não 1375 hectares como afirma a organização de defesa dos direitos humanos.

Quanto a perdas humanas, o balanço possível dá a dimensão da tragédia: num total que ronda o milhar e meio de mortos, as vítimas palestinianas representam o quádruplo das vítimas israelitas.

Em Israel, entretanto, cresce o descontentamento popular. A carta de protesto de 52 oficiais que recusam combater nos territórios palestinianos recolheu já mais 149 assinaturas, e as organizações pacifistas preparam para sábado uma grande manifestação em Telavive.

«foi o governo israelita que se recusou até agora a cumprir todos os acordos firmados com a Autoridade Palestiniana», que é Israel que «se recusa a aceitar todas as resoluções da ONU que garantem os direitos nacionais palestinianos», e que «continua todos os dias a desrespeitar o cessar-fogo acordado com a AP».

Face a esta realidade, o PCP «exige do Governo português uma posição clara de condenação das recentes afirmações de Ariel Sharon e de demarcação de uma política que não pode deixar de ser considerada como de terrorismo de Estado de Israel contra o Estado palestiniano e o seu povo».

## PCP condena declarações de Sharon

O PCP «condena e repudia veementemente as irresponsáveis e provocatórias declarações de Ariel Sharon», ao dizer-se arrependido «por não ter “liquidado” Yasser Arafat durante a guerra do Líbano em 1982».

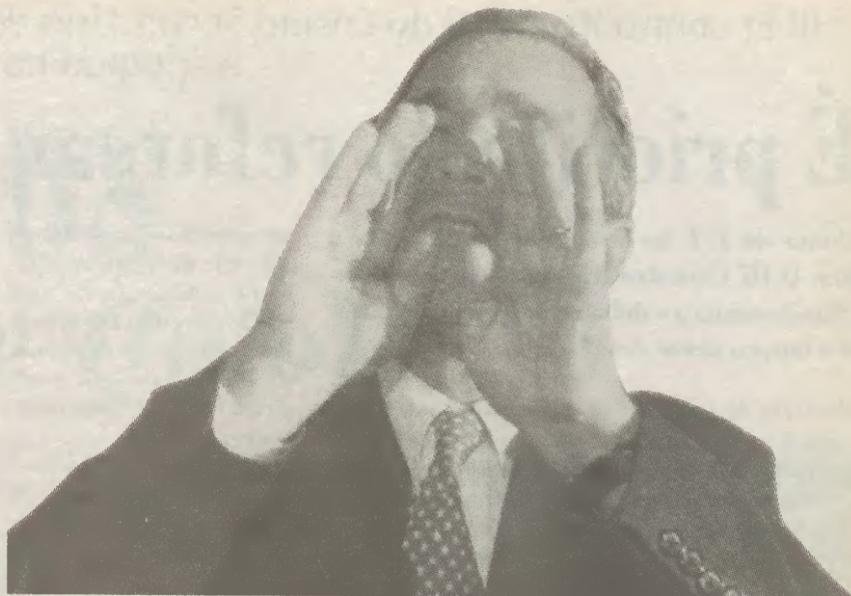
Em nota divulgada sexta-feira pelo Gabinete de Imprensa, o PCP considera que «tais afirmações demonstram, mais uma vez, o verdadeiro carácter do primeiro-ministro israelita, «soberaneamente conhecido pelas suas responsabilidades na condução de massacres de milhares de palestinianos».

Segundo o PCP, este é «mais um sinal da actual estratégia do governo israelita».

lita que, apoiado cada vez mais claramente pela administração norte-americana, conduz uma política terrorista contra a população palestiniana e os seus representantes legítimos, incluindo Yasser Arafat».

Considerando que a política de Israel «é a fonte do perigoso agravamento da situação» que se vive no Médio Oriente, o PCP recorda as «recentes acções de carácter militar e político que têm como último objectivo a anexação de territórios actualmente sob administração palestiniana e a exterminação pela força da resistência palestiniana e da Intifada».

A nota do Gabinete de Imprensa lembra ainda que



● André Levy

## Bush, o novo messias

O presidente dos EUA, George W. Bush, no seu primeiro discurso sobre o Estado da União, enunciou com pinceladas de messianismo a sua visão de política externa. Os EUA e o «mundo civilizado» encontram-se sobre a ameaça de futuros ataques terroristas, a História apela à sua acção, e como tal têm a «responsabilidade e o privilégio» de lutar pela liberdade.

A guerra contra o terror será longa e sem limites geográficos. Visará encerrar campos terroristas e prevenir ameaças de regimes que patrocinem o terrorismo. A acção será tomada com ou sem o apoio dos países que albergam terroristas. Tão-pouco será necessário apoio dos países aliados em futuras intervenções. Tal não foi admitido no discurso oficial. Mas há dias, durante uma conferência sobre segurança internacional em Munique, Richard Perle, assessor do presidente em matéria de segurança, declarou que «os EUA nunca estiveram mais dispostos, se necessário, a agirem sozinhos. Se for necessário escolher entre garantir a nossa protecção ou a de uma lista longa de amigos e aliados, nós escolheremos a nossa própria protecção». O secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, extraiu como umas das lições do assalto ao Afeganistão que os EUA devem assumir a liderança e não deixar que os parceiros determinem a missão. Menção directa foi feita a Hamas, Hezbollah, Jihad Islâmica, à Jaish-i-Mohammed. Três países foram destacados como ameaçadores: o Irão, o Iraque e a Coreia do Norte. Estes, juntamente com os «seus aliados terroristas, constituem um eixo de mal». Foram já inúmeros os protestos feitos a esta caracterização. O Fórum Social Mundial, reunido a semana passada em Porto Alegre, emitiu uma resolução condenando a ameaça declarada a estes países e defendeu que «a guerra não pode ser o caminho para resolver os problemas mundiais». Contrasta com a visão de Rumsfeld, para quem «a melhor defesa é o ataque».

O financiamento desta cruzada promete ser monumental. A proposta orçamental de Bush designa 379 mil milhões de dólares para o Departamento de Defesa, um número que requer comparações para ser posto em perspectiva. É o maior aumento anual em 20 anos. O total é superior ao orçamento militar dos dez países seguintes com maior despesa militar combinados. O aumento anual de 13%, um total de 48 mil milhões, é

em si superior ao orçamento militar de qualquer outro país no mundo.

## Hegemonia militar

Antes de 11 de Setembro, Bush advogava o abandono de sistemas obsoletos e a transformação das forças militares num contingente rápido e móvel. Mas nenhum programa de armamento será eliminado, embora seja evidente que sistemas desenvolvidos para combater forças pesadas (soviéticas) sejam de reduzida utilidade no combate ao terrorismo. Refiro-me, por exemplo, a submarinos nucleares de ataque, contratorpedeiros pesados e ou sistema Crusader de artilharia. Outra componente importante do novo orçamento militar é o dobrar dos fundos designados para o Sistema de Defesa Antibalística. Ainda que membros próximos do governo, como o ex-director de testes de armamento do Pentágono, Philip E. Coyle, afirmem que seria possível seguir com testes sem violar o tratado de Mísseis Antibalísticos, Bush já avisou que se irá retirar unilateralmente do tratado. Apesar das críticas do Professor em MIT, Theodore Postal, ou do Prémio Nobel da Física, Steven Weinberg, aos falsos sucessos dos recentes testes e à fiabilidade do sistema facilmente iludido por chamazetes, o governo aposta em força no programa e a nova Agência de Defesa Anti-Balística dividirá fundos entre tecnologias em competição, em vez do modo tradicional de apoiar programas específicos.

Claramente o desenvolvimento de uma estratégia eficiente e objectiva deu lugar à busca da hegemonia militar estratosférica e ao abrir dos cofres do Estado (sob pena de défice orçamental) para satisfazer a toda a ordem o Pentágono, os fabricantes de armamento e os amigos do peito. A título de exemplo, o sistema Crusader é tão pesado que nenhum transportador aéreo disponível é capaz de mover um sistema completo. Mas em vez de reorientar as despesas para um sistema mais móvel, o plano é adquirir 480 unidades, pagando 11 mil milhões de dólares ao produtor, o Grupo Carlyle. O económico Paul Krugman, no *New York Times*, notou recentemente que esta decisão vem favorecer directamente membros do Grupo Carlyle, incluindo o ex-secretário de Estado, James Baker, Frank Carlucci (um velho amigo de Rumsfeld) e nem mais nem menos do que o ex-presidente George Herbert Bush.

III Encontro Regional do Ensino Secundário de Setúbal da JCP fez um balanço da actividade e apontou novos objectivos

## É prioritário reforçar os colectivos de escola

A actividade da JCP no distrito de Setúbal está a aumentar. O III Encontro Regional – que se realizou no fim-de-semana – debateu a situação da organização e lançou novos desafios.

Os colectivos de escola têm de ser reforçados devido ao importante papel que desempenham na Organização do Ensino Secundário da JCP. Esta é uma das decisões do III Encontro Regional do Secundário de Setúbal, que se realizou no sábado, na Sociedade Musical Capricho Setubalense, e que contou com a presença de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP.

Os quase cem participantes no encontro salientaram que são os colectivos de escola que lidam directamente com os estudantes. Além de conhecer os seus

problemas concretos, têm como de procurar solucioná-los e melhorar cada instituição. Por outro lado, é através dos colectivos que os estudantes conhecem as propostas, os ideais e a acção da JCP. O objectivo de cada colectivo e de toda a organização é o combate à alienação e ao conformismo e a promoção do movimento associativo.

Ana Pato, numa intervenção de balanço, afirmou que, desde o último encontro regional, foram criados novos colectivos de escolas e se registaram avanços significativos da organização

em concelhos como Setúbal. Mas esta dirigente avançou outras notícias: houve uma maior preocupação em reunir os colectivos de escola, vendeu-se mais Agits e surgiram vários boletins informativos.

«O reforço da JCP depende, em grande parte, do esforço individual e colectivo, da presença constante e diária da nossa organização nas escolas, com as nossas ideias, as nossas propostas, o nosso trabalho, a nossa postura, em luta permanente pelas pequenas e grandes conquistas, integrada no colectivo de escola ou no plano unitário», defendeu Ana Pato.

Como referiu esta dirigente, este ano os militantes da JCP concorreram em listas a cerca de 20 associações de estudantes de escolas no distrito. Em 16 delas, integram a associação. «A nossa intervenção foi fundamental



Os problemas concretos de cada escola, como a falta de materiais ou a degradação, são combatidos pelos colectivos da JCP

para a dinamização de uma série de lutas contra a actual política educativa», lembrou Ana Pato. Entre outras, destaca-se as manifestações que se realizaram no Barreiro (mil estudantes), no Pinhal Novo (400) e no Seixal (300), bem como a promoção de um abaixo-assinado.

### «A escola que queremos»

«Queremos uma escola em que as condições de estudo sejam asseguradas

na sua plenitude, com salas condignas, com material adequado, com funcionários e professores em número suficiente, com turmas que não estejam sobrelotadas», lê-se na resolução aprovada no encontro.

Mas os jovens comunistas querem mais: uma escola que se adequa às suas necessidades, que seja um espaço de convívio, que potencie o desenvolvimento pessoal, que crie condições para as artes, que propicie as mesmas oportunidades de acesso independente-

mente da origem social, da capacidade financeira ou da raça.

«A educação pode ser uma arma ao serviço do povo, contra a exploração e a injustiça. A possibilidade de compreensão da condição humana é o primeiro passo para a transformação desta sociedade velha e caduca numa sociedade livre. Nós, jovens comunistas, não podemos nunca baixar os braços nesta luta pelo direito inalienável à sabedoria e ao conhecimento», conclui a JCP.

JCP apela

## População de Valongo deve fiscalizar autarquia

A JCP de Valongo lança um repto à população do concelho: comparem o número de inaugurações realizadas no último trimestre de 2001 e do primeiro trimestre de 2002. «O que se pede é que as pessoas estejam atentas ao que se passa, a quem trabalha e a quem não o faz, para que possam fiscalizar as actuações dos órgãos autárquicos e exigir o cumprimento pleno das suas funções», esclarecem os jovens comunistas, num comunicado à imprensa.

A JCP chama a atenção para as declarações do presidente da Câmara Municipal de Valongo, Fernando Melo, que, durante a tomada de posse, avisou que o próximo mandato será de «vacas magras». Para a organização, estas declarações constituem uma possível tentativa de desculpa antecipada do que poderá ser a actuação do executivo camarário do PSD, mas também uma tentativa de escamotear o despesismo e o endividamento que «foi prática corrente no anterior mandato, sobretudo nos meses imediatamente anteriores às eleições».

Os jovens comunistas condenam também uma das prioridades da autarquia, a chamada «nova centralidade de Valongo», por ser «um projecto urbanístico megalómano, de consequências ambientais nefastas e de consequências sociais imprevisíveis». «Parece que o executivo camarário se prepara para retribuir os «favores», como sempre tem feito, do lobby da construção, que opera de forma cada vez mais livre no concelho», acusam.

Em contrapartida, áreas de actuação como o ambiente, a higiene e a limpeza vão sendo descuradas. A JCP dá como exemplo o estado das ruas e o facto dos únicos cinco ecopontos que existem na cidade de Ermesinde estarem permanentemente cheios, sem que os serviços da câmara os despejem.

A JCP de Valongo adianta que vai continuar a reclamar da Câmara Municipal o cumprimento das suas obrigações, tarefas e promessas, «denunciando toda e qualquer actuação que ponha em causa os interesses legítimos das populações e o desenvolvimento equilibrado do concelho».



Em Ermesinde, os ecopontos nunca são despejados

Em todo o País

## Estudantes do secundário voltam à rua dia 21

O próximo dia 21 está reservado por milhares de alunos do secundário para participar nas manifestações agendadas para todo o País. Esta data foi adoptada no Encontro Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário, que teve lugar na semana passada, no Liceu Camões, em Lisboa.

«O actual estado da educação exige de nós uma resposta firme. O Governo demitiu-se. Pretendemos agora, através da luta, exigir desde já ao próximo executivo a suspensão da reforma curricular»,

lê-se na moção aprovada pelas cem associações de estudantes presentes na iniciativa.

«Depois de três anos de consecutivas manifestações, a nossa opinião é agora reconhecida e respeitada por largos sectores da sociedade. O Governo ficou desgastado com uma das maiores movimentações de estudantes na história do movimento estudantil», consideram as AEs.

As reivindicações dos estudantes são conhecidas: a suspensão imediata da revisão

curricular, o fim progressivo dos *numerus clausus*, a melhoria das condições materiais e humanas, a implementação da lei de educação sexual e o fim imediato dos exames nacionais e das provas globais.

«A luta é a única forma de ver as nossas reivindicações satisfeitas. Foi através dela que a lei da educação sexual foi regulamentada, que a reforma foi adiada por um ano e que conquistámos o respeito e apoio de vários sectores da sociedade», recordam os estudantes.

## Amadora terá «mês da educação»

O reforço da CDU nas eleições legislativas é a única solução para que haja uma outra política social. Esta é a principal conclusão do plenário de militantes da JCP do concelho da Amadora, que teve lugar no sábado.

Nesse sentido, os participantes debateram a forma de reforçar a organização, de aumentar as frentes de trabalho e a acti-

vidade no concelho, tendo sido decidido criar colectivos da JCP em todas as escolas e incrementar a intervenção no ensino básico.

Várias iniciativas estão previstas, como a realização de um ciclo de cinema e a organização de «meses temáticos» sobre vários assuntos. O primeiro será o mês da educação.

No âmbito da campanha de recrutamentos da JCP, o concelho da Amadora elegeu como objectivo conseguir 77 novos militantes.

No plenário foi discutida a linha estratégica do PCP para as próximas eleições, as condições laborais precárias dos jovens e a situação do ensino em Portugal.

# Alterações Climáticas

# Os Impactos

## do Protocolo de Quioto

**E**ncontra-se em discussão pública até 15 de Fevereiro de 2002 o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (elaborado pela comissão para as alterações climáticas criada por resolução do Conselho de Ministros n.º 72/98 e posto à discussão pelo Instituto do Ambiente). São preconizadas políticas e medidas nos âmbitos dos sectores energia, indústria, transportes, doméstico e serviços, floresta e resíduos, a serem actualizadas periodicamente, por forma a atingir metas de redução da emissão de gases com efeito de estufa, a que Portugal se obrigou ao subscrever e ratificar o Protocolo de Quioto.

Essas políticas e medidas, tendo explícito alcance ambiental, implicam ainda muitos estudos adicionais, mudanças de comportamentos pessoais e sociais, grandes investimentos e repercutem-se em complexas consequências económicas e financeiras.

A União Europeia foi o principal protagonista das negociações que finalmente reuniram as condições políticas suficientes para levar à implementação do Protocolo de Quioto, não obstante a oposição dos EUA. Ainda antes da mais recente e decisiva conferência das partes (COP7) do Programa Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, reunida em Marraqueche em Novembro de 2001, a Comissão das Comunidades Europeias havia já emitido a Comunicação COM(2001)580, relativo à aplicação da primeira fase do Programa Europeu para as Alterações Climáticas, e a proposta de directiva COM(2001)581 do Parlamento Europeu



e do Conselho, relativo à criação do quadro de comércio de direitos de emissão de gases de efeito de estufa na Comunidade Europeia. Nestes, a União propõe um conjunto de medidas, iniciativas e directivas para levar à prática os objetivos do Protocolo.

Existe um evidente empenhamento da União Europeia em que o Protocolo de Quioto seja posto em vigor. Conta com a evidência da elevação do teor de dióxido de carbono na atmosfera e com a já reconhecida elevação da temperatura média à superfície do globo, bem como com a preocupação da opinião pública face aos «cenários» - por vezes abusivamente catastróficos - que lhes são oferecidos. A fuga à arriscada dependência face aos

combustíveis fósseis, principalmente do petróleo, a criação de condições favoráveis à reconversão das indústrias energética, transportes, transformadora e bens de consumo, e ainda a abertura de novas oportunidades de comércio externo e de especulação financeira, serão as grandes motivações para o empenho político da União no processo de Quioto.

### Cenários e consequências

Os cenários climáticos do IPCC, em que se basearam as negociações do Protocolo de Quioto, estão alicerçados nos cenários de consumo de energia e de emissão de dióxido de carbono fornecidos pela Agência Internacional de Energia. Esta faz projecções no pressuposto

que os indicadores utilizados no cálculo das emissões - população, GDP per capita, intensidade energética do produto bruto e emissão por unidade de energia consumida - se mantêm no futuro. Factores sociais e políticos não são ponderados.

Da aplicação do Protocolo de Quioto são de esperar consequências fiscais e financeiras de grande fôlego. A criação de um imposto sobre o conteúdo de carbono nos combustíveis, a tributação mínima de todas as «formas» de energia, a reforma do imposto automóvel e do imposto de circulação, são medidas já sob consideração. A criação de um «mercado» de direitos de emissão, expressamente considerado no Protocolo e no qual a União Europeia está vivamente empenhada, permitirá aos países mais desenvolvidos realizar investimentos em países menos desenvolvidos em troca da aquisição de «certificados de redução de emissões» ou, por outras palavras, a «importação» de direitos de emissão a partir de países da periferia para o centro; bem como a transacção de «unidades de redução de emissões» ou de «direitos/licenças de emissão» entre países desenvolvidos; prevê-se que estes direitos/licenças entrem nos mercados financeiros, vindo engrossar os respectivos fluxos.

A recessão em marcha e a grave crise política internacional têm surgido imbricadas com a corrida a recursos petrolíferos cada vez mais escassos, parecendo a União Europeia particularmente vulnerável no cenário actualmente em evolução. Os EUA recusaram subscrever o Protocolo de Quioto e parecem decididos a ganhar acrescido controlo sobre os recursos energéticos do Golfo Pérsico e da Ásia Central. A dependência energética da União Europeia vai-se agravando, situação incompatível com a posição de grande potência económica. Neste contexto, o empenhamento da União na implementação do Protocolo de Quioto surge não só como uma preocupação ambiental mas também como um evidente expediente geopolítico cujo completo alcance iremos observar e a que devemos estar atentos.

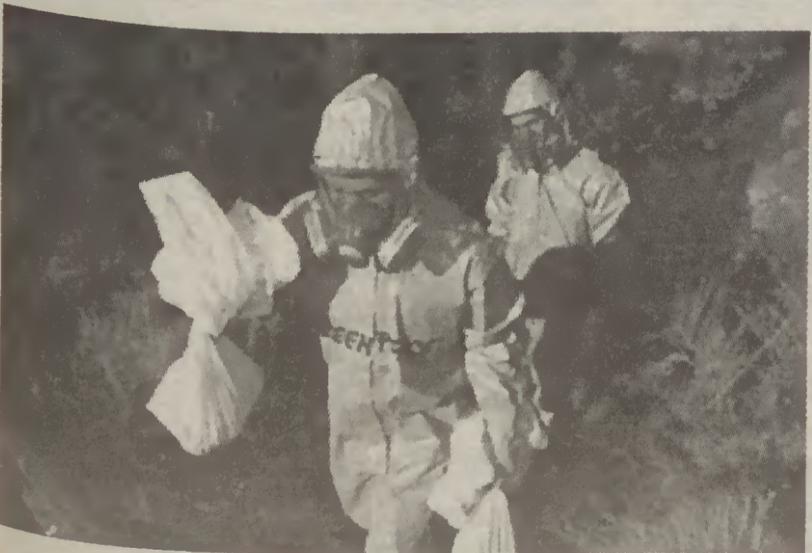
### Situação nacional

Quanto ao Programa Nacional para as Alterações Climáticas, com suas «bases

para uma política de redução das emissões de gases de efeito de estufa», divulgado a 18 de Dezembro, ele inspira-se naturalmente no referido Programa Europeu para as Alterações Climáticas. Mas a ausência de esforço significativo em investigação científica e desenvolvimento tecnológico permite recear que os interesses em jogo terão incidências sobretudo fiscais e comerciais, sem que haja condições para rápidas alterações significativas da estrutura económica que conduzam a mais qualidade de vida com menos custos energéticos e ambientais.

A situação é tão mais grave quanto é certo que em Portugal a intensidade energética do produto interno (PIB) tem aumentado, ou seja, a eficiência energética da produção tem diminuído, de tal modo que a emissão de dióxido de carbono em 2000 atingiu já o nível permitido pelo Protocolo de Quioto para 2010.

Isto acontece quando o nosso país não dispõe de um plano energético formalmente articulados há mais de dez anos; só em Dezembro de 2001 foi também lançado o Programa E4 - Eficiência Energética e Energia Endógenas, em que se procura dar coerência ao conjunto de diplomas regulamentares publicados ou anunciados durante a última legislatura, relativamente à oferta e ao consumo de energia. O sector dos transportes é particularmente preocupante, por registar simultaneamente uma elevada fracção das emissões e uma elevada taxa de crescimento (em termos absolutos e relativos); ora medidas substanciais neste sector exigem um grande esforço de planeamento e de investimento prolongado, quer para substituir quer para articular diversas e mais eficientes modalidades de transporte, para mercadorias e para passageiros, desde o nível urbano até ao nível nacional. Também o sector residencial e serviços é preocupante, face ao seu peso e ao seu crescimento, e dada a longa escala de tempo em que é possível alterar significativamente as tendências negativas. Em todos os sectores será importante a actuação no mais curto prazo, no sentido de induzir comportamentos pessoais e sociais favoráveis, apoiados em medidas e estímulos concretos e na educação ambiental, que atenuem a gravidade da situação presente.



• Manoel  
de Lencastre

Depois das falências e do desemprego,  
os sem-abrigo assombram a sociedade japonesa

# Tragédia nipónica no Parque «Ueno»

**O** imperialismo fugiu da Argentina deixando o povo da grande república sul-americana arruinado e entregue a si próprio. Mas, no Japão, a situação é totalmente outra porque os nipónicos são um dos principais centros do sistema e constituem, ainda, a segunda maior economia do mundo. Entretanto, a sua própria crise continua, gradualmente, a minar-lhes as estruturas. O deslize social começa a ganhar surpreendentes aspectos. Alguns deles seriam inimagináveis, inaceitáveis, anos atrás.

O problema dos sem-abrigo, bastante comum nos países ocidentais, era desconhecido no Japão. Agora, porém, surgem, em zonas afastadas dos centros das grandes cidades, acampamentos gigantescos onde se albergam os que tudo perderam. Entre estes, uma classe especial - a dos que eram gerentes, chefes, encarregados, pessoas com responsabilidades nos negócios das grandes firmas. Desempregados, envolvidos em circunstâncias familiares dramáticas, acharam-se na rua. O parque «Ueno» em Tóquio era famoso como centro de lazer onde as pessoas passeavam quando a Primavera se anunciava. Mas, agora, tornou-se num desses acampamentos onde se refugiam os rejeitados que o capitalismo já não aguenta nos seus efectivos.

Os residentes do parque, quase todos homens na casa dos 40/50 anos, edificam as suas «habitações» usando caixas de cartão e peças de guarda-chuvas inu-

tilizados. Não pedem dinheiro. Alguns revelam sintomas de desequilíbrio mental ou psicológico. O seu grande mal, contudo, reside na desilusão sofrida após uma existência de total confiança no sistema. Ainda sentem dificuldade em compreender como foi possível ficarem desempregados e, depois, rejeitados e reduzidos a nada. O número de habitantes do parque «Ueno» não cessa de aumentar. Todos os dias surgem os assalariados de ontem que ali se instalam. O problema dos sem-abrigo no Japão tornou-se tão grave que já ninguém pretende ignorá-lo.

Com efeito, posto que a taxa de desemprego ronda, agora, os 5,4% (valores oficiais), o número de desempregados subiu para além dos 5 milhões de pessoas. Mas aponta-se, constantemente, o facto de existirem milhões de outros cidadãos desocupados no Japão que, simplesmente, envergonhando-se de aparecer como tal, remetem-se a um digno silêncio. E nesse silêncio morrerão. Para já, o governo atribuiu fundos às autoridades locais para a construção de abrigos e parques de habitação de último recurso. Mas o problema, sendo estrutural, só pode ser resolvido no socialismo. E o primeiro-ministro, Junichiro Koizumi, não é, evidentemente, socialista.

Entretanto, os imperialistas, principalmente os de Washington, continuam a receitar aos japoneses as velhas medidas do mercado que tanto gostam de rotular de modernas - mais reformas estruturais, menos regulamentação e, acima de tudo, que o Estado nipónico pague o crédito malparado que os Bancos insistem em manter nos livros como valores activos. Mas, disse o ministro da Saúde e do Trabalho, Chikara Sakaguchi: «O nosso problema é outro. Situa-se no sector do emprego onde vivemos num estado de emergência.» Os grandes nomes da indústria nipónica continuam a despedir de maneira quase monótona. Ainda agora, a Nissan confirmou que a intenção de despedir 14% do seu pessoal até Abril se confirma plenamente.

## O Grande Engano

O anterior presidente da «Securities & Exchange Commission» do Senado dos Estados Unidos, Arthur Levitt, que esteve no cargo desde 1993 até há quase um ano, fez, recentemente, declarações cujo interesse vale a pena referir. Segundo ele, «há zelo demasiado na apreciação de informações financeiras por parte de empresas auditoras e órgãos de informação». Declarou, explicitamente: «Wall Street é cúmplice na divulgação de resultados de certas empresas que se anunciam como espectaculares para enganar os pequenos investidores. A credibilidade de certas informações divulgadas pelos serviços dos Bancos de Wall Street é, actualmente, nula. Reportagens sobre a situação financeira de determinadas companhias têm como finalidade, apenas, iludir o público.»



Sem abrigo, no Parque Ueno

## Grandes firmas (são 66) à beira da falência

Ainda que os níveis do mercado bolsista (um verdadeiro casino) não constituam referência de capital importância, ajudam a avaliar o temperamento dos investidores e das grandes companhias cotadas. Não pode deixar de ter-se em consideração que o «Nikkei» desceu abaixo dos 10 000 pontos quando em Dezembro de 1989 quase tocara os 40 000. Qual a razão desta quebra imparável, contínua, desesperante? Ainda há dias, os «gigantes» da Merrill Lynch abandonaram o mercado nipónico fugindo, vergonhosamente, sob a alegação de que não tinham diversificado, suficientemente, as suas actividades. Mas eram eles, na verdade, quem expunha os perigos da diversificação, há dois ou três anos. Claro que perderam a cabeça.

Como é dos livros, começaram pelo pessoal, despedindo 700 dos seus 900 funcionários em todo o Japão, salvo em Tóquio e Osaka. Já sabemos que a Merrill Lynch Japan foi quem apanhou os resíduos da falência do Yamaichi (perdas: 15 000 milhões de dólares, em 1997). Mas não conheciam o território onde se encontravam? Um dos aspectos que mais apreciamos na personalidade dos capitalistas é e sempre foi a sua capacidade para julgar o futuro, que não conhecem, com o mais inveterado optimismo. Esta capacidade, aliás, acabará por conduzi-los à perdição total. Todavia, nesse ponto, merecem que os aplaudamos.

Logo a seguir à fuga da grande firma americana, a Societé Générale (Banco francês) acabou com os negócios «on line» (outra fantasia!) enquanto o Morgan Stanley fechou os seus negócios em Tóquio após 10 meses de actividade, apenas. Apesar

de «jogar em casa», o «Nomura Holdings» declarou que os seus lucros no terceiro trimestre de 2001 tinham sido reduzidos em mais de metade.

A falência dos armazéns «Mycal» (10,8 mil milhões de dólares de dívidas) atingiu, particularmente, a sensibilidade do povo japonês. Logo os observadores mais concentrados no exame da situação económica e financeira anunciaram que existem no mercado mais 66 grandes empresas em situação similar. Algumas são bem conhecidas - a Isuzu Motors (automóveis), a NKK (aço), os estaleiros Hitachi, a Sumitomo (indústria pesada).

O nível das dívidas incobráveis nos Bancos continua a subir, inexoravelmente. Já lá vão 10 anos desde que se descobriu o fatal «buraco» dessas dívidas junto da banca, o que paralisou as instituições de crédito, praticamente, até hoje. Então, agitaram a regra de ouro da indústria bancária nipónica segundo a qual todos os Bancos teriam de reavaliar os seus activos de 6 em 6 meses. A verdade, porém, é que se o tivessem feito teriam decretado a própria falência. A economia japonesa e o seu sector financeiro vivem na irreal atmosfera daqueles que pretendem sobreviver mas já não têm condições para isso. O Japão cairá de pé, disso não temos dúvidas. Mas nem por isso será menos dolorosa a sua queda. O problema está em saber-se qual o rumo que o país tomará quando a inviabilidade do capitalismo tiver de ser reconhecida.

## De «Épocas Portuguesas»

Autor desconhecido

Canto 1 - Estância N.º 43

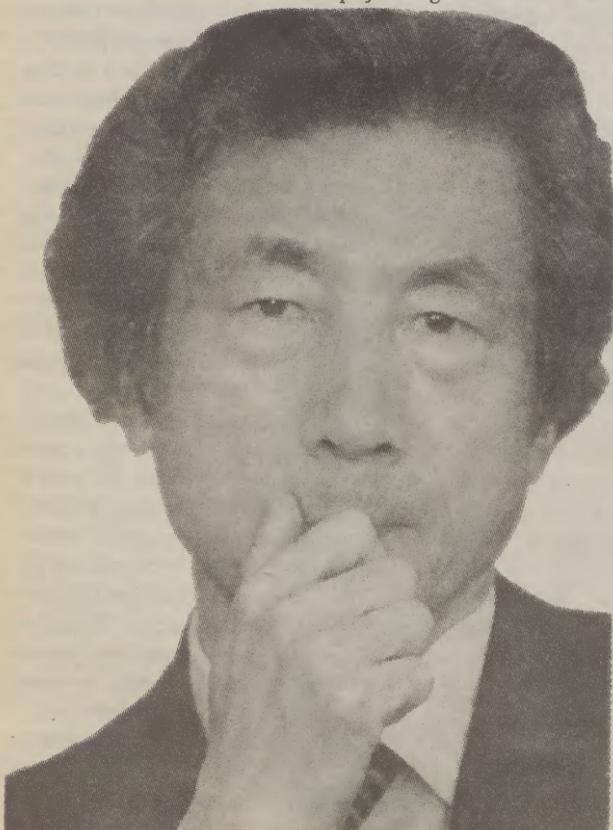
Europa de absolutas monarquias,  
China Ming e China Tang, escondidas,  
Japão Togukawa, Índia Mogul  
Eram do mundo mas ninguém sabia.

Então, seguindo as vossas liturgias,  
Emergindo de mil datas perdidas,  
Vós, portugueses do império do Sul,  
Mostrásteis o que o mundo não via.

Canto 2 - Estância N.º 13

Tempo! Suspende-nos nesta estrada  
Numa asiática aventura  
De glórias, de tormentas, de riquezas,  
Do monopólio das especiarias.

Que o tudo surja em vez do nada.  
Olhemos os jardins de Singapura,  
Cem anos depois da nossa empresa  
Ter ao mundo aberto novas vias.



Junichiro Koizumi, primeiro-ministro japonês

# Cimeira de Nova Iorque

# A lógica imperial dos EUA

**O** Fórum Económico Mundial, organização privada fundada em 1971 que conta entre os seus membros com mais de mil das maiores corporações mundiais, realizou a sua reunião anual na passada semana em Nova Iorque. Enquanto empresários, políticos e académicos se reuniam dentro do luxuoso Waldorf Astoria, milhares de activistas protestaram nas ruas contra a lógica capitalista e imperial das grandes corporações.

A pacatez de Davos, na Suíça, onde durante 30 anos se acolheram as elites financeiras mundiais para analisar o estado do mundo, foi este ano substituída por Nova Iorque, no que pretendeu ser um gesto de solidariedade com a cidade alvo dos atentados terroristas de 11 de Setembro. O luxuoso hotel Waldorf Astoria que acolheu os participantes no Fórum não conseguiu no entanto esconder as divergências entre os EUA e o resto do mundo.

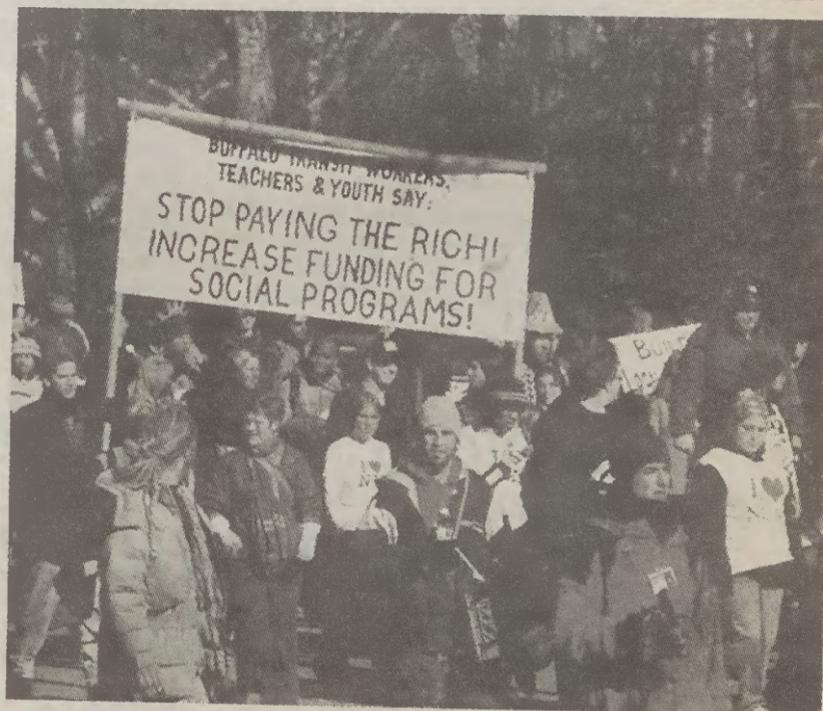
Numa cidade em estado de sítio, milhares de pessoas manifestaram-se pacificamente contra a «exploração dos países pobres por parte dos ricos». Dentro do hotel, até os mais empedernidos se escandalizaram com a indiferença norte-americana face aos dramas do Terceiro Mundo, expressa de forma lapidar nas pala-

bras do secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill. Segundo este dirigente, Deus não criou «um mundo de riqueza ilimitada», e a desigualdade entre ricos e pobres são intrínsecas à humanidade.

Bill Gates, o multimilionário patrão da Microsoft, criticou a mesquinhez da «ajuda» norte-americana ao Terceiro Mundo, mas sem sucesso. O mesmo sucedeu com Horst Kohler, presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), que segundo a Lusa criticou duramente os EUA por protegerem a sua agricultura e indústria têxtil face à concorrência de produtos provindo de países mais pobres, comercializados a preços mais baixos. Os produtores norte-americanos recebem igualmente subsídios estaduais que lhes permitem baixar artificialmente o preço dos seus produtos.

«Precisamos de dar aos países em desenvolvimento melhor acesso aos mercados, o que inclui a supressão destes subsídios, que estão a distorcer e a devastar completamente inúmeros sectores dos países pobres», defendeu Kohler, perante os aplausos da audiência.

«Se queremos que a globalização funcione realmente para todos, os países mais avançados têm de reconhecer que não podem manter as actuais práticas», conclui o presidente do FMI.



## Coligações flexíveis

As diversas críticas não demoveram os norte-americanos. O'Neill e os gurus da Wall Street garantem que a economia do país retomará o crescimento no final do ano, o mesmo devendo suceder com os países industrializados, a começar pela Europa. A generalidade dos presentes no Fórum não partilha desta opinião, considerando que face às actuais taxas de crescimento (entre zero e um por cento nos EUA) a maior economia do planeta apenas tem como certo o aumento do desemprego, o mesmo devendo suceder no resto do mundo.

As perspectivas para 2002 não suscitam à administração Bush

qualquer sentimento de solidariedade, nem económica nem política. Isso mesmo ficou claro nas palavras de O'Neill, reforçadas pelo secretário de Estado, Colin Powell, ao defender a estratégia norte-americana das «coligações flexíveis». Numa palavra, Washington reserva-se o direito de intervir nas crises que afectem directamente os EUA ou quando lhes pareça oportuno, independentemente da opinião dos seus aliados.

Em Nova Iorque, os efeitos desta orientação fez-se sentir de imediato. Não só ninguém saiu a terreiro para apoiar o «eixo do mal» definido pela Casa Branca - alegadamente formado pelo Iraque, Irão e Coreia do Norte -, como o próprio representante da política externa da União Europeia, Javier Solana, se viu forçado a exigir a Washington que não se limite a informar, antes consulte efectivamente os seus aliados antes de tomar quaisquer iniciativas no domínio da segurança mundial. A polémica está instalada, mas os EUA não se deram ao trabalho de responder.

• Miguel Urbano Rodrigues

# Sobre a velha amizade entre as famílias Bush e Ben Laden

**P**rescott Bush não chegou à Casa Branca. Mas, na opinião dos biógrafos da família, foi o mais inteligente, e os dois George, o filho e o neto, têm motivos para se orgulhar do fundador da dinastia.

Prescott Bush sentiu desde menino fascínio pelo Médio Oriente e pelas estórias do Velho Oeste. O seu ídolo era, na juventude, o famoso Lawrence da Arábia, autor dos «Sete Pilares da Sabedoria» e amigo dos filhos do emir Hussein de Meca.

As façanhas de Prescott foram, contudo, mais modestas que as do líder inglês da Revolta Árabe. Inscreveu-se na Associação Estudantil «Skull & Bones» (Crânios e Ossos) e a sua maior proeza foi o roubo da cabeleira do legendário chefe índio Jerónimo, guardada num cemitério dos apaches.

Iniciada a Segunda Guerra Mundial, Prescott Bush, então sócio de uma empresa texana, teve problemas com a Justiça ao infringir o Trading with Enemy Act, lei que proibia negócios com o inimigo: tentou vender petróleo ao Luftwaffe, a força aérea do Reich nazi.

Findo o conflito, o avô do actual presidente tornou-se amigo dos irmãos Allen e John Foster Dulles, respectivamente chefe da CIA e secretário de Estado. Foi aconselhado por ambos a devolver a cabeleira de Jerónimo aos apaches.

Assim fez. Mas pouco depois armou-se um escândalo: o escalpe entregue aos índios era falso. O original foi tratado como troféu de caça, colocado em lugar de honra ao lado de cabeças de veados e animais menores.

A amizade de Prescott com Allen marcou o início da carreira política do filho George: entrou para a CIA onde, de degrau em degrau, chegou a director.

Acompanhou então com tamanho interesse os preparativos da invasão de Playa Girón pelos contra-revolucionários cubanos que baptizou uma das barcas de desembarque com o nome da mulher, Bárbara. Para sua mágoa, porém, a operação foi um fracasso político e militar.

Entretanto, Prescott, o chefe da família, ganhava muito dinheiro nos negócios do petróleo. Um dos seus sócios era um árabe, Muhamad Ben Laden, que tinha adquirido prestígio no Texas.

George e ele estabeleceram laços de amizade. Mas Muhamad não teve longa vida. Morreu em 1968 num acidente estúpido quando o avião em que sobrevoava poços de petróleo dos Bush se espatifou.

George andava na época muito preocupado porque o filho preferido, o jovem George W., ia mal nos estudos. O projecto de fazer do moço um bom piloto também não deu certo. Jorgito bebia sem moderação. Não conseguiu obter o *brevet* na Força Aérea da Guarda Nacional.

Empurrou então o rebento para o mundo dos negócios. O neto do presti-

giado Prescott fundou, com o dinheiro do pai e do avô, a Bush Energy, empresa algo nevoenta que não prosperou.

## Amizade lucrativa

Graças às velhas amizades árabes, o panorama desanuviou-se. Um dos 52 filhos do inesquecível Muhamad, o primogénito, ou seja o jovem Salem Ben Laden, era então cunhado de Khaled Ben Mafuz, banqueiro da família real saudita. Esse vínculo familiar permitiu uma operação pouco clara que foi providencial para George W. Bush.

Tudo se passou de maneira um pouco labiríntica. Quando Salem soube que a empresa do amigo americano estava à beira da falência correu em sua ajuda. Mafuz não parava de subir na Arábia. E entrou com o dinheiro necessário para uma operação cosmética importante: a Bush Energy pediu uma concordata e renasceu logo a seguir como Bush Exploration, nome posteriormente mudado para Spectrum 7. Salem acabou assumindo o controlo das acções da empresa do amigo fraterno. A sua primeira iniciativa foi a assinatura de um contrato de importação de petróleo.

Entretanto, na longínqua Arábia, sob a asa protectora do banqueiro Mafuz, iniciava na Blessed Relief uma carreira fulgurante, como homem de negócios, outro filho do saudoso Muhamad: Osama Ben Laden.

A continuação da estória é, em grande parte, do domínio público. George H. Bush e o filhote George W. ganharam milhões com o petróleo, ou mais exactamente com os contratos árabes. Salem e Osama Ben Laden também.

A amizade entre as duas famílias havia adquirido tal intimidade que, em 1979, George H. Bush, então candidato a vice de Ronald Reagan, viajou para França no iate do seu amigo Salem Ben Laden. Por má sina espacial, Salem viria aliás a falecer, como o pai, num desastre de aviação.

Em 1979, quando os EUA decidiram intervir nos assuntos afegãos para armar e financiar a contra-revolução liderada pelas Sete Organizações Sunitas de Peshawar, autêntico ninho de terroristas e traficantes de heroína, George pai recorreu a Osama Ben Laden. É bem conhecido o papel que este desde então desempenhou, trabalhando com a CIA. Nos EUA choveram sobre ele, na época, elogios, como combatente da liberdade e da democracia.

Era então imprevisível que o neto de Prescott Bush viria a comandar uma Cruzada de terror na esperança, até agora frustrada, de obter no remoto Afeganistão o escalpe de Osama, filho de Muhamad.

A estória parece coisa de ficção. Mas é real. Os seus episódios aparecem evocados com minúcia num livro («A fortunate son: George W. Bush and the making of an American President», de Steve Hatfield) que faz barulho nos EUA.

## Defesa Nacional e Forças Armadas Uma preocupação permanente

• Rui Fernandes

A acção e a iniciativa do PCP em matéria de Defesa Nacional e Forças Armadas são conhecidas. Fomos o único partido a apresentar um projecto de grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional e, no âmbito das eleições presidenciais, o candidato do PCP foi o único (repete-se, o único) a proferir uma declaração sobre as questões de defesa e forças armadas. Julgamos que com estes dois singelos exemplos tudo está clarificado no que ao PCP diz respeito. É que vivemos num tempo de memória curta e de amnésia artificialmente construída e é bom que sejam postos os pontos nos is.

E, também por isso, é bom recordar que a situação em que as FA's se encontram deriva desde logo de um aspecto central: em seis anos de Governo, o PS não tocou em nenhum diploma estruturante oriundo dos governos do PSD, com excepção de uma revisão negativa e incompleta do Estatuto dos Militares, da precipitada e propagandística revisão da Lei do Serviço Militar visando a extinção do SMO e, mais recentemente, da Lei-Quadro da programação militar e os *leasing's*. Isto são factos! E destes factos decorre um outro que é o de o PS ter, deste modo, desiludido os

militares e ter tornado ainda mais difícil e complexa a resposta aos inúmeros problemas com que as FA's se debatem.

O enorme mal-estar criado pelos governos do PSD – sistema retributivo, governamentalização da escolha das Chefias e diminuição das suas competências, prepotência nas decisões, as confusões criadas pelo Ministério do Mar em relação ao sistema de autoridade marítima, a perseguição e punição de dirigentes associativos, tentativa de restrição do acesso dos militares ao Provedor de Justiça, o descalabro da decisão de reduzir o SMO para 4 meses, etc., - não tiveram da parte do PS uma política alternativa. A 10 anos seguidos de ministros da Defesa do PSD, sucederam-se 6 anos de ministros por via do PS. 16 anos de centrão! 16 anos de degradação sistemática dos padrões operacionais, de palavras como reestruturação e redimensionamento a encherem discursos, mas sem sentido prático a não ser o agravamento crescente das condições dos militares nos seus diversos planos. 16 anos em que PSD e PS se foram entendendo nos eixos essenciais. Falamos novamente de factos(!) importantes de recordar nesta altura.

### Menos repto e mais acção

Em todas as grandes e pequenas questões o PCP esteve lá com propostas, alertas, denúncias. Esteve e estará! Com o sentido de sempre: contribuir para a resolução dos problemas e com propostas que decorrem da avaliação própria que fazemos em cada momento, sem demagogia, mas com muita seriedade e realismo.

Para responder às questões centrais com que as FA's se debatem é preciso não ofuscar o que é realmente importante. Por exemplo, fala-se muito desde os acontecimentos de 11 de Setembro na necessidade de criar um estado de crise, alterando a constituição, que permita a utilização das FA's em operações de combate em território nacional. Em primeiro lugar, importa dizer que este não é, nem de perto nem de longe, um problema candente. É que há uma grande diferença entre mediatização de um acontecimento e problema profundo. Em segundo lugar, importa dizer que não está provado que as forças de segurança não tenham capacidade suficiente de intervenção nesta matéria. Em terceiro lugar, importa saber o que faz e tem feito uma coisa chamada planamento civil de emergência, que é uma

função permanente do Estado. Em quarto lugar, se nos colocarmos numa perspectiva de que situação de crise é aquela caracterizada por uma alteração, ou ameaças de alterações, significativa, urgente e grave, de natureza temporária, do fruir da vida normal, de âmbito nacional ou internacional, julgamos que a organização do País em tempo normal deve ser capaz, com um mínimo de modificações, de gerir crises. Isto implica naturalmente que o Estado assumira esta questão como preocupação permanente e não como resposta de recurso face aos problemas que surjam. Em quinto lugar, é preciso não ignorar a atipicidade dos acontecimentos de 11 de Setembro. Os EUA não têm esta limitação ao uso das FA's no plano interno, mas isso não obviou ao que ocorreu. Por fim, não temos ideias fechadas e acabadas sobre esta matéria, mas julgamos que não é apanhando com ligeireza «ventos que correm» ou com precipitadas fugas para a frente que melhor se pode reflectir sobre este assunto.

É, portanto, necessário menos repto e mais acção, real discussão e menos propaganda e, sobretudo, a fixação de objectivos claros e credíveis e que tenham em conta as reais possibilidades e os interesses nacionais.

## Ciência & Tecnologia

Francisco Silva

Recordo-me de um anúncio na RTP, relativamente ao qual espero a memória não estar a enganar-me. Mas, também, se o estiver, para o efeito, quase tanto dá. É por onde quero começar o presente texto sobre o falado tema da substituição das deslocações pela utilização dos meios de comunicação.

O anúncio consistia numa cena passada numa piscina. Nesse tempo - há uns trinta/quarenta anos? - o número de linhas telefónicas a funcionar em Portugal era muito baixo e, por isso, dispor delas era muito uma questão dos menos pobres, ou mesmo dos mais abastados. Daí o anúncio desenrolar-se numa piscina onde uma senhora (loura, julgo eu) se refrescava e, assim, fugia ao tédio de uma vida dedicada à virtude da domesticidade. Então, estando a senhora a tomar o seu banho na piscina - uma infra-estrutura muito mais rara então do que na actualidade -



## Não vá, telefone!

, chegou uma chamada telefónica para ela. E, como era inevitável, a criada, impecavelmente fardada, de modo a não ter a senhora de deixar o seu prazer, trouxe-lhe o telefone para que ela o pudesse atender do local onde estava. Escusado será dizer que nesse tempo ainda não estavam disponíveis telefones sem cordão. Por isso, ainda hoje não entendo como foi possível estender um tão curto fio de telefone até à piscina.

Mas ficou o mote: é possível evitar-se uma deslocação usando um meio de comunicação ou, o que vai dar na mesma, pode «estar-se» com os outros sem ter de estar onde eles estão.

Pelo menos era e é - quantas vezes com que enganador simplismo -, de esta forma, este o recado de quantos enveredaram pela exploração do tema da substituição das deslocações pela utilização de meios de comunicação. E através desta substituição - é acrescentado, consoante as perspectivas e sensibilidades respectivas - conseguem-se vantagens de várias ordens: (a) são as poupanças dos tempos de deslocação por parte dos sujeitos correspondentes do acto de comunicação; (b) no caso da utilização de meios de comunicação «eléctricos» (era que começou «modestamente» - pensarão muitos - com a telegrafia), é a velocidade imensa a que se propagam os sinais das mensagens, a darem a ilusão da instantaneidade, do como se estivéssemos uns ao pé dos outros; (c) é o caso feito dos elevados custos dos transportes que podem ser trocados pelos baixos custos da utilização dos meios de (tele) comunicação (nos últimos anos, as situações mais faladas são as do emprego da videoconferência e as das aplicações «textuais» de comunicação interpessoal da Internet, nomeadamente o email); (d) são, mais recentemente, as vantagens de partilha e de poupança de «recursos humanos» escassos, nomeadamente nas aplicações de ensino à distância e de apoio à distância a pessoas com necessidades especiais (o caso das pessoas idosas que vivem sós

será o mais falado); (e) são, finalmente, as possibilidades «ambientais», tanto as oferecidas pelo combate às fontes de poluição como aos gastos de recursos energéticos devidos aos transportes, sobretudo os gerados nas áreas metropolitanas pelos milhões e milhões de trabalhadores que se deslocam diariamente, como ainda as vantagens para a qualidade de vida de não ter de andar em transportes, mais nos engarrafamentos do tráfego rodoviário, e poder inclusivamente voltar para o campo, onde tudo seria natural e despoluído, e onde e de onde se pode trabalhar como se estivesse nas instalações de uma empresa ou repartição da Administração Pública.

E, já agora, vá de contestar as vantagens da utilização de meios de comunicação versus as deslocações. E, claro, também com razões cuja importância não pode ser subestimada.

Com efeito, poderá afirmar-se - de igual modo, frequentemente na base de um enganador simplismo - ser o abuso dos meios de comunicação um motivo de alienação do envolvimento próximo e do convívio, como acontece com o viciado da Internet que não liga à família. Ou com o idoso que vive só, apoiado à distância por serviços de assistência social, que deixa de querer sair da sua toca, até por as suas condições de saúde não o convidarem a tal. Ou um motivo para quem trabalha em casa ficar desligado dos companheiros de trabalho ou, do ponto de vista do patrão, demasiado à solta para fazer o que lhe apetece. Ou, que se fossem todos os cidadãos de uma vez só para o campo, o campo ficava simplesmente destruído. Ou, ainda, que se lançava assim os trabalhadores dos transportes para o desemprego.

Tudo boas razões a favor e contra. Mas também uma grande dose de superficialidade a facilitar o rebatimento dos argumentos! Ai, a vida não é fácil nestes tempos pós-modernos de desagregação das realidades complexas em fragmentos simplistas!

## Pontos Naturais

Mário Castrim

### Via televisão

#### Reportagem

Ludmila.  
Ucraniana.

Empregada doméstica.  
Pianista, na sua pátria  
(na sua pátria-outrora)

Varre.  
Aspira.  
Encera.  
À sombra de Mozart  
gravado a partir  
dos seus dedos.

(Calejados  
na erosão dos sonhos).

#### Intimidade

Na salinha. A moldura  
com o retrato do filho  
(que jovem era!)  
morto na guerra colonial.

- Foi aqui - diz ela -  
que comecei a ficar velha.

E nunca mais deixou de envelhecer.

#### Momento

Era bem natural que me chateasse.  
Os dentes caninos afiados  
o gume, a vespa, a seca, a droga, o lume.

Evidente  
a serpente.

Dei por mim  
a sorrir  
género piedosamente.

«Não sei falar». O nosso  
património.

Tu não percebes, pá,  
que o património  
há-de ser defendido  
traduzido  
no tempo?

Resistir  
ao isco mediático?

#### Realidade e metáfora

Vinham de França.  
Na gasosa.  
Sôfregos da terrinha.  
Nada de perder tempo!

Adormeceu ao volante.

Foi tudo num instante.  
Sem sentido  
a pátria por achar.

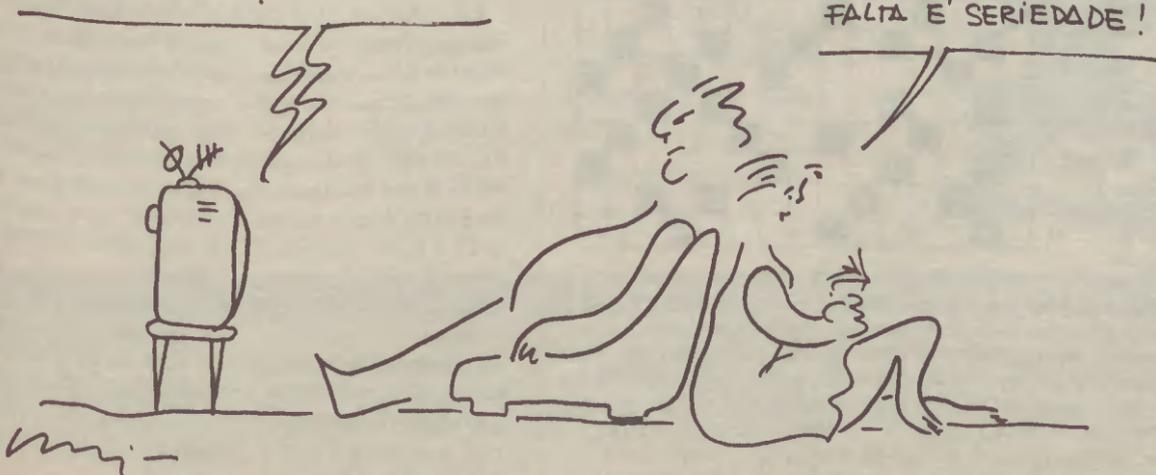
Este poema quer ser lido  
devagar.

## Cartoon

Monginho

"A CULPA É DOS COMUNISTAS  
POR PORTUGAL NÃO SER  
UM PAÍS MODERNO"  
DISSE FERRO RODRIGUES  
NUMA ENTREVISTA A UM JORNAL  
ESPANHOL...!

Ó FERRO... ISSO É  
QUE É DETERMINAÇÃO  
E CORAGEM, SÓ TE  
FALTA É SERIEDADE!



## Religiões

• Jorge Messias

As religiões cumprem as leis gerais da vida: nascem, crescem, vivem, envelhecem e morrem. Mas é lenta, muito lenta e gradual, a forma como o pensamento transformador e laico das sociedades humanas se vai distanciando dos modelos religiosos iniciais. Porque, regra geral, as grandes religiões - as actuais e as já esquecidas - foram acompanhando e adaptaram-se às diferentes formas de organização política das sociedades humanas. Assim, mesmo nas fases finais de declínio e morte, os grandes credos organizados deixam na nebulosa memória colectiva dos homens marcas cuja existência mesmo a estes passa despercebida.

Nos tempos mais primitivos, talvez desde há 1 milhão de anos, os primeiros homens sobreviveram em pequenos grupos - as *hordas* - de 10 a 15 membros, sem regras e sem leis. A apropriação dos recursos naturais era pessoal e só beneficiava os mais fortes. Os sonhos, o sono a alternar com a vigília, os medos, a natureza imperativa da morte, terão conduzido esses seres primários à noção de *alma* ou de *sopro*, ainda hoje trave mestra das grandes religiões. Voltou, depois, o regresso dos gelos e os homens, já em grupos mais numerosos, refugiaram-se em cavernas



## O sentido religioso do voto (1)

nas durante longo tempo. Gerações sucessivas habitaram permanentemente o interior da terra. Em terríveis condições, essas pequenas comunidades inventaram, por um lado, as regras da vida de relação, a *vida social*; por outro lado, fixaram em desenhos gravados nas paredes as imagens dos seres que lhes tinham permitido, nos grandes espaços de um *paraíso perdido*, sobreviver. Os seus esboços de renas, de mamutes, de tigres, de cavalos selvagens, de rinocerontes, de toiros, enfim dos animais que lhes tinham fornecido a carne para comer, as peles para se aquecerem, os ossos para fabricarem utensílios, viriam a fazer parte dos ideários religiosos futuros. Entretanto, os homens das cavernas foram-se apercebendo dos traços que os distinguiam dos outros animais e estabeleceram, dentro de cada grupo, formas de *linguagem*, pela mímica e pelos sons. Não existiam cultos organizados nem divindades. Mas, na fase final da última glaciação, estavam esboçados os componentes essenciais das religiões que iriam surgir: o sentimento do maravilhoso e do desconhecido - com a sua beleza e com os seus medos - a angústia da morte, as fantasmagorias, o transcendente, o paraíso já vivido, o sopro da alma, a idealização de liberdade, a imagem como símbolo de libertação. Potencialmente, todos estes valores continuam em nós. Mas os primitivos tinham aprendido ainda mais, nas masmorras geladas do interior da terra. Sabiam, agora, que a regra, o trabalho, a disciplina, o esforço e a imaginação criadora, determinavam a sobrevivência e o progresso de cada grupo. Tinham sido capazes de inventar formas de relacionamento, de colocar ao seu serviço o fogo, de

escavar novos espaços domésticos nos corredores naturais, de escoar para o exterior das cavernas os fumos das fogueiras, de fabricar as tintas necessárias às suas pinturas rupestres e de produzir em série, na madeira ou em pedra, os seus primeiros instrumentos e as suas armas rudimentares. Perceberam que o homem pode transformar a Natureza. Confusamente, estas duas percepções (impotência do homem perante o transcendente mas capacidade imanente para mudar o natural) viriam mais tarde a produzir uma outra linha de força das religiões modernas: a noção de *Bem* e de *Mal*, de *Mortal* e de *Infinito*. A estabilização das estações do tempo, a fartura da pesca e da caça, a alimentação fácil fornecida pelas bagas silvestres e pelos moluscos, as técnicas continuamente melhoradas do vestuário, da habitação, da defesa dos predadores, etc. - tudo isto atribuíam ao patrocínio de forças benéficas. Inversamente, agentes obscuros e adversos desencadeavam os terremotos, as secas, as fomes e os cataclismos naturais que ciclicamente se sucediam, as doenças e os fogos descontrolados que consumiam os prados e as florestas, fontes principais de recursos.

Tudo isto, porém, era ainda confuso. Para nascerem, as religiões não dispunham de suficientes condições. Faltava-lhes que os homens atingissem níveis superiores de organização, com uma divisão desigual da riqueza e uma hierarquia de comando. Por isso, as primeiras grandes religiões apenas surgiram a par da consolidação dos projectos iniciais de Estados centralizados e classistas. Muitos milhares de anos teriam ainda de passar.

## Pontos Cardeais

### Confianças

Segundo indicadores comunitários, os empresários e os cidadãos portugueses são os que, no contexto da União Europeia, se mostraram mais pessimistas em relação à retoma económica neste primeiro mês do ano de 2002. Pelos vistos, enquanto a generalidade dos empresários e cidadãos dos outros países da União encaram o futuro próximo com optimismo, os portugueses não vêem razões para confiança.

Por que será? - como costuma perguntar o Jardim através das camisolas, quando mete um golo.

Só que, desta vez, não será certamente por causa do guaraná ou de qualquer refrigerante. A falta de confiança dos portugueses na revitalização da economia do país tem razões objectivas e concretas: está na proporção directa da desconfiança para com o mundo empresarial português e as políticas governamentais - passadas e futuras...

### Aumentos

O presidente norte-americano George W. Bush apresentou o Orçamento dos EUA para 2003 com o maior aumento no sector da Defesa das últimas duas décadas. À pala da luta contra o terrorismo, o presidente pediu ao Congresso que assumisse como «prioridade número um da nação» a aprovação - sem cortes... - do orçamento proposto, que fará com que os EUA tenham um défice orçamental já este ano, o que não acontecia desde 1997. E tudo isto para quê? Para a criação de novas armas sofisticadas, fale-se de sistemas antimísseis, de aviões-espiões ou de bombardeiros sem piloto, o que está a fazer regressar à ribalta todo o sector armamentista do país, eufórico pelo retorno ao tempo das «vacas gordas» à custa dos contribuintes norte-americanos.

E sem que isso, obviamente, acrescente seja o que for na luta global contra o terrorismo.

Eis como nos EUA se branqueia um presidente eleito de maneira duvidosa e com menos votos que o seu adversário derrotado, um presidente cujo baixo índice intelectual era motivo de chacota em todo o país: bastou o desastre de 11 de Setembro para, miraculosamente, Bush ver o seu índice de popularidade subir na proporção directa do choque em que todos ficaram com os acontecimentos.

Com este Orçamento,

afinal de contas o homem só está a mostrar o que é e para quem trabalha...

### «Eixos»

Entretanto, no discurso sobre o estado da Nação feito por Bush perante o Congresso na ocasião da apresentação do orçamento de Estado, o presidente não esteve com meias medidas e classificou o Irão, o Iraque e a Coreia do Norte o «eixo do mal» (numa canhestra e clara associação às três «potências do eixo» durante a II Guerra Mundial, Alemanha, Itália e Japão), o que deixou a União Europeia bastante irritada, tendo o seu porta-voz, Gunnar Weigand, declarado que os representantes europeus «não concordam com este tipo de política», enquanto a ex-secretária de Estado de Bill Clinton, Madeline Albright, advertia que os três países citados por Bush são completamente distintos, enquanto o primeiro-ministro russo comentava que «temos que identificar ameaças, mas reais e não imaginárias».

O que está a ficar claro é o «eixo» por onde se move Bush e quem ele representa: o da confrontação mais ou menos cega e, por isso mesmo, particularmente perigosa.

### Recusas

O que George W. Bush não mostra é a documentação relativa às suas ligações com a Enron, a multinacional do sector energético que faliu recentemente nos EUA, na maior burla do género que se conhece na história do país, com os administradores e quadros dirigentes a locupletarem-se com fortunas colossais resultantes da venda de acções da empresa antes de ser decretada a falência - que eles já previam e conheciam -, deixando na miséria ou na ruína milhares e milhares de accionistas. É sabido que a Enron há anos que está por trás das candidaturas de George W. Bush e agora, quando o Procurador-Geral da República intimou a Casa Branca a apresentar a documentação deste relacionamento, o presidente Bush recusou liminarmente fazê-lo invocando a 5.ª Emenda - a que permite que os cidadãos se recusem a testemunhar contra si próprios.

Só por curiosidade: este expediente do recurso à 5.ª Emenda foi e é particularmente utilizado pelo submundo do crime, quando é apanhado em tribunal...

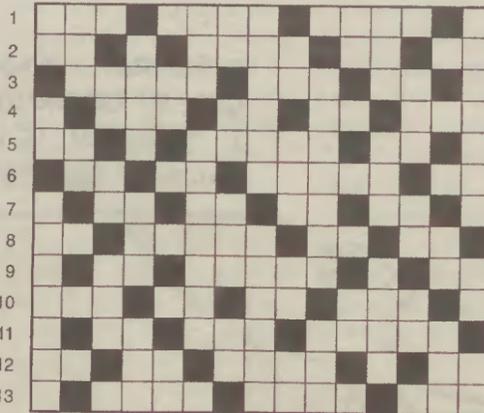
## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Nome de uma ave pernalta africana; subida de preços; espécie de veado, de cauda comprida e galhos achatados na parte superior. 2 - Prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; tontura; contemplei; bismuto (s.q.). 3 - Querida; um milhar; contr. da prep. a com o art. def. o. 4 - Composição poética de assunto elevado e destinada ao canto; contr. da prep. de com o art. def. a; designa dor (interj.); planeta que gira em volta da Terra e que lhe serve de satélite. 5 - Sétima nota da escala musical; código; pata. 6 - Contr. da prep. em com o art. def. o; medida itinerária chinesa; querido; nome da 21.ª letra do alfabeto grego. 7 - A unidade; mulo; atmosfera; sorri. 8 - Pêlo de alguns animais, em especial do carneiro; tivera por costume; nome da letra l (pl.); criminosa. 9 - Nome da letra grega que corresponde ao P latino; o m. q. loisa; a si mesmo. 10 - Espécie de sapo da região do Amazonas; designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc.; deus egípcio; emissão de voz. 11 - Aquelas; patrão; distraído. 12 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; nesse lugar; encolorizar; acolá. 13 - Puxar à feira (os metais); desejar; duas vezes.

**VERTICAIS:** 1 - A ti; ósmio (s.q.); terreno seco cercado de água do mar. 2 - Alguma; índio (s.q.). 3 - Mollibdénio (s.q.); designa alternativa; haste terminada em bico. 4 - Pedra dura que riscava o vidro e o quartzo, utilizada para fazer objectos de arte; forma apocópica de muito; deslocava-se para fora. 5 - Prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; caminhava. 6 - Elogio; a parte mais alta da cornija. 7 - Planta liliácea da China; comisseração; espécie de boi selvagem; terceira nota da escala musical. 8 - Esquadra naval; madrugada. 9 - Grito aflitivo; ave pernalta corredora que se assemelha à avestruz; apelido; antes do meio-dia (abrev.). 10 - Luxo demasiado; altar cristão. 11 - Avenida (abrv.); igreja episcopal. 12 - Geme (gir.); prep. designativa da relação de meio, qualidade, modo, forma, lugar, causa, duração de tempo, continuação, substituição, etc.; praça pública, na antiga Roma. 13 - Olá (interj.); dirigir-se; a mim. 14 - Existe; acolá. 15 - Mesquinhez; a minha pessoa; carta de jogar.

**SOLUÇÃO:** HORIZONTAIS: 1 - Tui; alia, gamo. 2 - Fm; oia; vi; bi. 3 - Amada; ml; ao. 4 - Ode; dai; ut; lua. 5 - Sit; codex; pé. 6 - No; li; amado; fi. 7 - Um; mu; ar; n. 8 - La; usara; is; ré. 9 - Pi; lousa; se. 10 - Arr; oh; rã; som. 11 - As; amor; aérea. 12 - Ah; ar; trã; lá. 13 - Fiar; amar; bis. 14 - Fm; oia; vi; bi. 15 - Mesquinhez; a minha pessoa; carta de jogar.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15





## Carlos Carvalhas nos Açores

Sexta-feira, dia 8

às 11h00 • Ponta Delgada

Audiência com

o Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores

às 15h15 • Angra do Heroísmo - Audiência com

o Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores

às 20h00 • Cidade da Praia - Inauguração

do Centro de Trabalho do PCP na Cidade

\*

## Lisboa

Encontro do PCP sobre «A Administração Pública, as funções sociais do Estado e os Trabalhadores»

na Casa Amarela, Rua de S. Bento

(frente à Assembleia da República)

Quarta-feira, dia 13, às 18h00, com a participação de

Carlos Carvalhas

### Almada

Hoje, 7 de Fevereiro

às 21h00 - Reunião de célula da Academia

Almadense.

Sexta-feira, 8

às 17h30 - Debate sobre «O Emprego e os Direitos dos Trabalhadores», na Junta de Freguesia de Almada.

Sábado, 9

às 15h00 - Plenário de militantes da Trafaria, na sede da campanha.

às 15h30 - Debate sobre «Os problemas da Imigração em Portugal», em Pia/Raposo.

Domingo, 10

às 10h30 - Debate sobre a «Importância das Micro, Pequenas e Médias Empresas», na União Pragalense.

Quinta-feira, 14

às 21h00 - Debate Público sobre «Transportes e Acessibilidades», na Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro.

Sexta-feira, 15

às 21h00 - Debate sobre «O Papel da Comunicação Social».

### Alverca do Ribatejo

Sábado, 16

às 15h00 - Plenário de militantes, no CT do PCP no Bom Sucesso, para discutir situação política e social, eleições legislativas e problemas locais.

### Amadora/Venda Nova

Sábado, 9

às 15h30 - Plenário de militantes da freguesia de Venda Nova (na Rua Carlos Amaro de Matos, 13) para discutir situação social, eleições legislativas e diversos.

### Emigração - França

Domingo, 10

às 15h00 - Plenário de militantes da Região de Paris.

### Carnaval 2002

9 e 10 de Fevereiro

Excursão à Quinta da Lagoa - Mira com viagem, alojamento e refeições, promovida pela Com. de Iniciativas da Penha de França/Lisboa (Informações e inscrições: cam. Ivone, tel. 218138119)

### Excursão

Serra da Estrela

Dias 16 e 17 de Fevereiro

promovida pela Comissão de Freguesia de Almada (Informações e inscrições: CT Alberto Araújo, tel. 212752121)

## LEGISLATIVAS ● 2002

### CDU apresenta candidatos

#### Setúbal

Apresentação da lista CDU pelo Círculo Eleitoral de Setúbal com a participação do Secretário-geral do PCP,

Carlos Carvalhas,

de Jerónimo de Sousa e dos restantes candidatos

Na Sala Arrábida do Hotel Esperança

(Av. Luísa Todi, 220)

Hoje, dia 7, às 20h

#### Distrito de Leiria

Em Leiria, sessão de apresentação

dos candidatos CDU no Distrito

Na Biblioteca Municipal (Lg. do Terreiro)

Sexta-feira, dia 8, às 18h30

Em Caldas da Rainha,

sessão de apresentação

dos candidatos no Distrito

No Bar Pópulos

Sexta-feira, dia 8, às 15h

### Alcobaça

Jantar CDU no restaurante «Sol e Vento», com a participação do

vereador e de outros eleitos da

CDU. Debate: o trabalho

desenvolvido e a desenvolver,

designadamente com vista à

eleições legislativas de 17 de

Março. Hoje, dia 7, às 20h30.

a participação de Agostinho

Lopes, que prestará contas da

actividade desenvolvida como

deputado do distrito de Braga na

AR. Na Junta de Freguesia da Sé,

dia 9, às 15h.

### Évora

Plenário concelhio da CDU

sobre «linhas de força para a

intervenção da CDU no concelho e

formas orgânicas» e Legislativas

de 17 de Março.

### Alcochete

Plenário de activistas da CDU

alargado à população: quarta-feira,

dia 13, às 21h, em S. Francisco.

### Oeiras

Plenário de activistas da CDU

de Queijas, com a participação

de José Casanova, para discutir

situação política e social e eleições

legislativas: no Centro de Trabalho

do PCP, sábado, 9, às 15h30.

### Almada

Jantar CDU na Cova da

Piedade: hoje às 21h. Charneca

de Caparica: almoço dos

membros da lista CDU Charneca

às 13h; plenário CDU da

freguesia: às 15h, CT da

Charneca.

### Salvaterra

Plenário concelhio de

candidatos e activistas para

discussão da situação política e

eleições legislativas, com a

participação de Jorge Cordeiro:

sexta-feira, dia 8, às 21h, no

Centro de Trabalho do PCP.

### Braga

«Os trabalhadores no distrito e as

próximas eleições» - debate com

dirigentes, delegados sindicais,

membros de CT's e trabalhadores

de empresas com problemas, com

### Lisboa

Plenário Regional de militantes da JCP com a seguinte

Ordem de Trabalhos: 1. Eleições Legislativas; 2.

Actividades e lutas. Sábado, 9, a partir das 10h30, no

Centro de Trabalho Vitória, com a participação da

camarada Luísa Araújo.

### Marinha Grande

Plenário distrital de Leiria do Ensino Secundário: sábado,

9, às 15h, no Centro de Trabalho da Marinha Grande.



**Dia 23 de Fevereiro**

**Vamos encher o Coliseu dos Recreios em Lisboa**

# ATVer

Scott Glen é o investigador envolvido na perseguição de um inquietante psicopata

## A Chacina dos Inocentes

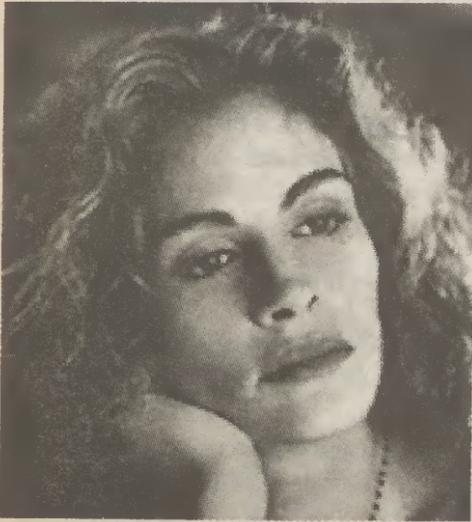
(Sexta-feira, 08.02.02, TVI)

Aqui está um inquietante thriller realizado por James Glickenhaus mas que não granjeou os favores do público, apesar de bem construído. Girando à volta de um psicopata que actua como um fanático religioso, a intriga vai evoluindo numa inquietante escalada de suspense quando o investigador especial (o veterano Scott Glen) vê seu próprio filho a ser dominado pelo criminoso cujos actos e homicídios anda a investigar, transformando a investigação não apenas numa questão pessoal como numa luta contra o tempo. Tudo isto passando-se nas espectaculares paisagens de Monument Valley.

## Teoria da Conspiração

(Domingo, 10.02.02, RTP-1)

Richard Donner é um realizador de filmes de acção com provas dadas e em Teoria da Conspiração não deixa créditos por mãos alheias: pegando num «par amoroso» de sucesso garantido (Mel Gibson e Julia Roberts), Donner assina aqui um thriller delirante onde Gibson é um taxista de Nova Iorque com uma imaginação delirante, inventando cenários com teorias da conspiração que vai difundindo na Internet, até se tornar alvo de todos os serviços secretos que levam a sério uma das suas teorias, arrastando-o num torvelinho de perseguições onde é



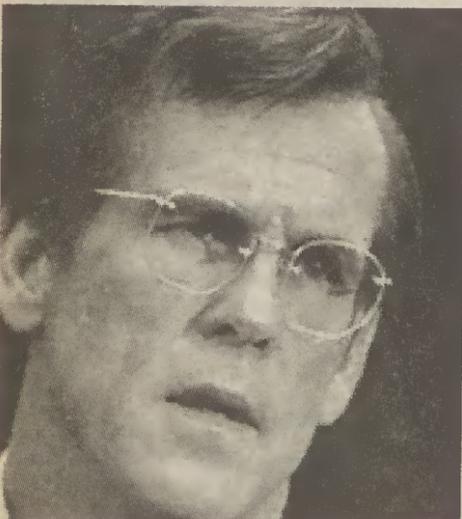
Julia Roberts é o par de Mel Gibson em Teoria da Conspiração

arrastada a sua secreta paixão – Julia Roberts, pois claro –, que trabalha para um departamento governamental. Trata-se de uma bem arquitetada história de suspeitas, mistérios e perseguições que não deixa, entretanto, de lançar alguma irónica inquietação sobre a facilidade e a prepotência com que agem os diversos serviços secretos nos EUA...

## Uma Viagem à Corte do Rei Artur

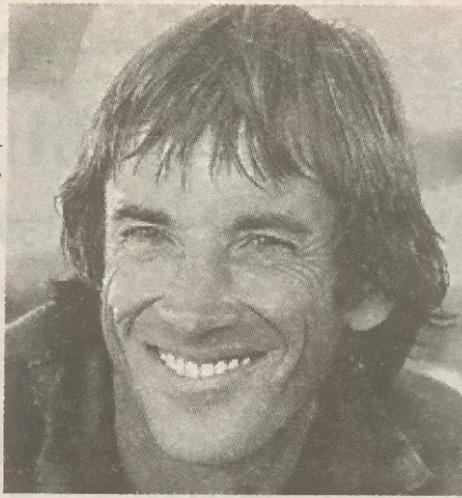
(Sábado, 09.02.02, SIC)

Um rapaz tímido inibe-se sempre que joga basebol e só faz asneiras, até que um acidente provocado por um abalo de terra (!!!) o leva para os tempos e a corte do lendário Rei Artur. Af, ombro a ombro com



Brigada de Elite: Nick Nolte num policial complexo

os cavaleiros da Távola Redonda, vai enfrentar a traição de Mordred e conquistar o amor da princesa, até que regressa ao «tempo real» da actualidade e, claro

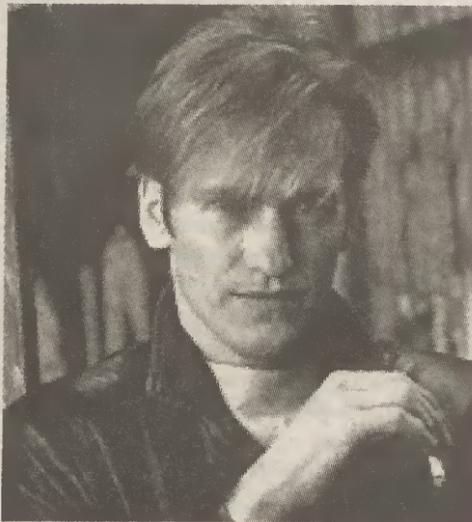


está, surge apto a enfrentar todos os desafios e a redimir-se gloriosamente do seu passado recente mais ou menos desastroso e frustrante. Uma americanada que revisita, sem grande rasgo, o tema do «americano na corte do Rei Artur».

## Isto (não) é um rapto

(Sábado, 09.02.02, SIC)

Um ladrão azarado (Denis Leary) é abandonado pelo cúmplice a meio de um assalto. Para escapar, refugia-se no carro de um casal (Kevin Spacey e Judy Davies) em plena crise conjugal. Escondido em casa deles, o ladrão vê-se envolvido nos problemas de uma família onde todos se odeiam, e a única maneira de sobreviver está na tentativa de arbitrar os conflitos antes de ser apanhado pela polícia. Uma insólita comédia dirigida por Ted Demme, bem servida pelas prestações dos três intérpretes principais.



Denis Leary é um ladrão azarado em Isto (não) é um rapto

## O Método

(Domingo, 10.02.02, RTP-1)

O realizador norte-americano Kevin Lewis assina aqui um filme de estranhas atmosferas e inesperadas fusões, onde se conta como três actores e um encenador assaltam um banco para arranjar «matéria» dramática que os possa ajudar a montar uma peça teatral na universidade – uma situação anedótica que Lewis vai transformando num jogo de referências cinematográficas, de Tarantino a Memet, passando por John Ford ao som da música «techno-pop» e servido por um elenco onde se destaca Nick Sadler, Sean Patrick Flanery, Michael P. Bondies e Natasha Wagner.

## Brigada de Elite

(Segunda-feira, 11.02.02, SIC)

Los Angeles, anos 50. Uma brigada de polícias procura manter a cidade limpa de gangsters vindos de Leste... atirando-os de uma ravina. Até onde a justiça e a corrupção se podem confundir? Onde fica a fronteira entre o admissível e o intolerável no combate ao crime? Onde estabelecer a diferença entre defender a Lei e tomá-la nas mãos? Um filme de suspense bem construído por Lee Tamahori, com rigorosa reconstituição de época e um elenco onde pontificam Nick Nolte e Melanie Griffith.

## O Submarino Amarelo

(Terça-feira, 12.02.02, RTP-2)

Esperemos que a RTP apresente a cópia restaurada deste delicioso filme de animação realizado por George Dunning com música dos Beatles (sobretudo com composições do álbum Sargent Pappers Lonely Heart Club Band) e que, mais de 30 anos depois, continua a ser uma delícia e um encantamento, tanto pela extraordinária música dos «quatro fabulosos de Liverpool» como pelo fascinante delírio visual que lhe dá expressão concreta na tela. A gravar, sem hesitações!

## Quinta, 7

### ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.50 Regiões  
14.30 Vidas de Sal  
15.30 Pícaro Sonhadora  
16.20 A Senhora das Águas  
17.20 Pedra sobre Pedra  
18.15 Quebra Cabeças  
18.50 Riscos  
20.00 Telejornal  
21.00 Grande Informação  
21.30 Fábrica das Anedotas  
22.00 «O Vale da Intriga» (de John Herzfeld)  
23.45 Um Estranho em Casa  
00.45 Serviço de Urgência  
24.00 Um Estranho em Casa  
01.45 24 Horas  
02.00 «Marco Polo» (com Shuli Rand, Avital Dicker, Peter Firth. Aventura)

### ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
10.00 Euronews  
12.30 Fronteira Ocidental  
13.00 Sinais do Tempo  
14.00 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Horizontes da Memória  
19.50 Clube da Europa  
20.20 Querido Bebê  
20.40 Sete em Miami  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Roswell  
24.00 «A Mulher do Lado» (de François Truffaut, Fr/1981)  
02.00 Zapping

### ▼ SIC

08.00 Buééré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.15 Malhação  
17.30 A Padroeira  
18.30 New Wave  
19.00 Filhas da Mãe  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Fúria de Viver  
22.30 O Clone  
23.30 Hora Extra  
00.30 «Cavaleiros do Asfalto» (Longa-metragem)

### ▼ TVI

08.30 Animação Infantil  
11.30 Chiquititas  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Super Pai  
16.00 Crianças SOS  
17.00 Animação Infantil  
18.00 Filha do Mar  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Anjo Selvagem  
21.30 Filha do Mar  
22.45 Nunca Digas Adens  
23.45 «Baía Negra» (de Carl-Jan Colpaert, 1994)  
01.45 Ally McBeal

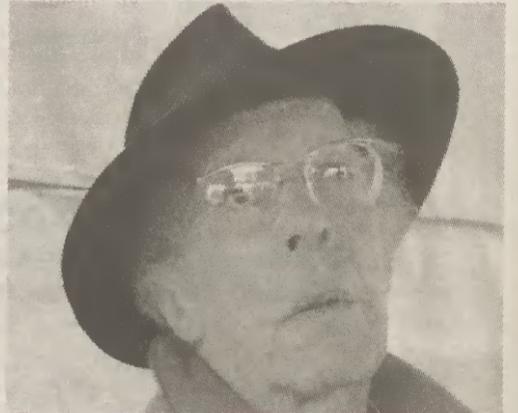
## Sexta, 8

### ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.50 Regiões  
14.30 Vidas de Sal  
15.30 Pícaro Sonhadora  
16.20 A Senhora das Águas  
17.20 Pedra sobre Pedra  
18.15 Quebra Cabeças  
18.50 Riscos  
20.00 Telejornal  
21.00 Fábrica das Anedotas  
21.30 Mr. Bean  
22.00 «Ela não É um Anjo» (Longa-metragem)  
23.45 Um Estranho em Casa  
00.45 Crónica do Século  
«O Último Império»  
24.00 Um Estranho em Casa  
01.45 24 Horas  
02.00 Jogos Olímpicos de Inverno (Abertura)

### ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
10.00 Euronews  
12.30 O Mar e a Terra  
13.00 Retratos - «Fernando Lopes-Graça»



«Fernando Lopes-Graça – Um retrato» de corpo quase-inteiro, a retransmitir sexta-feira às 13 h na RTP 2

14.00 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 2010  
20.20 Querido Bebê  
20.40 Sete em Miami  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Evolution  
24.00 «Finalmente Domingo» (de François Truffaut, Fr/1983)  
02.00 Conversa Privada

### ▼ SIC

08.00 Buééré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.15 Malhação



O Carnaval – que vai ser naturalmente o Carnaval do Rio

17.30 A Padroeira  
18.30 New Wave  
19.00 Filhas da Mãe  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Fúria de Viver  
22.30 O Clone  
23.30 Sai de Baixo  
00.30 Sexo e a Cidade  
01.00 Amante Latino  
02.00 «A Mulher do Espaço II» (de Sybil Richards, 1996. Erótico)  
04.00 Espaço Cinema

### ▼ TVI

08.30 Animação Infantil  
13.00 TVI Jornal  
11.30 Chiquititas  
12.00 Nunca Digas Adens  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Super Pai  
16.00 Crianças SOS  
17.00 Animação Infantil  
18.00 Filha do Mar  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Bora Lá, Marina  
22.00 Anjo Selvagem  
22.30 Filha do Mar  
23.30 Nunca Digas Adens  
00.30 «A Chacina dos Inocentes» (de J. Christian Ingvordsen, EUA/1993, com Lance Henriksen, Billy Drago. Ver Destaque)  
02.45 O Rei do Bairro

## Sábado, 9

### ▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Milionários à Força  
15.00 Top +  
16.15 O Fugitivo  
17.15 «Uma Equipa dos Diabos» (Longa-metragem)  
20.00 Telejornal  
21.10 Hóquei em Patins  
22.40 «O Combate Final» (Longa-metragem)  
00.20 Sociedade Anónima  
01.15 24 Horas  
01.35 Jogos Olímpicos de Inverno  
01.45 «Jerry e Tom» (de Saul Rubinek, EUA/1998, com Joe Mantegna, Sam Rockwell, Ted Danson. Ver Destaque)

### ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 10 Grãosinhos de Areia  
15.00 Desporto 2  
19.00 Horizontes da Memória  
19.30 Bombordo  
20.00 Segundos Sísmicos

20.45 Por Outro Lado  
21.30 Jornal 2  
22.30 O Lugar da História  
23.30 Britcom  
00.45 Artes de Palco  
«Clavigo»  
02.10 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

### ▼ SIC

08.00 Sic a Abrir  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Walter, o Ranger do Texas  
16.00 «Uma Viagem à Corte do Rei Artur» (de Michael Gottlieb, 1995, com Thomas Jan Nicholas, Joss Ackland. Ver Destaque)  
18.00 «Isto Não é Um Rapto» (de Ted Demme, EUA/1994, com Kevin Spacey, Judy Davies. Ver Destaque)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Os Malucos do Riso  
22.00 A Minha Família É uma Animação  
23.00 Rex, o Cão Polícia  
24.00 «O Embate» (de Tsui Hark, 1998, com Jean-Claude Van Damme. Artes Marciais)  
02.00 «O Homem da Lua» II Parte (de Robert Mulligan, 1991, com Sam Waterston, Tess Harper, Gail Strickland. Drama)

### ▼ TVI

09.00 Chiquititas  
10.15 Survivor  
12.00 Filha do Mar  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Contra-Ataque  
15.15 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Filha do Mar  
22.45 Ilha da Tentação  
00.30 «O Oposto do Sexo» (Longa-metragem)  
02.30 «Homenzinhos» (Longa-metragem)  
03.00 As Feiticeiras

Domingo, 10

## ▼RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
12.30 Planeta Azul  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Milionários à Força  
15.00 Made in Portugal  
16.15 «Teoria da Conspiração» (de Richard Donner, EUA/1997, com Mel Gibson, Julia Roberts. Ver Destaque)  
19.00 Futebol: Porto-Benfica  
21.00 Telejornal  
22.30 Operação Triunfo  
24.00 Domingo Desportivo  
23.00 Filme  
01.00 Herman Enciclopédia  
02.00 24 Horas  
02.30 «O Método» (de Kevin Lewis, EUA/1997, com Nick Sadler, Sean Patrick Flanery. Ver Destaque)

## ▼RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Programa Religioso

Segunda, 11

## ▼RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.50 Regiões  
14.30 Vidas de Sal  
15.30 Pícaro Sombadora  
16.20 A Senhora das Águas  
17.20 Pedra sobre Pedra  
18.15 Quebra Cabeças  
18.50 Riscos  
20.00 Telejornal  
21.00 Fábrica das Aneodotas  
21.30 Jogo da Espera  
22.20 Sorte Grande  
23.20 Jogo Falado  
24.00 Um Estranho em Casa  
01.45 Bull  
01.45 24 Horas  
02.15 «Desesperadas, mas não Tanto» (Longa-metragem)

## ▼RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
10.00 Euronews  
13.00 O Lugar da História  
14.00 Euronews

Terça, 12

## ▼RTP 1

07.00 Circo de Montecarlo  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.30 Operação Triunfo  
15.00 «A Princesa Mononoke»  
17.00 Quebra-Cabeças  
17.30 O Preço Certo  
18.00 Futebol: Portugal-Rep. Checa  
20.00 Telejornal  
21.00 Fábrica das Aneodotas  
21.30 O Jogo da Espera  
22.20 «Michael Collins» (Longa-metragem)  
00.45 Operação Triunfo  
01.15 24 Horas  
01.30 Jogos Olímpicos de Inverno 2002  
01.40 «Agência de Vigarices» (de Gerald Thomas, G.Bret/1970. Comédia)

## ▼RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
10.00 Euronews  
14.10 2010  
16.00 Jogos Olímpicos de Inverno  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Onde Curta  
19.30 Turma das Ciências  
20.20 Querido Bêbé  
20.40 Sete em Miami  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Poltergeist: O Legado  
24.00 «O Submarino Amarelo» (de George Dunning. Ver Destaque)  
01.45 Conversa Privada

## ▼SIC

08.00 Buêrére  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «Didier» (Longa-metragem)  
16.30 Herman no Rio  
18.30 New Wave  
19.00 Filhas da Mãe  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Fúria de Viver  
22.30 O Clone  
23.30 Herman no Rio  
00.30 Morto ou Vivo  
01.45 Jerry Springer

## ▼TVI

08.30 Animação Infantil  
11.30 Chiquititas  
12.00 Nunca Digas Adeus  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Super Pai  
16.00 Crianças SOS  
16.45 Animação Infantil  
18.00 Filha do Mar  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
21.45 Filha do Mar  
22.45 Nunca Digas Adeus  
02.40 A Juíza

17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Planeta Azul  
19.30 Veterinário de Emergência  
20.20 Querido Bêbé  
20.40 Sete em Miami  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Jornal 2  
22.30 Acontece  
23.00 A Família Green  
24.00 «Tangos, O Exílio de Gardel» (Longa-metragem)  
02.00 Conversa Privada

## ▼SIC

08.00 Buêrére  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.15 Malhação  
17.30 A Padroeira  
18.30 New Wave  
19.00 Filhas da Mãe  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Fúria de Viver  
22.30 O Clone  
23.30 Herman no Rio  
01.15 «Brigada de Elite» (de Lee Tamahori, EUA/1996, com Nick Nolte, Melanie Griffith. Acção)  
03.00 Jerry Springer

## ▼TVI

08.30 Animação Infantil  
11.30 Chiquititas  
12.00 Nunca Digas Adeus  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Super Pai  
16.00 Crianças SOS  
16.45 Animação Infantil  
18.00 Filha do Mar  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
21.45 Filha do Mar  
22.45 Nunca Digas Adeus  
23.45 Ficheiros Secretos  
01.30 Longa-metragem  
03.30 Desafio Total

Jogos Olímpicos de Inverno: a partir de amanhã, na RTP 1



Quarta, 13

## ▼RTP 1

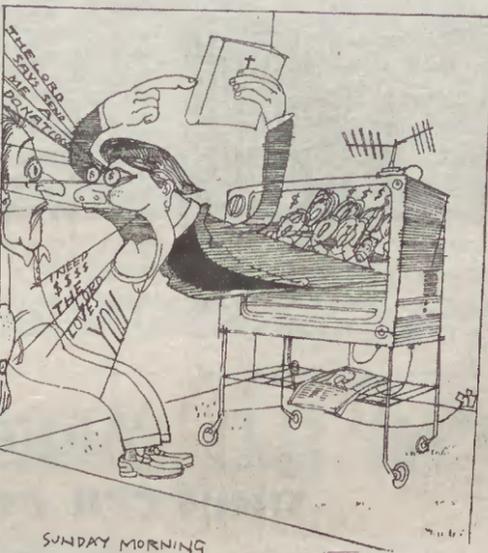
07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.50 Regiões  
14.30 Operação Triunfo  
15.00 «A Princesa Mononoke»  
17.00 Quebra-Cabeças  
17.30 O Preço Certo  
18.00 Futebol: Portugal-Rep. Checa  
20.00 Telejornal  
21.00 Fábrica das Aneodotas  
21.30 O Jogo da Espera  
22.20 «Michael Collins» (Longa-metragem)  
00.45 Operação Triunfo  
01.15 24 Horas  
01.30 Jogos Olímpicos de Inverno 2002  
01.40 «Agência de Vigarices» (de Gerald Thomas, G.Bret/1970. Comédia)

## ▼RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
10.00 Euronews  
13.00 Por Outro Lado  
14.00 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Bombordo  
19.50 Nós e os Animais  
20.20 Querido Bêbé  
20.40 Sete em L.A.  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Mentes Assassinas  
24.00 «Buena Vista Social Club» (de Wim Wenders)  
01.35 Conversa Privada

## ▼SIC

08.00 Buêrére  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três



16.15 Malhação  
17.30 A Padroeira  
18.30 New Wave  
19.00 Filhas da Mãe  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Fúria de Viver  
22.30 O Clone  
23.30 «A Última Testemunha» (de Graeme Clifford. «Thriller»)

## ▼TVI

08.30 Animação Infantil  
11.30 Chiquititas  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Crianças SOS  
15.15 Super Pai  
16.30 Animação Infantil  
18.00 Filha do Mar  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
21.45 Filha do Mar  
22.45 Nunca Digas Adeus  
02.15 Causa Justa  
04.10 O Rei do Bairro  
04.45 As Feiticeiras

Nota:  
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

# TVisto

Correia da Fonseca

## Os States em dois tempos

Já aquela madrugada tinha um tempinho de vida quando o SIC-Notícias iniciou a transmissão de um «Toda a Verdade» integrado por dois telefilmes acerca dos Estados Unidos e das suas maldades. Não seria justo dizer que o SIC-Notícias é daqueles canais que só transmitem coisas interessantes depois da meia-noite, não é; mas desta vez aconteceu e foi pena. A questão é que, dependendo em larga medida dos Estados Unidos o quotidiano, se não a existência, de milhões de pessoas desde o Alasca até à Australásia, são sempre preciosas informações credíveis acerca de uma nação que assume a responsabilidade de exercer sobre o planeta um poder tirânico. Os dois telefilmes deste «Toda a Verdade»,

por sinal emitidos sem que pudéssemos conhecer claramente por quem tinham sido feitos, estavam anunciados como constituindo, a julgar pelos títulos em português, duas visões complementares e porventura antagónicas do tema: o primeiro intitulava-se «América, Grande Satã», e o segundo «América Incompreendida». Era mais um

estímulo para o visionamento do programa, embora mais tarde se percebesse que o segundo documentário pouco ou nada justificava o título. Porém, essa questão, se questão chegava a ser, só se colocaria a posteriori, é claro.

### Lembrança de Castro Alves

O que acima ficou dito acerca da incompleta identificação da autoria dos telefilmes não exclui, entenda-se, que se tratava de produções britânicas, o que basta para que se saiba não serem suspeitas de convívios com terrorismos terceiro-mundistas e afins. Ao contrário do que muitos supõem ou fingem supor, isto de querer entender as coisas não é um pecado contra a civilização ocidental; bem pelo contrário, é um dos mais belos frutos daquilo a que, um dia, o insuspeito Dennis de Rougemont chamou «o espírito europeu». Ora, o que o telefilme «América, Grande Satã» quis investigar foi o que pensam as populações muçulmanas em geral, e não apenas os talibãs e afins acerca dos Estados Unidos e da sua acção político-militar, e quis saber isso para que possamos entender de facto o que se passa e não o que alguns querem impingir-nos como verdades. Ora, as informações recolhidas pela reportagem, e não no plano

meramente opinativo mas com sólidas cauções nos factos, foram esclarecedoras e arrasantes. Na impossibilidade de alinhar aqui, por óbvias limitações de espaço, tudo o que foi recolhido e consubstancia um terrível libelo contra os States, citarei apenas um ou outro. Por exemplo: desde pelo menos 53, quando os Estados Unidos estiveram por detrás da deposição de Mossadegh só para assegurarem o controlo do petróleo iraniano e assim condenaram o Irão ao regresso a uma monarquia feudal ferozmente repressiva, que existe uma ininterrupta ocupação político-militar norte-americana do Médio Oriente. Com um preço: a condenação de milhões de muçulmanos a uma vida de miséria sem esperança. Outro exemplo: desde 48 que o povo palestino, expulso das suas terras, se arrasta por acampamentos «provisórios» e neles vai morrendo de privações e de desespero. E estes factos são confirmados sem margem para dúvidas por observadores que, sendo ocidentais, são também honestos. Mas são também observadores ocidentais que certificam a morte de milhares de crianças iraquianas em resultado do bloqueio e dos bombardeamentos norte-americanos supostamente contra Saddam, aliás seu antigo aliado. Perante isto, a gente lembra os versos do brasileiro Castro Alves que Jorge Amado inscreveu na portada do seu «Seara Vermelha». Quem quiser recordá-los vá ver o livro, que aqui não há espaço para mais.

### Sob chantagem

Quanto ao «América Incompreendida», o seu título correcto seria «América Desinformada». O telefilme narra a experiência de uma escritora negra que, nascida em Chicago e vivendo em Londres há 15 anos, revisitou a cidade natal a fim de perceber por dentro o que se passa com o povo norte-americano. Infelizmente, os seus contactos, embora com cidadãos de diversas camadas sociais, ocorreram quase apenas com gente de cor, o que lhes retira representatividade. Todos ou quase todos, porém, exprimiram a mesma queixa: não têm nenhuma confiança no que lhes é contado pelos media, sentem-se sem informações em que possam acreditar. De entre todos, contudo, fui sensível ao que disse um quadro de uma estação de televisão: o que ele diz ou faz dizer aos telespectadores não é o que ele pensa, é até o contrário do que tem por verdades, mas opta por obedecer ao que «a administração manda». Porque, segundo confessa, tem medo de perder o emprego. Isto é: porque trabalha sob chantagem e de facto sem liberdade. Fiquei a perguntar-me se situações destas ocorrerão apenas nos Estados Unidos ou também noutros lugares.

## A talhe de foice

• Henrique Custódio

# Oportunidades

«A esquerda perdeu a oportunidade de modernizar o País e a culpa é do PCP», disse o novo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, numa entrevista ao jornal espanhol *El País*. Segundo as citações vindas no *Diário de Notícias*, Ferro Rodrigues critica os comunistas por «terem sido incapazes de se abster na votação dos orçamentos», acrescentando o jornal que tal facto «leva a colocar de lado qualquer aspiração do PCP face a um eventual governo socialista», tanto mais que Ferro Rodrigues fundamentou a recusa de um acordo pós-eleitoral com os comunistas pelo facto de este partido ser contra a «defesa sem reservas da construção europeia e a contenção da despesa pública».

Vamos lá por partes.

Pelo que se percebe das palavras de Ferro Rodrigues, a esquerda «perdeu a oportunidade de modernizar o País pelo facto de o PCP ter sido incapaz de «se abster na votação dos orçamentos», o que pressupõe que os ditos orçamentos teriam oportunidade de «ser de esquerda» pela simples e mágica viabilização que a abstenção do PCP lhes proporcionaria.

Esquece-se Ferro Rodrigues de dizer o essencial — que a recusa de viabilização dos Orçamentos por parte do PCP se deveu ao facto destes serem retintamente de direita. Nestas circunstâncias, é óbvio que o aval do PCP a tais orçamentos não lhes «daria a oportunidade» de ser de esquerda, pois continuariam a ser de direita, pelo que não foi «a esquerda» que «perdeu a oportunidade» de modernizar o País por via do PCP: o PS é que — mais uma vez — perdeu a oportunidade de se afirmar de esquerda, ao elaborar orçamentos de direita e para a direita como, de resto, o PCP a tempo e no local próprio devidamente denunciou, ao fundamentar os seus votos contra.

Quanto ao PCP ser contra a «defesa sem reservas da construção europeia e a contenção da despesa pública», é foguetório verbal tão inconsistente como o que acusa o PCP de «perder oportunidades» por recusar o seu apoio a políticas de direita só porque são gizadas pelo PS: não passam de expressões vazias, sem objecto e com o único objectivo de, mais uma vez, piscar o olho à direita simulando acusações à esquerda.

É, aliás, nessa senda de foguetório inconsequente que Ferro Rodrigues parece encaminhar os seus passos, como se verifica pela guerra declarada aos representantes das farmácias a pretexto de um comunicado por estes divulgado com afirmações consideradas «insultuosas» pelo secretário-geral do PS.

«Cortando relações» (!!!) com os farmacêuticos e jurando a pés juntos que «se for governo» irá implementar imediatamente as tais 100 farmácias de «apoio social», Ferro Rodrigues colocou uma lateralidade no centro da discussão política e procurou hegemonizar o discurso com a questão dos medicamentos genéricos, como se aí se condensasse não apenas os problemas da Saúde em Portugal mas até o próprio programa político do futuro governo.

Aliás, já houve na RTP quem declarasse o assunto o «tema central da campanha eleitoral», exagero que Ferro Rodrigues afanosamente continua a alimentar.

E, afinal, quais são os benefícios para os utentes das tais 100 farmácias a instalar nos hospitais? Por junto e atacado, nenhuns, dado que os hipotéticos descontos ali a fazer sobre os medicamentos reverterão, inteirinhos, para as instituições de solidariedade social e as misericórdias que estarão por trás dessas farmácias. Quanto à venda de medicamentos genéricos, agora prometida por Ferro Rodrigues como se estivesse a inventar a pólvora, é coisa já legislada mas até agora não implementada pelos governos PS.

E quem propôs essa legislação foi, exactamente, o PCP. O tal que «anda a perder oportunidades»... que o PS não aproveita.

Comunistas acusam PSD e PS de sobreporem os interesses das multinacionais aos interesses nacionais na Refinaria de Leça

## Defender o sector energético

O encerramento da Refinaria de Leça da Palmeira, a verificar-se, «seria um verdadeiro desastre sob todos os pontos de vista, quer político, económico ou social», considera a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, comentando as declarações proferidas por altos responsáveis da Petrogal sobre o eventual encerramento daquela Refinaria até 2005.

Em conferência de imprensa realizada, na terça-feira, para esclarecer as suas posições sobre o problema, o PCP afirma que o que está a ser posto em causa pela nova administração «é a refinação do petróleo e a produção não apenas em Leça mas em Portugal». Razão por que esta «ameaça» deve ser desde já contrariada através de um «forte movimento de luta».

Na opinião do PCP, está-se a falar de um grande complexo industrial, que produz uma vasta gama de produtos e contribui decisivamente para a auto-suficiência energética do País, no que respeita a derivados do petróleo, sendo responsável pela obtenção anual de largos milhões de contos de vendas de produtos de exportação e assegurando o

trabalho e os rendimentos, de forma directa e indirecta, a dezenas de milhares de famílias do Grande Porto e do Norte de Portugal, dela dependendo a actividade de inúmeras empresas industriais e prestadoras de serviços, assim como a dinamização do porto de Leixões.

Assim, os impactos regionais e nacionais do eventual encerramento da Refinaria prejudicariam gravemente o desenvolvimento industrial e comercial do Norte.

**O Estado português deve manter posição estratégica na Petrogal**

Acusando a política do PSD e do PS de sobreporem os interesses das multinacionais aos interesses nacionais, a DORP diz que «cheira a hipocrisia» o silêncio do Governo que, desta forma, procura «lavar as mãos de tudo», não valendo, por isso, de nada as recentes

declarações do vereador Seabra do PS na Câmara de Matosinhos, no sentido de considerar o encerramento da refinaria como «um erro e um crime económico», ou de Narciso Miranda que, depois de ter-se remetido ao silêncio «por estratégia», vem agora exigir a «clarificação do Governo» sobre o problema. «Significativa» é também a «súbita amnésia» do deputado, do PSD, Montalvão Machado que «vai pedir um dossier sobre a Petrogal aos serviços parlamentares» para se inteirar da situação.

**Apurar responsabilidades**

A verdade, diz o PCP, é que foi o governo do PSD que, em 1989, desencadeou a 1.ª fase da privatização e foram os governos do PS que lhe deram continuidade, sendo numa situação em que o Estado português detém uma posição maioritária no capital social que se desenvolvem sucessivas «reestruturações» e o desmembramento da Petrogal. Particularmente grave é também, em seu entender, a suspensão do investimento de 120 milhões

de contos, indispensável à empresa.

Aliás, foi com o Governo do PS que «a área estratégica dos petróleos deixou de ser defendida» para dar lugar «à lógica da rentabilidade» e da necessidade de a «refinaria de Leça gerar cash-flow». Inaceitável é, também, que um «governo de gestão desenvolva os preparativos para a 4.ª fase de privatização da Petrogal a realizar no 1.º semestre deste ano». Isto, apesar de a Petrogal ter tido, de Janeiro a Setembro de 2001, um resultado de 150,2 milhões de euros (30,1 milhões de contos), mais 19 milhões de euros do que no período homólogo de 2000.

Assim, na opinião do PCP, o Estado português deve manter uma posição estratégica no capital da empresa, contrariar o acordo parasocial que privilegia a ENI e colocar o sector energético como sector estratégico ao serviço do desenvolvimento de Portugal, ao mesmo tempo que se impõe desbloquear os 120 milhões de contos de investimentos indispensáveis para o desenvolvimento da Petrogal e a continuidade da refinaria de Leça.

## Alqueva encerra comportas

Está marcado para amanhã o encerramento das comportas da barragem do Alqueva, empreendimento de fins múltiplos, cujo maior impacto reside na criação de 110 mil hectares de novos regadios que, de acordo com palavras do deputado comunista Lino de Carvalho, vão transformar «uma pobre e não competitiva agricultura de sequeiro extensivo e absentista» numa «nova agricultura de regadio» que altera «o modelo de especialização não só na área directamente regada mas também em muitos outros pontos do território alentejano pelo efeito induzido da primeira».

Considerando as obras do Alqueva «um grande empreendimento estruturante para a região», o PCP é, porém, crítico relativamente à sua vertente agrícola e, em particular, à questão fundiária, defendendo um processo de reestruturação fundiária que, necessariamente, defina uma área-limite para a propriedade e a exploração das terras beneficiadas por Alqueva, acima da qual o respectivo excedente seja expoliado por utilidade pública ou comprado pelo Estado em regime de preferência.

Aliás, há um ano, em reu-

nião do seu Comité Central, o PCP apelava ao desenvolvimento de uma acção visando a exigência «do uso, ao serviço do país, da agricultura nacional e do desenvolvimento do Alentejo» deste investimento público, de forma a evitar «a intolerável situação que constituiria a sua canalização para o enriquecimento de um número reduzido de grandes proprietários latifundiários e de grupos multinacionais.»

De acordo com a Agência Lusa, o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva vai custar, em 2002, 433,2 milhões de euros, quatro vezes mais do que o valor

previsto em 1977, quando foi decidido retomar a obra, sendo que todo o empreendimento, a desenvolver até 2025, custará, a preços actuais, 1800 milhões de euros.

A construção da barragem implica, ainda, alguns custos, entre os quais a transferência dos 400 habitantes da Luz, concelho de Mourão, para uma nova aldeia — que a EDIA considera uma «indenização compensatória» à população — uma vez que o velho aglomerado populacional irá ficar submerso pela albufeira que será criada depois do fecho das comportas.

## Tapete de Arraiolos mais defendido

O deputado comunista Lino de Carvalho visita hoje a Câmara Municipal de Arraiolos onde, juntamente com uma delegação da Direcção da Organização Regional de Évora, se encontra com o executivo autárquico e as associações, empresas e tapeteiras do concelho, a quem fará entrega de um dossier com o conjunto de documentação oficial que deu lugar à concretização do Centro para a

Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos, estrutura que irá defender, promover e valorizar a tapeçaria de Arraiolos.

A razão desta visita reside no facto de ter sido o deputado comunista que esteve na origem das iniciativas legislativas que levaram à criação deste Centro, cujo processo terminou agora com a publicação da Lei n.º 7/2002.

## Melka em greve

Os trabalhadores da Melka Confecções, Lda estão hoje em greve por negociação de melhores salários, defesa do regime de faltas e regulamentação mais justa do complemento de reforma em vigor na empresa.

Na origem da greve, aprovada pelos seus 630 trabalhadores, está a recusa da administração da empresa em rever o acordo de empresa negociado todos os anos, devido a um processo colocado pelos trabalhadores em tribunal reclamando direitos não cumpridos.

A Melka, que factura cerca de 5 milhões de contos anuais e todos os anos encerra as suas contas com centenas de milhares de contos de lucro, põe, desta forma, em causa o direito do recurso à justiça, o que os trabalhadores também rejeitam com firmeza.

